

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo

Tarita Schnitman

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

Piracicaba

2014

Tarita Schnitman
Bacharel em Administração

Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo

Versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI**
MARQUES

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Schnitman, Tarita

Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo / Tarita Schnitman. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2014.

168 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2014.

1. Multifuncionalidade da agricultura familiar 2. Agroturismo 3. População tradicional remanescente de Quilombo 4. Reserva extrativista I. Título

CDD 630
S361a

AGRADECIMENTOS

Engraçado, sempre me interessei em ler essa parte das teses de doutorado que pesquisei. Assim, seria sem graça se não escrevesse algumas linhas. Matilde Eugenia Schnitman obrigada por todos os momentos de conversa e paciência ao longo dos anos, sem suas correções eu não terminaria a tese! Dalcio Caron, professor que me mostrou caminhos sobre a arte de ensinar, dialogar e discutir. Obrigada por todas as boas conversas que tivemos ao longo do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino. Valcionir Corrêa não esquecerei da sua motivação e sugestões em um momento tenso. Leizer Schnitman, excelente professor e sempre um grande conselheiro. Fau, minha irmã de coração, obrigada por me mostrar a importância da amizade. Família Barbieri muito obrigada pelo acolhimento durante o período que residi em Piracicaba, e claro, Piracicaba sempre ficará na memória. D. Luzia, obrigada pelas centenas de momentos alegres e o aprendizado sobre o sítio, as galinhas, a importância sobre os laços familiares, as flores e as tantas sobremesas que comemos juntas. Ruth Beilin, best regards, me ensinou a ser mais crítica e abriu portas para o doutorado sanduíche na Austrália que trouxe novos horizontes, novos colegas, uma grande realização profissional, ou seja, uma experiência única. Agradecimento imenso a Mirian Stella Rother, companheira no trabalho de campo em pleno Carnaval, me ajudou nas gravações e fotos que foram também apresentadas na Austrália, pessoa incrível com quem pude manter conversas profundas e construtivas ao longo de todo o doutoramento em Piracicaba, sempre serei grata por sua amizade. A Alice Rosa Cardoso agradeço pela ajuda com os trâmites em Brasília e essa amizade bonita de tantos anos. A estrela que apareceu e me deixou tranquila durante o último mês de doutorado, obrigada pelo retorno à essência. Às pessoas que trabalham no primeiro andar do prédio de Ciências Humanas da ESALQ, sou grata pelos cafés, conversas de corredor e sorrisos. Agradecimentos especiais à comunidade de Mandira por momentos incríveis, o contato com a natureza e a receptividade. Aos meus pais agradeço pelo companheirismo e o aprendizado de vida. Agradecimentos à CAPES, a bolsa de doutorado foi fundamental.

As dificuldades não foram poucas, nada foi fácil, mas algo que aprendi em Israel: nunca aceitar o primeiro não e hesitar em desistir. Não deixar que aquelas pessoas que tentam colocar dificuldades, desanimem a caminhada! Por isso, ensinar e ensinar!

Não esquecerei de alguns grandes professores da ESALQ, UFBA e University of Melbourne que são inspiradores, todos ativistas e pessoas maravilhosas com quem trabalhei nos grupos de pesquisa e extensão e as que simplesmente passaram e deixaram alegres lembranças. Ao meu orientador, Paulo E. Moruzzi Marques, sou grata pela confiança e por compartilhar bons momentos no TERRA e sobretudo, na sua maneira de se relacionar com as pessoas. Considero que nessa jornada conheci seres incríveis que iluminaram o caminho.

Chega um momento em sua vida, que você sabe:
Quem é imprescindível para você,
quem nunca foi,
quem não é mais,
quem será sempre! Charles Chaplin

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. AS CONFIGURAÇÕES DO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	27
3 PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
4 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO TURISMO.....	46
5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	68
5.1 A Comunidade do Mandira.....	75
5.2 O Turismo em Mandira.....	99
6 O RECONHECIMENTO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DO MANDIRA.....	111
6.1 Turismo e Manutenção do Tecido Social e Cultural.....	111
6.2 Turismo e Promoção da Segurança Alimentar.....	117
6.3 Turismo e Reprodução Socioeconômica das famílias.....	124
6.4 Turismo e Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural.....	137
7 CONCLUSÕES.....	144
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	158

RESUMO

Agricultura familiar e turismo: estudo de reserva extrativista e território de população tradicional remanescente de quilombo

Esta tese veicula uma investigação sobre o papel do turismo para a agricultura familiar. Diante dos problemas do êxodo rural, das desigualdades sociais e das limitadas alternativas de renda para comunidades rurais brasileiras, o estudo dos efeitos do turismo torna-se pertinente para refletir sobre sua capacidade de oferecer soluções pertinentes e vantajosas para os agricultores familiares. Assim, objetiva-se aqui caracterizar e identificar elementos socioculturais e ambientais que possam se constituir em referencial para estudos do turismo e sua contribuição para agricultura familiar. Para tal propósito, realizou-se um estudo de caso na população tradicional remanescente de quilombo Mandira e Reserva Extrativista do Mandira-SP. A tese contém reflexões sobre a ruralidade, a agricultura familiar e o turismo. Efetivamente, a agricultura familiar desempenha papel importante no espaço agrário. A discussão sobre a problemática ambiental no planeta, a emergência do termo sustentabilidade, tomando lugar da noção de ecodesenvolvimento transformam a reflexão sobre a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. Neste contexto, a abordagem teórica da multifuncionalidade da agricultura familiar constitui um meio pertinente para a leitura sobre o equilíbrio socioambiental no meio rural. Através das lentes da multifuncionalidade, há uma inter-relação profunda entre ecologia, agricultura e turismo, deste modo a pesquisa percorre o debate sobre as preocupações em torno do turismo e da agricultura familiar. Em termos de estudo empírico, analisa-se a multifuncionalidade na comunidade Mandira como ferramenta para avaliação da atividade turística local. A investigação trata notadamente da infraestrutura turística na comunidade, dos passeios propostos em Mandira, da forma de hospedagem, das reservas, das formas de divulgação, do fluxo turístico e da participação do mandiranos na atividade turística. Com esses elementos, analisamos em que medida o turismo local se ancora na cultura local, favorecendo suas manifestações e revigorando suas tradições. A multifuncionalidade da agricultura familiar em Mandira é tomada portanto para uma análise do turismo. Trata-se de considerar os efeitos desta atividade para a manutenção do tecido social e cultural, a promoção da segurança alimentar, a reprodução socioeconômica das família e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Desta maneira, concebe-se um modelo de análise original para a avaliação do turismo comunitário ou do agroturismo no Brasil.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Multifuncionalidade, Turismo, População Tradicional Remanescente de Quilombo, Reserva Extrativista

ABSTRACT

Family farming and turismo: study of extractive reserve and traditional territory of remaining population of Quilombo

This thesis conveys an investigation about the role of tourism in family farming. Given the problems of rural exodus, social inequalities and limited alternative sources of income for rural Brazilian communities, the study of the effects of tourism is pertinent to reflect on the ability to provide relevant and viable solutions for family farmers. Thus, the objective here is to characterize and identify socio-cultural and environmental elements that may constitute a reference for studies of tourism and its contribution to family farming. For this purpose, we performed a case study in the Mandira traditional population of remanescent of quilombo and Mandira Extractive Reserve, Brazil. The thesis contains reflections on rurality, family farming and tourism. Effectively, family farming plays an important role in the agricultural space. The discussion of environmental problems on the planet, the emergence of the term sustainability, the concept of eco-development transforms the reflection on family farms and traditional communities. In this context, the theoretical approach on multifunctionality of family farming is a useful medium for analysing the environmental balance in the rural areas. Through the lens of multifunctionality, there is a deep relationship between ecology, agriculture and tourism. Thus, the research traverses the debate concerning tourism and the family farming. In terms of empirical study, we analyze multifunctionality in Mandira community as a tool for assessing local touristic activity. The investigation deals mainly with tourism infrastructure in the community, tours, hospitality, reservations, marketing practices, tourist flow and the populatoion's participation in the tourism activity. With these elements, we analyze to what extent the local tourism anchors in the local culture, favoring its manifestations and reinvigorating their traditions. The multifunctionality of agriculture is taken for an analysis of tourism. It considers the effects of this activity for the maintenance of the social and cultural fabric, the promotion of food security, socioeconomic reproduction of families and the preservation of natural resources and Landscape. Thus, designing na original model for evaluating community tourism or agritourism in Brazil.

Keywords: Family Farming; Multifunctionality; Tourism; Traditional Population
Remanescent of Quilombo; Extractive Reserve

Lista de Ilustrações

Gráfico 1 – Variedades cultivadas nas roças familiares.....	82
Gráfico 2 – Fontes de Renda.....	125
Gráfico 3 – Efeitos do Turismo.....	131
Gráfico 4 – Faixa Etária.....	134
Tabela 1- Participação na Gestão do Turismo.....	105
Tabela 2 – Fonte de Renda.....	123
Tabela 3 – Renda Mensal das Famílias.....	129
Quadro 1 – Projetos em Mandira.....	90
Quadro 2- Alimentação Cotidiana em Mandira.....	119
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista.....	158
Figura 1 – Roteiro das Fazendas Históricas Paulistas.....	53
Figura 2 – Atividades de Turismo Rural.....	54
Figura 3 – Placa de Informações Turísticas.....	55
Figura 4 – Folder de Venda Nova do Imigrante.....	57
Figura 5 – Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia.....	72
Figura 6 – Localização de Mandira.....	87
Figura 7 – Painel na Comunidade do Mandira.....	93
Figura 8 – Centro Comunitário.....	99
Figura 9 – Galpão de Artes.....	100
Figura 10 – Artesanato de Mandira.....	101
Figura 11 e 12 – Placas de Turismo.....	102
Figura 13 – Quiosque de Venda de Artesanato.....	103
Figura 14 – Viveiro de Ostra em Mandira.....	103
Figura 15 – Igreja em Mandira.....	104
Figura 16 – Barcos em Mandira.....	104
Figura 17 e 18 – Folder Promocional da Festa da Ostra e Circuito Quilombola.....	107
Figura 19 – Folder Promocional ICMBIO.....	108

1 APRESENTAÇÃO

A elaboração desta tese foi motivada por questões pertinentes à ecologia. A linha de pesquisa “Ambiente e Sociedade” do programa de Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo se refere a aspectos relacionados à interação entre populações humanas e o meio ambiente: escassez, poluentes, entre outros tantos temas. A agricultura familiar, por seu lado, fomenta o debate sobre formas de garantir a saúde ambiental e sobre as transformações nas condições de vida do meio rural.

A realidade brasileira é marcada por um grande êxodo rural. Ou seja, trata-se do abandono do modo de vida no campo, com recuo das dinâmicas rurais. Entre 1950 e 1995, cinquenta milhões de indivíduos (IPEA, 2000) migraram para cidades. O Censo de 2010 mostra que a população está cada vez mais urbanizada: há dez anos 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, mas esta parte passou a 84% em 2010 (IBGE, 2010). Esta população migrante na maioria das vezes se concentra nas periferias, em subhabitações, únicos espaços disponíveis para a maior parte dos migrantes pobres e desempregados. Nessas áreas, encontram dificuldades de moradia e emprego, ao mesmo tempo em que deixam para trás o contato com a natureza e suas raízes rurais.

Considerando tal quadro, este trabalho traz uma abordagem sobre a agricultura familiar que absorve a maior parte das pessoas ocupadas na agricultura brasileira enquanto principal fonte de postos de trabalho no meio rural. A categoria “agricultores familiares”, segundo a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, inclui ribeirinhos, assentados, pequenos agricultores, membros de comunidades tradicionais. Trata-se de indivíduos inseridos nos processos capitalistas, porém na grande maioria dos casos à margem dos circuitos comerciais e das políticas públicas brasileiras. Muitos são os conflitos e problemas enfrentados por agricultores familiares que, contudo, buscam reinventar seus modos de vida visando encontrar soluções para a permanência no campo.

As tendências no meio rural brasileiro foram analisadas no projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” ou, Rurbano¹, que focaliza aspectos menos conhecidos da realidade rural brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Transformações importantes ocorridas no meio rural brasileiro foram evidenciadas tomando como referência o período entre os anos de 1981/1999.

¹ O projeto Rurbano financiado pela FAPESP, PRONEX, CNPQ/FINEP envolveu profissionais liberais e vinte instituições de pesquisa em onze estados do Brasil.

O documento *O Novo Mundo Rural Brasileiro* e o livro *A nova dinâmica da agricultura brasileira* de Jose Graziano da Silva são obras chaves desse estudo.

Com o desenvolvimento de tal pesquisa, foi proposto que, a partir de meados dos anos 1980, assiste-se a uma nova conformação do meio rural brasileiro, o “Novo Rural”, termo cunhado, portanto, por José Graziano da Silva (GRAZIANO DA SILVA et al, 2002). Segundo as estimativas do projeto Rurbano, o número de famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vem decrescendo rapidamente, o que é acompanhado por um crescimento de famílias ocupadas em atividades não-agrícolas. Graziano da Silva (1998) destaca três grupos de atividades rurais em sua análise: 1. uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* destinadas à agroindústria, 2. um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer, à indústria e à prestação de serviços e 3. “novas” atividades agropecuárias estimuladas por nichos de mercados. Essas “novas” atividades, anteriormente de “fundo de quintal”, muitas vezes hobbies pessoais ou pequenos negócios, como a piscicultura, horticultura, floricultura (GRAZIANO DA SILVA et al, 2002), se transformaram em alternativas de renda. A produção e o comércio de artigos artesanais foram detectados, bem como a produção de alimentos orgânicos e hidropônicos e a floricultura. O Rurbano permitiu identificar um nicho de mercado na prestação de serviços de lazer como pousadas, pesque-pague, balneários.

Segundo Graziano da Silva (1998), o “Novo Rural” brasileiro vai além da noção de setor agropecuário, com suas atividades produtivas tradicionais, para um espaço agrário mais amplo incluindo a produção de “serviços” tais como a preservação do meio ambiente, a expressão cultural através de produtos agrícolas e o turismo. Novas oportunidades se desenvolvem a partir de bens não tangíveis, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário. Para Carneiro (1997), um conjunto de fenômenos sociais leva à procura crescente de formas de lazer e, até mesmo, de meios alternativos de vida no campo. Um movimento pela busca por qualidade de vida encontra no rural o ar puro, simplicidade como estilo de vida contemporâneo e a proximidade da natureza, que é vista como elemento purificador do corpo e do espírito. O campo passa a ser reconhecido como opção de residência e espaço de lazer, fenômeno que é bastante limitado no Brasil, mas é muito vigoroso na Europa, por exemplo. Abandona-se assim a visão do rural puramente agrícola e concebe-se outros elementos da ruralidade, como paisagem, identidade, cultura, turismo, o que permite igualmente pensar numa agricultura multifuncional.

Assim, as mudanças configuradas no rural brasileiro e identificadas no Rurbano propiciam, convém insistir, a emergência de novas funções para a agricultura. Tomando em conta esta complexidade de aspectos referentes ao meio rural brasileiro evidenciada nos últimos anos, convém estudar em que medida as atividades de lazer e turismo podem contemplar a multifuncionalidade da agricultura familiar, notadamente a partir de eventuais revalorizações do patrimônio natural e social.

Desta maneira, a perspectiva teórica da multifuncionalidade da agricultura familiar (alguns diriam abordagem ou noção) nos parece uma diretriz pertinente para analisar as temáticas de turismo e agricultura familiar. Considerou-se a relevância desta abordagem para a agricultura familiar devido ao longo debate internacional ao seu respeito (CARNEIRO e MALUF, 2003, HOLMES, 2006, DOBBS e PRETTY, 2001). Pressupõe-se que a multifuncionalidade de agricultura familiar está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento equilibrado. Por outro lado, esta noção constitui um meio que pode consistentemente contribuir para a investigação de atividade turística desenvolvida por agricultores familiares, como no caso deste trabalho. A propósito, Holmes (2006) considera que a ocupação da terra por comunidades tradicionais e sociedades de subsistência favorece a preservação de culturas fundadas em valores multifuncionais intrínsecos. Em nosso estudo, a análise focaliza o papel do turismo em termos da valorização da cultura comunitária e do reconhecimento da multifuncionalidade de suas atividades produtivas agropecuária, incluindo aqui a aquicultura.

Na tese, a análise da multifuncionalidade está notadamente em nível micro, pois trata do cerne da família rural ou do agrupamento de famílias. Para Cazella e seus colaboradores (2009), existem quatro escalas para analisar a multifuncionalidade: família rural, território, sociedade e políticas públicas. Da mesma maneira, Morgan com seus coautores (2010) enfatizam que a abordagem multifuncional, nos estudos de desenvolvimento rural, privilegia as pequenas e médias propriedades familiares que valorizam aspectos sociais e culturais da agricultura, diferentemente do agronegócio com seus imperativos comerciais.

Há evidências de uma agricultura multifuncional em algumas partes do Brasil, como exemplo, em assentamentos rurais (GAVIOLI e BALTASAR, 2011) e em propriedades rurais familiares em Santa Catarina (GUZZATI, 2010). Neste caminho, o

interesse em identificadas relações entre multifuncionalidade da agricultura e a atividade turística realizada por agricultores familiares nos parece evidente.

O turismo é objeto de reconhecimento mundial principalmente no que tange objetivos econômicos. Seus efeitos multiplicadores permitem considerar a atividade como importante vetor de desenvolvimento. Assim, muitos governos a nível mundial utilizam o turismo como o forma de promover o desenvolvimento local e regional (ALMEIDA, 2010). Como exemplo, a criação do Ministério do Turismo no ano de 2003 assinalou uma mudança de visão do Governo Federal com relação ao setor. Em 2009, a renda gerada pelas atividades características do turismo foi de R\$ 103,7 bilhões, com uma variação, em relação aos anos precedentes, maior que a média da economia brasileira (IBGE, 2012).

A atividade turística é característica da sociedade de consumo, pois envolve um conjunto de benefícios capazes de atrair consumidores em busca de prazer, motivações e expectativas. Oferece inúmeras oportunidades de serviços, como, por exemplo, nos âmbitos do transporte (em van, taxi, trem ou avião), gastronomia, hospedagem, parques de entretenimento, agências de turismo, operadoras, rodeios, festivais. Os benefícios turísticos mobilizam governos, empresas privadas, ONG e, em suma, consideráveis segmentos da sociedade. Entretanto, Coriolano (2006) afirma que o modelo convencional de turismo, aquele adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, objetiva acumular lucros e divisas e não cumpre suas promessas de gerar emprego e distribuir renda. Em algumas experiências deste tipo, a atividade turística até mesmo amplia postos de trabalho, mas estes últimos são extremamente precários baseados na profunda exploração do trabalhador. Normalmente, a divisão espacial do turismo envolve incluídos e excluídos, onde poucos se apropriam do espaço e seus recursos. Na maioria das vezes, a atividade gira em torno de megaprojetos e tende a fortalecer as economias dominantes globais e a excluir as camadas sociais menos favorecidas. Tal fenômeno é frequente em muitas localidades brasileiras onde são claros os interesses das imobiliárias e dos empresários cujo poder muitas vezes está enraizado no interior do Estado. O turismo de massa em muitos casos é prejudicial ao meio ambiente e às estruturas sociais de uma localidade (MORAES e IRVING, 2013; BONFIM, 2010; RODRIGUES et al, 2006; DOWLING e TIMOTHY, 2002; RUSCHMANN, 2004; CORIOLANO, 2003; TULIK, 2006; CEBALLOS-LASCURAIN, 1999; WEARING e NEIL, 2001; WEAVER, 1998). A infraestrutura e construções de

hospedagem, dos serviços e o acesso ao destino turístico como estradas, hotéis e lojas em grande medida podem causar diferentes impactos ambientais e sociais. A atividade turística, sem estudos de impactos e planejamento, traz consigo o aumento do lixo, do esgoto e do uso de energia (COSTA, 2004). A pressão imobiliária é outro fator que em muitos casos pode causar a marginalização da população local, inclusive notável em muitas cidades do litoral brasileiro.

O desenvolvimento da atividade turística em muitos destinos tem causado diversos impactos e provocado problemas socioeconômicos. A inserção de novas atividades e pessoas pode desordenar a estrutura social da população local, com a instalação de equipamentos e atrativos sem nenhuma relação com as tradições locais e sem respeito pela história da população residente. Também é comum que boa parte da comunidade local fique isolada do desenvolvimento da atividade turística e sem participação nos recursos e benefícios gerados por sua exploração. Em muitos casos, a comunidade não participa na tomada de decisões e planejamento do turismo no cotidiano de suas vidas e no território em que vivem. Nestes casos, os projetos de turismo dificilmente alcançam o desejado desenvolvimento equilibrado ou justo, pois os resultados beneficiam uma minoria. Produzem um crescimento concentrado, a consolidação da riqueza na mão de pequenos grupos e provocam a segregação das pessoas.

Mas esse turismo de luxo, dos *resorts*, apresenta-se muito excludente e é controlado por conglomerados que dominam todos os escalões da cadeia produtiva do turismo internacional, incluindo as companhias aéreas, as empresas de transportes, as operadoras, os *tours* internacionais, as tarjetas de crédito, o marketing internacional e os sistemas de comunicação com portais para o comércio eletrônico que pouco têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades receptoras do turismo, para o chamado desenvolvimento local. (CORIOLANO, 2003:7).

Há duas dimensões do turismo, o global vinculado às redes internacionais, resorts (muitas vezes com ligações com lavagem de dinheiro, drogas, prostituição, sonegação fiscal e fuga de divisas) e o turismo local, mais predisposto a preocupações com a proteção do patrimônio histórico, cultural e natural.

Como aponta Coriolano (2006), a atividade turística deixa lacunas não ocupadas pelo grande capital. São oportunidades para aqueles excluídos desta concentração, oferecendo possibilidades para um turismo solidário e comunitário.

[...] trata-se de serviços turísticos realizados por pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores, comunidades que descobrem no turismo oportunidades de trabalho e formas de inclusão no mercado do turismo, sendo estas atividades estratégias de sobrevivência (CORIOLANO, 2006).

Algumas experiências positivas emergem em muitos estados, destacando-se o Ceará, exigindo que as universidades passem a pesquisar e, sobretudo, contribuir com o fortalecimento dessas atividades vinculadas ao turismo com responsabilidade social, turismo comunitário [...] (CORIOLANO et al, 2009:18).

Observa-se no Brasil o crescente interesse em pesquisas sobre comunidades principalmente aquelas que se encontram em áreas prioritárias para proteção ambiental (CORIOLANO et al, 2009). Entretanto, convém lembrar que, na área acadêmica brasileira, poucos estudos avaliam, por meio de informações precisas, as implicações do turismo no equilíbrio ecológico e social no meio rural. A estas ideias acrescenta-se que o agroturismo é um segmento recente no Brasil, iniciou-se por volta dos anos de 1980 (MENDONÇA, 2003). Deste modo, o tema ainda apresenta escassa produção acadêmica, em particular sob a lente da multifuncionalidade da agricultura familiar.

Martins e Conterato (2013) chamam a atenção para a necessidade de colaborações práticas e analíticas voltadas ao entendimento das condicionantes para a ação coletiva em meio rural. Assim, é evidente a importância de maior investigação sobre o desenvolvimento rural e agroturismo para compreender os arranjos institucionais que têm sido articulados entre comunidades, mediadores e o Estado e também as interferências e desafios para o futuro.

Esta tese parte da premissa que convém assim ampliar a discussão sobre questões conceituais em torno do turismo no meio rural por se tratar de um rico e necessário campo para pesquisas. Neste quadro, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar em que medida o turismo favorece a agricultura familiar. Pretendemos: **1.** identificar as especificidades do turismo praticado pela agricultura familiar. **2.** caracterizar o turismo realizado na comunidade do Mandira e Reserva Extrativista do Mandira **3.** analisar o impacto do turismo em Mandira sob a lente da abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar **4.** testar a abordagem da multifuncionalidade como ferramenta metodológica para a análise do turismo em meio rural.

Torna-se importante salientar aqui que parte das modalidades do turismo leva, em grande medida, à difusão de valores e práticas urbanas e industriais em detrimento do que é mais típico da agricultura familiar. Nossa hipótese admite que o turismo seja capaz de permitir a reprodução social de comunidades rurais, gerando notadamente renda para as unidades de agricultura familiar de forma socialmente incluyente, ambientalmente comprometida e economicamente sustentada no tempo. A atividade pode contribuir para o reconhecimento da agricultura familiar como vetor de preservação ambiental, lazer e dinamização socioeconômica do meio rural.

No campo da metodologia, a pesquisa se inspira dos conhecimentos produzidos pela Ecologia Humana em conjunto com estudos em turismo calcados em distintas ciências. Coriolano (1998), por exemplo, explica que o turismo é objeto do saber geográfico por utilizar a natureza como atrativo turístico, mobilizar os equipamentos urbanos como infraestrutura do turismo, interessar-se pelos territórios de origens dos turistas, empregar a população residente e permear práticas sociais que são decorrentes desse encontro. Entretanto, o maior volume de estudos científicos sobre turismo provém das ciências econômicas a partir de análises sobre a movimentação dos negócios turísticos (BARRETO, 2003). Já os estudos de antropologia na atualidade investigam os impactos de certas formas de turismo, especialmente o cultural e o étnico (BARRETO, 2003). Por este motivo, o desafio foi encontrar uma teoria específica para análise do turismo. Efetivamente, distintas áreas do conhecimento podem ser mobilizadas para os propósitos desta tese, o que aliás é encorajado pelo escopo do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da USP. Nesta ótica, as perspectivas delineadas nos livros da geógrafa e turismóloga Luzia Neide M. T. Coriolano contribuíram muito com o arcabouço teórico da tese. Entre seus livros pertinentes, vale citar *O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local* (2003) e *Turismo com ética: Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável* (1998) que tratam da atividade turística ecologicamente mais equilibrada e das formas com as quais o turismo vem se apoderando de territórios com natureza preservada e com populações tradicionais. Reflexões sobre o turismo comunitário (CORIOLANO, 2006) tornam possível um olhar crítico sobre o turismo convencional no Brasil e o lugar das populações locais neste âmbito. Já o livro *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário Atores e Cenários em Mudança* (CORIOLANO et al, 2009) torna evidente experiências brasileiras no que tange arranjos produtivos comunitários. Estes livros indicaram um caminho fecundo para o entendimento do turismo comunitário e também para

as discussões sobre desenvolvimento local equilibrado. Todas estas inspirações, em alinhamento com nossa abordagem fundada na noção de multifuncionalidade e com perspectivas analíticas sobre o turismo comunitário, contribuem para esta tese. Assim, trata-se antes de tudo uma abordagem interdisciplinar.

Ainda outras leituras merecem ser lembradas na medida em que contribuíram para a redação da tese, tais como Diegues (2001), Begossi (2003), Abramovay (2003), Carneiro Cunha (2009), Leff (2010), Moscovici (2007), Boaventura Santos (2004). As disciplinas de Antropologia e de Metodologia em Estudos Culturais, com seus conhecimentos específicos sobre estudos etnográficos, foram adequadas para a execução da pesquisa de campo em população tradicional.

Torna-se importante também assinalar que, após experiências de moradia em *kibutzim* – comunidades rurais israelenses que em muitos casos são calcadas no socialismo – a autora teve a oportunidade de mergulhar em mundo de uma comunidade rural com sua própria economia local, mas sem estar desvinculada totalmente do mercado. As formas de trabalho são diferentes e contribuíram para oferecer luzes para a análise de alternativas turísticas em comunidades de pequenos agricultores. O doutorado sanduíche na Austrália, país referência mundial em turismo em áreas protegidas, propiciou igualmente inspirações consideráveis para a elaboração desta tese.

A escolha do estudo de caso em Mandira se justifica por se tratar de uma experiência de turismo desenvolvida por comunidade quilombola em área de proteção ambiental, neste caso Reserva Extrativista. A especificidade deste território destinado à proteção ambiental torna muito instigante o estudo sobre a construção da legitimação das atividades de populações tradicionais no estado de São Paulo. As áreas naturais estão cada vez mais sendo pressionadas pelo capitalismo e desta maneira identifica-se a importância de estudos relacionados à proteção ambiental e populações tradicionais. Seja como for, estudos sobre estes processos são relevantes e oportunos para a reflexão sobre o desenvolvimento.

Com o intuito de desenvolver nosso estudo ao redor do turismo em população tradicional de agricultores remanescentes de quilombo e em Reserva Extrativista, utilizou-se da abordagem de estudo de caso (YIN, 2002), o que é recomendado para

pesquisas científicas orientadas por avaliações qualitativas. As principais ferramentas de coleta de dados foram a observação direta e uma série sistêmica de entrevistas. Esta última foi escolhida como estratégia adequada para responder às inquietações analíticas reveladas no projeto que deu origem a esta tese. A investigação é realizada sobretudo em experiência de turismo em comunidade tradicional de agricultores familiares. Trata-se da comunidade de Mandira que localiza-se no Vale do Ribeira/SP entorno de área de proteção ambiental, a Reserva Extrativista Mandira (RESEX Mandira). Ademais, é território de população tradicional remanescente de quilombo.

Com estas premissas, a investigação aborda a estrutura e organização da comunidade quilombola de Mandira; os processos de cooperação existentes; as formas de gestão econômica e administrativa desenvolvidas, assim como as práticas em torno de variáveis ambientais. Trata-se de discutir de um lado as bases que permitem e garantem as atividades do turismo e, de outro lado, seus impactos na comunidade. O estudo proposto consistiu em uma pesquisa qualitativa (CHIZOTTI, 2009). A abordagem da multifuncionalidade tornou-se uma ferramenta de análise que fundamentou os instrumentos para a coleta de dados. Inicialmente, as informações foram organizadas, separadas e codificadas de acordo com os quatro pilares da multifuncionalidade da agricultura delineados por Carneiro e Maluf (2003): **A.** Reprodução socioeconômica das famílias; **B.** Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; **C.** Manutenção do tecido social e cultural; **D.** Preservação dos recursos naturais e de paisagem rural.

Estes quatro pilares da multifuncionalidade foram transformados em perguntas aplicadas aos residentes de Mandira, que podem ser traduzidas assim: 1. quais os indicadores de reprodução socioeconômica entre as famílias? 2. o que é relevante quanto à segurança alimentar? 3. como o tecido social e cultural se desenvolve e como ele se associa à multifuncionalidade e ao turismo? 4. como o modo de viver tradicional e a aderência à agricultura multifuncional dentro da Reserva do Mandira contribuem para a preservação da natureza e turismo?

Neste âmbito, alguns elementos para análise podem ser destacados: A) identidade B) territorialidade C) pertencimento D) capital social E) renda F) faixa etária H) cotidiano I) alimentação J) preservação ambiental.

Métodos

O roteiro de entrevistas encontra-se no Anexo I, página 156. A lista de entrevistados vem em seguida no Anexo II, página 158. As atividades realizadas em campo nos anos de 2011, 2012 e 2013 foram:

No primeiro ano do doutoramento foram feitas revisões bibliográficas e documentais, aprofundando-se nos aspectos teóricos sobre as temáticas-eixo – sustentabilidade socioambiental, agricultura familiar e turismo. É importante declarar que a sustentabilidade no turismo significa passar pelos dimensionamentos econômico, ético, sociocultural e ambiental colocados em equilíbrio. Os instrumentos metodológicos envolveram entrevistas semi-estruturadas com a duração entre uma e duas horas.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1996, p. 109).

Todas as 23 famílias de Mandira foram visitadas. Algumas foram entrevistadas em suas respectivas casas e conversas foram gravadas. Com diversos moradores houve contato enquanto extraíam ostras, almoçavam ou trabalhavam na feira de Cananéia. A pesquisador participou de duas reuniões do Conselho Gestor da Reserva Extrativista do Mandira agendadas pelo ICMBIO. As visitas às casas dos moradores, encontros de comemorações religiosas e encontros familiares reconstruíram a memória dos fatos e possibilitou a captura da expressão e emoção dos participantes na sua individualidade. Neste processo, foram reconstituídos vários momentos vividos e, no diálogo livre, os entrevistados expressaram diversos olhares sobre o cotidiano da comunidade e as lógicas de cooperação e competição existentes. Um residente solteiro foi entrevistado e três jovens entre 16 e 19 anos também.

As entrevistas parcialmente estruturadas são diálogos mais ou menos livres, onde alguns tópicos surgem no correr da entrevista, enquanto outros são fixos, visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (HAGUETTE, 1992). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os residentes da comunidade do Mandira.

Algumas entrevistas não foram gravadas a pedido da pessoa, notou-se que alguns moradores se sentiam desconfortados e não gostavam da técnica. Nestes casos específicos, um roteiro de entrevista foi preenchido manualmente. Muitas entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

Observação participante foi realizada durante acompanhamento da rotina diária de uma senhora ostreicultora, pessoa chave na organização do receptivo turístico em Mandira. A pesquisadora hospedou-se na casa da família durante uma semana. A observação participante consistiu na presença do pesquisador no contexto pesquisado, coletando dados mediante interações face a face e participação em atividades cotidianas. Muitas observações ocorreram no momento das refeições quando as pessoas se reúnem em volta da mesa. No diário de campo foram registradas as observações pertinentes ao trabalho de campo. Tratou-se de registrar o convívio com os informantes e com o contexto pesquisado, situações, sentimentos. O diário de campo permitiu cruzar observações e informações objetivas obtidas de questionários, permitindo maior clareza nas reflexões da pesquisadora. Tanto a observação participante como as entrevistas, questionários e diário de campo foram utilizados durante todo o tempo da pesquisa na comunidade do Mandira.

▲ Foram realizadas quatro visitas à comunidade de Mandira ao longo do ano de 2011.

A primeira visita técnica foi realizada em Fevereiro de 2011 quando ocorreu o primeiro contato direto com a população local (7 dias).

Na segunda visita, realizada em Abril de 2011, houve uma apresentação da proposta de trabalho para a associação de moradores locais quando obteve-se a permissão da comunidade para o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. A visita durou 7 dias.

Na terceira visita de campo, permaneceu-se 1 mês em Cananéia, o município onde Mandira está localizada. A doutoranda esteve hospedada na casa de Mandiranos durante uma semana. Esta imersão na comunidade proporcionou a possibilidade de observar as nuances da rotina de trabalho no turismo, a organização social em torno da atividade e os aspectos ambientais. Acredita-se que dessa forma será possível compreender melhor as relações de trabalho e valores das pessoas envolvidas no turismo e também observar a relação entre homem e meio ambiente. As primeiras entrevistas e principalmente a observação participante desta visita técnica abordou aspectos como a organização sócio-política e as formas de gestão da atividade turística. Ainda nesse período de um mês houve um primeiro contato também com o Instituto Chico Mendes, instituição que maneja a RESEX do Mandira. Também o

acompanhamento de um grupo de turistas que esteve em Mandira. O grupo era composto de atores da economia solidária do Estado de São Paulo. A pesquisadora interagiu com o grupo e conversou com alguns turistas e os guias do grupo. Nos demais dias, esteve em Cananéia observando o fluxo turístico e conversou com a secretária da Secretaria de Turismo. Visitou a Ilha do Cardoso, entorno da RESEX do Mandira, um destino turístico já consolidado. Esta visita propiciou a comparação entre o turismo realizado em Mandira e o turismo realizado na Ilha do Cardoso. No segundo destino, os moradores locais controlam o número de visitantes e gerenciam toda atividade turística na localidade. Nesse momento, a pesquisadora esteve 3 dias na ilha conversando com donos de pousada, bar e turistas. No final do mês, retornou-se a Mandira e o alojamento desta vez ocorreu na associação de moradores da comunidade. A visita durou quatro dias.

Em 2012 ocorreram 3 visitas de campo. A primeira ocorreu em momento estratégico da alta temporada de turismo que é o período de Carnaval. Diversas observações de campo foram realizadas e também entrevistas. Os moradores estavam bastante ocupados com a atividade turística. Um total de quatro dias de observação.

Durante o feriado da Páscoa que é período de turismo no Brasil, retornou-se a Mandira. Realizou entrevistas gravadas e anotações de campo. A pesquisadora ficou acampada no terreno de uma família durante 4 dias. Nesse momento, detectou-se a forma como a família recebe turistas. Também realizou-se passeio turístico guiado por um morador e cooperado da COOPEROSTRA pelo manguezal da Reserva Extrativista do Mandira visitando viveiros de ostras. Observou-se o fluxo turístico no único restaurante que existe na comunidade. A pesquisadora conversou com turistas e os Mandiranos proprietários do estabelecimento. Almoçou no restaurante e coletou os olhares dos turistas sobre o território.

A última visita de campo realizada no primeiro semestre de 2012 ocorreu entre 20 e 28 de Maio. Nesse período houve uma reunião do Conselho da Reserva do Mandira onde estavam presentes representantes da Secretaria do Meio Ambiente, do ICMBIO, o gestor da RESEX, ITESP e a ONG IDESC. Nessa reunião a doutoranda apresentou o projeto de pesquisa em powerpoint e houve uma permissão legal do Conselho da Reserva para a execução da sua pesquisa em Mandira. Nesse dia houve uma conversa com um representante do Instituto Florestal de São Paulo e o membro da ONG IDESC que realiza um projeto de educação

ambiental em Mandira em parceria com o ICMBIO. Também aconteceu um almoço com conversas entre os membros do Conselho.

Neste período em 2012 a pesquisadora entrevistou o secretário de turismo de Cananéia. Entrevistou o ex-presidente da associação de guias de Cananéia que acompanhou um grupo em Mandira. Almoçou com os turistas. Também gravou entrevista aberta com o principal ator da atividade turística em Mandira. Entrevistas fechadas com dois atores do receptivo turístico na comunidade foram gravadas. Durante essa visita técnica muitas entrevistas e questionários foram aplicados. Foi um total de 33 adultos Mandiranos pesquisados. Todas as 23 famílias foram entrevistadas ou questionadas.

Em 2013 ocorreu visita de campo novamente na semana do Carnaval com duração de uma semana. A pesquisadora filmou o território e gravou em vídeo entrevistas com 5 pessoas. Ao longo de toda pesquisa de campo houve ampla imersão em Mandira no intuito de captar todas as nuances da rotina de trabalho no turismo, a organização social em torno da atividade turística e os aspectos ambientais desse território. Acredita-se que dessa forma é possível compreender melhor as relações de trabalho e valores das pessoas envolvidas no turismo e também observar a relação entre homem e meio ambiente. Buscou-se especialmente, levantar dados sobre a organização social existente para produção e prestação de serviços, estabelecidos nos locais, de forma cooperativa, para colocar à disposição dos turistas. As formas de cooperação existentes entre os membros dessas famílias é fator considerado fundamental para a gestão ambiental e êxito da atividade turística na agricultura familiar. Entrevistas abordaram também aspectos como a organização sócio-política e formas de gestão da atividade turística. Procedeu-se um registro fotográfico, gravações de alguma entrevistas e gravação em vídeo com cinco Mandiranos. Os dados coletados foram sistematizados, tratados e analisados criteriosamente à luz da abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar. O questionário aplicado aos residentes de Mandira encontra-se na lista de entrevistados após o Anexo I deste trabalho. Os resultados obtidos são inerentes à renda, cooperação, manutenção das atividades tradicionais religiosas e culturais, alimentação, comercialização dos alimentos, permanência no campo, jovens no campo, preservação ambiental, papel da mulher no turismo foram agrupados por tema. A observação de campo preencheu lacunas no entendimento do comportamento e atitudes das pessoas, dos relacionamentos interpessoais e as atividades diárias de trabalho e de lazer nos finais de semana. As participação em reuniões do conselho gestor da Reserva Extrativista do

Mandira que também inclui os moradores auxiliou na compreensão e coleta de dados sobre o papel do ICMBIO, as obrigações dos beneficiários da reserva e seus direitos tanto quanto as relações entre prefeitura, ITESP, Instituto de Pesca. Análise qualitativa dos dados fundamentada nos princípios da multifuncionalidade da agricultura familiar foi utilizada nos procedimentos metodológicos de pesquisa.

O Capítulo 1 contém elementos introdutórios sobre agricultura familiar e turismo e a metodologia utilizada.

O capítulo 2 Configurações do Meio Rural Brasileiro aborda como o meio rural brasileiro foi se estruturando ao longo dos anos até os tempos atuais. Explica sobre a agricultura familiar e o seu papel no espaço agrário.

Capítulo 3 é intitulado Preocupações Ambientais e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar, pois abre uma discussão sobre a origem da problemática ambiental no planeta, o surgimento do termo sustentabilidade, ecodesenvolvimento e os principais eventos internacionais sobre o tema. Neste contexto, abriga-se a abordagem da multifuncionalidade que nada mais é que uma leitura sobre o equilíbrio socioambiental na agricultura familiar.

Perspectivas Teóricas do Turismo é o capítulo 4, introduz a história do turismo, segmentação do turismo e o termo agroturismo.

O Capítulo 5, Caracterização do Local de Estudo, revela a comunidade Mandira, o turismo em Mandira, a infraestrutura turística na comunidade, o passeio em Mandira, a forma de hospedagem, reservas, formas de divulgação, o fluxo turístico de Mandira e a Participação do Mandiranos na atividade turística.

No Capítulo 6 discute-se a multifuncionalidade da agricultura familiar em Mandira com os subtítulos Turismo e manutenção do tecido social e cultura, Turismo e Promoção da Segurança Alimentar, Turismo e Reprodução Socioeconômica das família e Turismo e Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural. O Capítulo 8 revela a conclusão.

2 AS CONFIGURAÇÕES DO RURAL BRASILEIRO

O processo brasileiro de industrialização em grande medida interferiu na conformação contemporânea do meio rural brasileiro. Alguns marcos históricos são divisores de águas desta industrialização da agricultura brasileira. Até 1840, a baixa tarifa gravada aos produtos britânicos importados desestimulou a industrialização no país. Naquele momento, o café era o principal produto brasileiro de exportação (SZMRESANYI, 1990). A sociedade brasileira era agrícola, atividade produtiva estribada no trabalho escravo. A lógica escravagista favorecia uma débil economia interna de mercado. Segundo Szmresanyi (1990), o trabalho escravo de modo geral tornou-se caro (e com curto futuro), o que levou à visão segundo a qual a imigração de trabalhadores europeus seria mais vantajosa. A substituição do trabalho escravo por assalariado ocorre assim com o privilégio à imigração em detrimento da integração no sistema produtivo competitivo, via assalariamento, dos afrodescendentes libertos.

Pouco a pouco, a sociedade brasileira passou por uma grande transformação, pois o mercado se desenvolveu, as estradas de ferro expandiram e as primeiras indústrias foram implantadas (GRAZIANO DA SILVA, 1998). O lento processo de industrialização brasileira tomou impulso aproximadamente em 1890.

Foi, sobretudo, na segunda metade do século XX, que a expansão da grande indústria agroalimentar no Brasil causou o desaparecimento das indústrias rurais de tecnologia semi-artesanal ou manufatureira, como os engenhos de cachaça, rapadura, casas de farinha, fábricas de queijo (SZMRECSANYI, 1990). No seu começo, a indústria era basicamente têxtil e alimentar, subordinada a economia agroexportadora. Para Szmrecsanyi (1990), a substituição da fabricação semi-artesanal e manufatureira teve consequência para as populações rurais que perderam suas ocupações ou foram forçados a especializar-se na produção agropecuária. Com a especialização e a crescente concorrência, houve uma concentração e centralização dos meios de produção. Desta forma, numerosos pequenos produtores foram eliminados ou obrigados a se subordinar a grandes empresas agroindustriais. Esses elementos fizeram parte do processo de modernização da agricultura no Brasil.

No estado de São Paulo, por exemplo, a pujança da agricultura criou condições para a consolidação de um mercado interno mais consistente. Já havia no estado, no período da Primeira Guerra Mundial, um processo acelerado de urbanização e

industrialização. Depois, cada vez mais, a indústria passa a comandar as formas e o ritmo da mudança na base técnica da agricultura. Entre 1948 e 1951, o estoque de tratores tinha por exemplo aumentado em 9.600 unidades e esse número só cresceu (SZMRECSANYI, 1990). São Paulo foi o estado que mais adquiriu tratores. O uso de tratores e arados acabou estimulando um forte avanço na pesquisa tecnológica e na produtividade agropecuária. Desde a década de 1960, o processo denominado de Revolução Verde significou a propagação de monoculturas, mecanização intensiva e uso considerável de insumos químicos poluidores (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Com seu aparato tecnológico, a indústria foi capaz de causar transformações sociais e econômicas profundas na agricultura. Enquanto um grande negócio, houve muito *lobby* a favor de uma legislação ou regulamentação favorável aos interesses industriais em torno da agricultura (LUTZENBERGER, 2001). O sistema nacional de crédito rural, enquanto primeiro dos diferentes dispositivos da modernização conservadora, colocou o agricultor brasileiro numa posição na qual dificilmente sobravam outras alternativas. Todo esse processo patrocinava uma aderência à Revolução Verde. Para Lutzenberger (2001), Ministro Nacional do Meio Ambiente no início dos anos 1990, a baixa produtividade agrícola levava a temores em razão de previsões de crise de alimentos mundial. Estes receios facilitaram a introdução dessas novas técnicas e modelos produtivistas. Segundo Carneiro e Maluf (2003), a Conferência Mundial de Segurança Alimentar promovida pela FAO em 1974, por exemplo, foi convocada em um momento em que os estoques de alimentos mundiais pareciam escassos e os importantes países produtores apresentavam quebras nas suas safras. Neste caso, a ideia de segurança alimentar estava ligada unicamente ao aumento da produção agrícola. Então, essa preocupação por parte de alguns países veio a fortalecer o argumento em favor do aumento da produtividade sob a lógica da Revolução Verde, particularmente veiculado pela indústria química. Carneiro e Maluf (2003) acrescentam que o cenário mundial da época apresentava o aumento de crescimento demográfico e a previsão que, no curto prazo, haveria uma catástrofe alimentar mundial. Desta maneira, países latino-americanos também engajaram-se na “Revolução Verde”, fundada em princípios de aumento de produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, de irrigação, da mecanização, tudo em torno de “pacotes tecnológicos”. Assim, a modernização da agricultura se alastrou também no Brasil. Muitas indústrias fabricantes de equipamentos e produtos químicos se instalaram no Brasil (LUTZENBERGER, 2001). Tudo indica que esse processo econômico muitas vezes foi

motivado por interesses globais que fomentaram a necessidade dos agricultores em comprar tratores, fertilizantes e defensivos.

José Lutzenberger, por exemplo, explica que a Primeira Guerra Mundial deu origem a fabricação dos fertilizantes e pesticidas (LUTZENBERGER, 2001). Segundo este autor, os alemães possuíam uma enorme produção de nitrogênio obtido pelo processo com Haber-Bosch. Quando a guerra acabou, existiam enormes estoques, mas não mais um grande mercado para os explosivos. Então, a indústria bélica decidiu deslocar seu arsenal químico para a agricultura e incentivar o seu consumo. Segundo Lutzenberger (2001), os fertilizantes industriais tornaram-se comercializáveis (enquanto grande negócio) desde a Primeira Guerra Mundial. Esse pacote tecnológico da Revolução Verde é denominado de NPK+ V, NPK que corresponde a nitrogênio, fósforo, potássio. Lutzenberg acrescenta o V, significando veneno. Assim, a indústria desenvolveu um espectro completo de químicos, incluindo aqueles a base de fósforo, potássio, cálcio, microelementos aplicados na forma granulada. Quando se passou a aplicar fertilizantes nitrogenados na agricultura na forma de sais quase puros e concentrados, os sistemas agrícolas tornaram-se cada vez mais dependentes deles. Também foram difundidos os pesticidas neste período.

Caporal e Costabeber (1994) interpretam que os problemas ambientais de forma geral foram se avolumando desde a Revolução Verde. Estudos da EMBRAPA, por exemplo, mostram que, de 1964 a 1979, o consumo de fertilizantes químicos cresceu 124,3%, de inseticidas 233, 6%, de fungicidas 584, 5%, de herbicidas 5.414, 2% (CAPORAL E COSTABEBER, 1994). Todos esses químicos degradam o solo e retornam aos rios, contaminando a água e comprometendo a vida de diversas espécies, inclusive no limite do próprio homem.

Profissionais da área da saúde alertam para os problemas em seres humanos devido ao manejo de agrotóxicos, ingestão de alimentos e consumo de água. Segundo os debates do Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (2014), as crianças expostas a esses químicos podem ser afetadas por problemas neurológicos. Há fortes indícios, obtidos graças a pesquisas pouco divulgadas à sociedade, de que câncer e distúrbios emocionais sejam provocados pelo consumo de alimentos com altos níveis de contaminação por agrotóxicos.

Efetivamente, a forma de desenvolvimento econômico que imperou ao longo de muitos anos no Brasil leva a entender que a ciência e a tecnologia revelaram-se fundamentais para um processo histórico em que os interesses militares e os interesses econômicos convergem e se integram. Esta combinação de interesses se manifesta bem no caso dos agrotóxicos. Este fenômeno explica o desenvolvimento e propagação dos fertilizantes, herbicidas e pesticidas. Ainda no contexto de governança e impactos ambientais, convém lembrar agora que a modernização agrícola foi impulsionada pela ditadura militar brasileira.

Na década de 1970, a modernização da agricultura em período autoritário favoreceu a grande agricultura patronal. Neste período ditatorial brasileiro, as funções da agricultura, tal como concebidas notadamente pelos especialistas econômicos do governo militar, eram de gerar oferta adequada de alimentos, elevar as exportações agrícolas, liberar mão-de-obra para a indústria, suprir a indústria com matéria-prima e transferir renda para o setor urbano (DELGADO,1985). Estes economistas próximos do regime militar acreditavam que não havia crise agrária ou problema econômico relevante no meio rural, pois as funções da agricultura estavam sendo cumpridas segundo esta visão da época. Para fazer valer tal concepção, a repressão constituía um meio recorrente, como revela João Pedro Stédile:

O setor que mais sofreu a repressão da ditadura militar, sem dúvida nenhuma, em 64, foi o campo. No meio urbano a ditadura só foi aparecer depois do AI-5 em 68 – quando houve a repressão maior de 68 a 73, nas cidades – mas de 64 a 68, quem levou a maior “porrada” foram os camponeses. Contam-se casos e casos de horrores, do que os latifundiários, o exército e a polícia militar fizeram, especialmente no norte e nordeste do país, durante a ditadura militar (STEDILE, 2004:311).

Desta maneira, “importante” realização da ditadura militar foi a modernização dos coronéis latifundiários e a asfixia considerável das lutas dos camponeses que vinham construindo suas formas de organização a partir de meados da década de 1950. A concentração de terras se intensificou e foi provocando a multiplicação de uma massa de miseráveis. Segundo Stedile (2004), nas últimas duas décadas como ainda fruto da ditadura militar e seu poder de implementar políticas econômicas, o campo conheceu a expansão do capitalismo que envolve acumulação, concentração e centralização.

Coriolano et al (2009) explica que, entre 1945-1975, o capitalismo perpetuou ideias e valores que sustentaram o paradigma desenvolvimentista atrelado à

centralidade da economia industrial, fundada na produção eficaz de bens e no progresso técnico constante. Esse quadro de valores, descomprometido com o bem-estar social e a qualidade ambiental, resultou em enorme exclusão social, mas também grande ameaça às espécies animais e vegetais nativas.

Com este paradigma de desenvolvimento, ao passo que tecnologias benéficas foram descobertas, tecnologias daninhas também foram criadas, como a bomba nuclear, aerossóis, transgênicos, agrotóxicos. As pessoas absorveram e consumiram essas tecnologias sem ao menos questionar seus impactos no planeta. Na agricultura, a modernização consistiu em incorporar por meio do apoio estatal as práticas agroquímicas e moto mecânicas de produção, de modo que o setor agrícola se integrasse cada vez mais ao setor industrial (ALMEIDA E NAVARRO, 1998). Sem alterações na estrutura fundiária, a agricultura transferiu renda e fomentou o desenvolvimento urbano-industrial, através da venda de matérias-primas a preços baixos, da compra de insumos e da liberação de mão de obra. Assim, a dominação da indústria e das grandes propriedades permitiu que elas ditassem as regras nos âmbitos agrário e agrícola no Brasil. Cristovam Buarque também enuncia causas pelas quais o desenvolvimento econômico no Brasil não produz resultados esperados.

Importou-se técnicas inapropriadas e caras, deixando de recorrer aos recursos locais, por exemplo: o transporte por estradas, que exige investimento elevado na construção, sendo grande consumidor de energia. Introduziram máquinas que dispensam a mão de obra, em países onde os trabalhadores são abundantes (BUARQUE, apud CORIOLANO, 2003: 21).

Com a disseminação da “moderna” agricultura em âmbito mundial, as práticas de manejo tradicionais, desenvolvidas por muitas populações no decorrer de muitos séculos, têm sido abandonadas sob o fetiche das “novas” tecnologias (SANTOS, 1999). A indústria foi responsável por mudanças econômicas e sociais no meio rural, pois sua lógica tornou-se um novo paradigma de progresso agrícola nas escolas, na extensão, dominando também na pesquisa agropecuária. Tratou-se de um redirecionamento da agricultura para objetivos industriais, o que impôs uma nova relação entre homem e natureza. Assim, houve uma inversão de papéis: a natureza é amplamente moldada pela atividade agrícola. Então, na representação popular, uma dialética se edifica segundo a qual o homem sai da natureza e depois se volta contra ela, com o intuito de dominá-la pelo progresso.

Segundo Almeida e Navarro (1998), a fronteira entre modernização e desenvolvimento é pouco clara, pois a modernização indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes atores sociais ou políticos de transformar sua sociedade. É oportuno lembrar aqui que progresso e desenvolvimento tornaram-se componentes ideológicos essenciais da civilização ocidental. No século XIX, entendia-se progresso como melhoria das condições de vida no sentido de liberdades políticas (NOBRE AMAZONAS, 2002). Nos países pouco desenvolvidos industrialmente, este sentido nunca pôde ser considerado completamente na medida em que um avanço mínimo dos melhoramentos técnico-científicos não aconteceu. De todo modo, o progresso técnico conseguido não foi acompanhado de um recuo progressivo e definitivo da miséria.

Segundo Nobre e Amazonas (2002), no discurso neoliberal a ideia de desenvolvimento inspira-se em melhoramento das condições de vida graças a teorias econômicas que consideram a produção sob o aspecto quantitativo. Assim, as questões sociais não são contempladas de forma consistente dentro do contexto de desenvolvimento. Coriolano, por exemplo, analisa criticamente as formas do desenvolvimento atual.

O desenvolvimento (assim como o subdesenvolvimento) é um processo que interfere nas transformações de ordem mental e social de um povo, porque todo país que decide promover seu desenvolvimento precisa começar por investir no homem, através da educação; passar a considerar a educação não como um gasto, mas como via de possibilidade de acesso ao desenvolvimento. No entanto, na perspectiva do neoliberalismo, a educação é regulada pelo caráter unidimensional do mercado, que se constitui no sujeito educador. Do mesmo modo, as demais atividades humanas – a arte, a cultura, o lazer e o turismo – acabam voltando-se, sobretudo, para o mercado, para o lucro e menos para a satisfação das necessidades humanas. (CORIOLANO, 2003: 21)

Considerando esta perspectiva de progresso, Freitas (2006) evidencia, na atualidade, as consequências sociais e ecológicas do desenvolvimento capitalista desenfreado. Para Leff (2010), os riscos sociais contemporâneos são consequências de um modelo de sociedade baseado no consumo desenfreado e no avanço capitalista, que promove a desigual apropriação dos recursos naturais, dos meios de produção e da riqueza. Num sentido mais abrangente, a noção de desenvolvimento remete à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. Supõe-se que a palavra desenvolvimento deveria evidenciar

transformações nas dimensões econômica, social e cultural da sociedade. Coriolano (2003), por exemplo, compartilha essas ideias.

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Pensar esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que passaram a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados (CORIOLANO, 2003:14).

3 PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS E A ABORDAGEM DA MULTIFUNCIONALIDADE

Com o consumo mundial exacerbado e seus efeitos colaterais, a discussão mais intensa da problemática ambiental emerge por volta da década de 1960 acoplada à discussão sobre o crescimento demográfico (SACHS, 2002). Em 1962, o Conselho Econômico das Nações Unidas recomendou a inclusão dos aspectos sociais ao desenvolvimento (CORIOLANO, 2003). Neste período, Garret Hardin publicou o artigo “The Tragedy of the Commons” apresentado no Congresso de 1967 da Sociedade Americana para o Progresso da Ciência. Rachel Carson também publicou *A Primavera Silenciosa*, alertando para os danos ecológicos causados pelo homem. Em 1968, o industrial italiano Aurelio Peccei e o cientista escocês Alexander King fundaram o Clube de Roma, um grupo de pessoas ilustres oriundas de diversos países que se reuniam para debater um vasto campo de assuntos relacionados à política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em seguida, Paul Erlich em 1969 publicou o livro *Population Bomb* explicando que o crescimento da população mundial precisava ser freado. O Clube de Roma tornou-se muito conhecido a partir de 1972 com a publicação do relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*, organizado por Dana Meadows com apoio do MIT. O livro sugeria que um crescimento zero poderia satisfazer a sociedade, que teria mais oferta de educação, arte e música. Ou seja, tratava-se de considerar como alcançar mais qualidade de vida.

Então, com um debate aquecido sobre as questões ecológicas, a I Conferência da ONU sobre o meio ambiente ocorreu em 1972. Pouco tempo depois, em 1975, Maurice Strong e Ignacy Sachs abordam a ideia de Ecodesenvolvimento que trata do desenvolvimento de um ecossistema social satisfatório com solidariedade prospectiva para as futuras gerações, medidas para poupar recursos naturais; participação social e programas educacionais para o desenvolvimento (SACHS, 2002). Segundo Jacobi (2005), nas décadas de 1980 e 1990, a crescente confluência das duas vertentes (economicista e ambientalista) deve-se principalmente avanço da crise ambiental e ao aprofundamento dos problemas econômicos e sociais para a maioria das nações. Anos depois em 1987, o “Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum” é firmado. Em 1992, uma outra reunião internacional designada de Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente é realizada. Cada vez mais, os impactos ambientais resultado de uma economia global

capitalista movem discussões mundo. Desta maneira, a agenda política e acadêmica passa a privilegiar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável (SACHS, 1980).

A expressão passou a ser usada com sentidos tão diferentes que se tornou uma palavra que serve a todos e, portanto, adquire um caráter vago. Passa a ser palavra-chave para agências internacionais de fomento, jargão do planejador de desenvolvimento, tema de conferências, artigos e slogan de ativistas do desenvolvimento e do meio ambiente (NOBRE e AMAZONAS, 2002). Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a Rio-92, a sustentabilidade foi imaginada como o padrão para estabelecer medidas políticas de desenvolvimento. Este ponto culminante de um projeto de institucionalização de uma noção agregou novo arranjo teórico e político do debate ambiental. As Nações Unidas estabeleceram logo após a Rio-1992 uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável. A Comunidade Europeia designou seu quinto programa de meio ambiente de *Programme of Policy and Action in Relation to Environment and Sustainable Development*. O presidente dos EUA também criou o seu conselho, *President's Council of Sustainable Development*. O presidente da Costa Rica em 1994 anunciou um projeto-piloto para o Desenvolvimento Sustentável. Portanto, o termo Desenvolvimento Sustentável vem marcado por diferentes e sucessivas tentativas de institucionalização, cujo elemento central passa ser então o projeto de elevar a questão ambiental ao primeiro plano da agenda política internacional e fazer com que as preocupações ambientais penetrem e conformem as decisões sobre políticas públicas.

Em relação ao meio rural, a revalorização do rural tem se fundado na grande expressão planetária que tomou o ambientalismo nas últimas décadas. As discussões aqui se desenvolvem em torno de reencontro com a natureza, a harmonia, a qualidade de vida e o respeito como o meio-ambiente. Todavia, no Brasil, o aumento da pobreza, o desflorestamento ocasionado pela agricultura e a desertificação das áreas agrícolas são temas recorrentes (ABRAMOVAY, 2002). Silva (2008), por exemplo, explica que no caso da Mata Atlântica partes da floresta foram destruídas por monoculturas de café, cana e pecuária extensiva. Na região Amazônica, a exploração de madeiras e a pecuária veem causando grande devastação da floresta. De fato, as grandes propriedades rurais brasileiras estão sob o domínio de grupos econômicos que operam em várias áreas, como banco, comércio, indústria. O desenvolvimento do meio rural brasileiro nos últimos anos se baliza por um

modelo econômico hegemônico que se reflete em toneladas de produtos agrícolas e vastas criações de animais que não escondem o descompromisso com a questão social e ambiental. Prioriza-se a produção de mercadorias que respondem mais ao mercado e ao acúmulo de bens do que às reais necessidades da população. Autores como Pretty (2008) e Carneiro e Maluf (2003) apontam para a grande capacidade produtiva da agricultura, porém com altos custos sociais e degradação ambiental severa. Segundo Coriolano (2003:21),

Pretendeu-se industrializar sem mudar a situação social no campo: sem reforma agrária. Com isso subsiste uma classe de camponeses sem terra vivendo em nível de subsistência e que foge para as cidades sem preparação para a vida urbana. Ao mesmo tempo, consolida-se a classe de donos de terra, a mais reacionária do País, que continua mantendo a dominação política.

Resultados desse modelo são o declínio no tamanho das áreas sob domínio da pequena agricultura, oportunidades de trabalho no meio rural e o êxodo (Van der Ploeg et al., 2000). No Brasil, estabelecimentos de agricultores familiares sofrem intensas pressões do grande capital. Para Stédile (2004), a pequena propriedade está acorrentada por este modelo de agricultura capitalista. A expansão do agronegócio com da Revolução Verde no Brasil resultou, vale a pena insistir, na expulsão dos agricultores familiares do campo. Assim, por muitos anos diversas zonas rurais brasileiras tornaram-se economicamente estagnadas, sem perspectiva de trabalho e renda para seus habitantes. A agricultura familiar de certa forma corresponde a uma resistência da apropriação da mais valia, tal como ocorre no trabalho assalariado. A categoria “agricultura familiar” emergiu com grande importância na agenda política brasileira a partir da década de 1990 (SCHNEIDER, FROELICH e DIESEL, 2009). O PRONAF (1996) favoreceu a legitimação política do termo, seu objetivo foi desde o início, principalmente, garantir o provimento do crédito agrícola, o que assegurou um apoio institucional do governo brasileiro a uma categoria alijada até então das políticas públicas. Trata-se notadamente de uma categoria mobilizada por movimentos sociais, particularmente pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) com vistas à formulação de políticas públicas específicas para romper com o tradicional monopólio do poder político exercido pelas elites agrárias no campo. O debate no campo político favorece a reflexão no âmbito acadêmico sobre a agricultura familiar. Neste aqui, é frequentemente destacado que a família de agricultores desenvolve complexas relações com a natureza e com a sociedade, moldando formas particulares de produção e de vida social.

Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sob um pedaço de terra “situada” num território com determinadas características socio-econômicas culturais e ambientais (CARNEIRO e MALUF, 2003: 22-23).

Convém mencionar que A Lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006 da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais reforçou ainda mais a legitimação da política da agricultura familiar (BRASIL, 2006). Estudos FAO/INCRA em 1996 traçaram notadamente duas características importantes que distinguem agricultura familiar da patronal. No primeiro caso, o estabelecimento familiar é dirigido por aqueles que trabalham, o agricultor e sua família. Assim, o trabalho familiar deve ser superior ao contratado. O trabalho da família é responsável pela geração de valor, diferentemente do agricultor patronal, em cujo estabelecimento há uma relação típica de exploração de trabalho de empregados ou trabalhadores assalariados. No caso patronal, sua organização é centralizada e há uma separação total entre gestão e trabalho. Há então uma maior especialização no manejo das atividades. Na agricultura familiar pode ocorrer trabalho assalariado, mas deve ser esporádico ou minoritário. Portanto, a principal marca da agricultura familiar é a relação profunda entre gestão e trabalho.

No Censo Agropecuário de 2006 foram contabilizados 4,36 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no país, que representam 84% dos estabelecimentos brasileiros (BRASIL, 2010). Os dados mostram que a agricultura familiar é de grande relevância social e econômica para o país. É frequentemente difundida a sua importância nas lavouras de mandioca (87%), de feijão (70%), criações de suínos (59%), a produção de leite (58%), entre outras. No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB), a agricultura familiar e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam em 2005 por 9% do PIB brasileiro (IBGE, 2006).

Em dimensão, segundo Buainain (2007), 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar possuem menos de 5 hectares e apenas 7,6% deles têm uma área entre 50 e 100 ha. Trinta por cento dos estabelecimentos possuem áreas entre 5 e 20 hectares. Por outro lado, o tamanho médio de um estabelecimento da categoria agricultura patronal está em torno de 433 hectares. A média brasileira das áreas da agricultura familiar está em torno de 26 ha. (BUANAIN, 2007). Esses dados revelam uma estrutura agrária concentrada no Brasil onde ocupam mais área os grandes estabelecimentos da agricultura patronal que

contudo empregam menos pessoas. Esses estabelecimentos representam somente 15,6% do total dos estabelecimentos no Brasil.

A condição dos agricultores familiares ganhou reconhecimento nos últimos anos, em particular com a recente definição pela ONU do Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014, mas os obstáculos ainda são consideráveis. Historicamente no Brasil, o acesso ao crédito foi mais fácil e maior para os agricultores patronais. Em 2012/2013 o Plano Agrícola alocou R\$ 115 bilhões para agricultura empresarial e R\$ 18 bilhões para a familiar de 2012/2013. Assim, é notável a disparidade entre incentivos à agricultura familiar e aqueles para a agricultura patronal no Brasil.

Convém agora insistir sobre os marcos recentes que permitem tratar do problema da agricultura familiar. Segundo Abramovay (2009), observa-se que na atualidade as pequenas propriedades enfrentam uma crescente descapitalização provocada pela concorrência dos grandes conglomerados agroindustriais. A adoção de técnicas modernas de produção na agricultura, como máquinas, equipamentos, insumos químicos, entre outras, está longe de ser favorável à agricultura familiar. O agricultor familiar está em desvantagem na concorrência com a agricultura de larga escala voltada à produção abundante e barata, de matéria prima agrícola indiferenciada. Assim, sua atividade no contexto capitalista vem se tornando inviável por insuficiência de políticas públicas agrícolas em apoio à agricultura familiar. O resultado dessas circunstâncias no Brasil é o aprofundamento das desigualdades e dos conflitos sociais. Segundo Carneiro e Maluf (2003), o agronegócio, a mecanização do campo com uma produção em larga escala e preços de produtos mais baixos tornam a concorrência injusta e leva o agricultor familiar a abandonar o campo.

Van der Ploeg (2000) considera que a categoria poderia enfrentar o “império alimentar” com uma busca pela autonomia, notadamente em termos dos meios de produção. Tratar-se-ia de uma racionalidade não somente dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, a agricultura não sendo interpretada como uma máquina industrial como é o caso da agricultura de larga escala. No âmbito da legitimidade, o padrão produtivo de menor escala da agricultura familiar retém o potencial de ser mais ambientalmente comprometida (SCHNEIDER, 2006). Ademais, muitos agricultores familiares possuem a preocupação com segurança alimentar, praticando inclusive uma

agricultura orgânica. Assim, contrariam a forma clássica de produzir alimentos imposta pelo mercado e pelo modelo da Revolução Verde e o agronegócio.

Segundo Leff (2010), a multiplicação dos riscos, em especial os ambientais de graves consequências, é elemento chave para se entender os limites e as transformações da atualidade. Na agricultura, o modelo de desenvolvimento convencional pode ser repensado de forma que os impactos sociais e ecológicos sejam mitigados. Tudo indica que essa concepção requer a valorização do papel da agricultura familiar no meio rural brasileiro. Nesta ótica, é possível compartilhar o pensamento de Carneiro e Maluf (2003) quando apontam que os agricultores familiares, como portadores da tradição local, podem assegurar que o mundo rural permaneça como um importante espaço de vida e dinamismo social. Diante desses elementos de reflexão, é possível afirmar que a agricultura familiar possui laços estreitos com o equilíbrio ambiental, econômico e social do meio rural. Efetivamente, nos últimos tempos, governos, agricultores e pesquisadores referem-se à multifuncionalidade da agricultura como conjunto de ideias capaz de reorientar as políticas públicas e as práticas no meio rural em favor de uma agricultura equilibrada em termos sociais e ambientais e econômicos.

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a produção de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade (MALUF E CANEIRO, 2003:19).

Assim, parte-se dessa ideia de que há alguma forma de meio rural mais sustentável. A multifuncionalidade da agricultura familiar constitui uma concepção fundada nesta perspectiva. Em nível internacional, a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade e governos das funções sociais, ambientais, culturais e econômicas, não diretamente produtivas ou mercantis, associadas às explorações agropecuárias (SABOURIN, 2008). Holmes (2006), por exemplo, observa que a agricultura historicamente sempre produziu uma ampla gama de serviços. Nos anos mais recentes, estes serviços se desenvolvem com vistas a atender nichos de mercado, que são identificados em razão notadamente dos impactos destrutivos ao meio ambiente. Estes nichos se referem, como por exemplo, à disposição de consumidores a pagarem mais por um alimento cuja produção favoreceu à gestão da paisagem. A multifuncionalidade da atividade agrícola pode ser mais reconhecida graças a atividades e serviços, especialmente o agroturismo. Mas

também a agricultura biológica, por exemplo, desempenha uma função de fornecimento de alimentos de qualidade (isentos de contaminantes, em particular). Ou seja, múltiplos papéis são relacionados a sistemas agrícolas, os quais podem ser reforçados com o lazer e o turismo (VAN DER PLOEG, 2000).

A compensação pública aos agricultores por serviços ambientais não remunerados pelo mercado também constitui um reconhecimento destas funções além produtivas das atividades agrícolas (DOBBS e PRETTY, 2008), o que tem provocado uma série de debates sobre os serviços agroambientais e seus esquemas de pagamento (BJORKHAUG e RICHARDS, 2008). Entre outras funções, a agricultura também é vista como uma possível ferramenta ecológica de absorção de CO₂, adequada para atenuar os efeitos das mudanças climáticas (LAPKA e CUDLI NOVA, 2007). Daugstada e colaboradores (2006) apontam para outros tipos de papéis da agricultura, considerando que o patrimônio cultural está ligado a práticas agrícolas fundadas na utilização de recursos locais e nos conhecimentos construídos ao longo de muitas gerações.

Assim, a diversidade da produção na agricultura permite revelar este papel multifuncional da atividade agrícola, na medida em que se trata de uma reserva de saberes culturais. As funções da agricultura abrangem ainda a saúde do solo, a segurança alimentar e a qualidade da água. Ou seja, a agricultura tem a capacidade de produzir uma ampla gama dos chamados "bens públicos", como, por exemplo, paisagens atraentes.

Deixando de produzir unicamente alimentos, fibras, óleos e madeiras, a agricultura sob a ótica da multifuncionalidade possui funções como, por exemplo, de manter dignamente famílias nas áreas rurais, com suas tradições e estilos de vida. Para Wilson (2008), as contribuições mais fortes da atividade agrícola considerando sua multifuncionalidade seriam a garantia da proteção do meio ambiente, a promoção da agricultura saudável e da vitalidade de comunidades rurais. Bjorkhaug e Richards (2008) acrescentam que a perspectiva da multifuncionalidade corresponde àquela da sustentabilidade ambiental, social e econômica na agricultura.

O debate sobre o tema emergiu com a Eco-92 no Rio de Janeiro, logo se propagando pela Europa. A motivação maior consistia em liberar a agricultura de seu aprisionamento pelo mercado, em contexto de globalização. A Cúpula Mundial da Alimentação de Roma em 1996 e declaração de Cork em 1998 suscitaram discussões

associadas à multifuncionalidade da agricultura (MIGUEL e LLOPIS, 2004). Neste quadro, medidas de reorientação da Política Agrícola Comum se fundaram na ideia de uma agricultura multifuncional (MORGAN et al, 2010, DOBBS e PRETTY, 2008). Assim, os Estados-Membros da UE delinearão políticas agroambientais com o intuito de estimular o desenvolvimento das áreas rurais marginalizadas pela modernização da agricultura. Os países deveriam executar um Plano de Desenvolvimento Rural Nacional. Na França, os contratos territoriais de estabelecimento agropecuário, previstos na Lei de Orientação Agrícola de 1999, constituíram a ferramenta mais profunda de reorientação da política agrícola a partir de uma perspectiva da multifuncionalidade da agricultura. Agricultores solidamente organizados que dispunham de uma longa tradição de colaboração com instituições públicas e governo cumpriram em importante medida um papel neste processo.

De fato, a multifuncionalidade é interpretada de maneiras diferentes segundo o que é privilegiado em distintos países. A Noruega, por exemplo, tem claramente incorporado, tanto na linguagem quanto na ação, uma orientação de medida públicas fundada na concepção de uma agricultura multifuncional (BJORKHAUG e RICHARDS, 2008). As políticas agrícolas norueguesas salientam a importância da agricultura na manutenção do patrimônio cultural (DAUGSTADA et al, 2006). A multifuncionalidade na Noruega desempenha um papel maior para justificar medidas protecionistas da agricultura local, com amplo apoio social. Cerca de 70 % dos agricultores da Noruega concordam que a agricultura contribui para um alto grau de vitalidade das comunidades rurais e uma paisagem mais bela. Segundo ainda trabalhos consultados sobre a agricultura deste país, cerca de 60 % de seus agricultores acreditam que a agricultura tem o papel de contribuir para o conhecimento da produção de alimentos e moldar a identidade norueguesa. Os agricultores noruegueses responderam positivamente sobre diferentes papéis atribuídos à agricultura, tais como segurança alimentar, produção de alimentos descentralizada, diversidade biológica dos alimentos e zelo com as paisagens culturais. Na Noruega, a noção de multifuncionalidade conhece uma prosperidade considerável (BJORKHAUG e RICHARDS, 2008).

Ainda na Europa, Lapka e Cudli Nova (2007) sugerem que os governos francês e italiano desempenharam um papel ativo na promoção da multifuncionalidade como uma forma de diversificar a atividade agrícola. Na Holanda e na Alemanha, as políticas agroambientais são dirigidas para a conservação da biodiversidade e fortalecimento da gestão da paisagem. Neste mesmo sentido, Reig (2005) estima que tais políticas no caso

espanhol prestam atenção especial à proteção da biodiversidade e às funções ambientais da agricultura. Para Beilin (2012) e seus colaboradores, nos países europeus, alguns subsídios são pagos aos agricultores que mantêm espécies raras de animais, preservam áreas de patrimônio histórico e cultural, conservam prados ou espécies florestais. Serviços ambientais e pagamentos por esses serviços constituem foco de grande interesse.

Estudos mostram que, nos primeiros anos do século XXI, a multifuncionalidade da agricultura ganhava aceitação nos Estados Unidos (BATIE, 2003). De acordo com Batie (2003), programas de financiamento para compensar os agricultores por melhorias agroambientais têm crescido, tais como os Wetlands Reserve Program and Environmental Quality Incentives Program (BATIE, 2003).

Na Austrália, a multifuncionalidade está muito associada à conservação ambiental. Alguns programas, como Landcare, são concebidos para a gestão de bacias hidrográficas e de recursos naturais (HOLMES, 2006). No entanto, segundo Beilin (2012), esses programas não questionam abertamente os regimes de produção nestas paisagens, confinando a conservação ambiental para as terras marginais. Neste país, as discussões são focadas em valores de recursos ambientais. Holmes (2006), por exemplo, pesquisou o alto valor de utilidade das zonas de conservação do Norte de Cairns, a Brisbane, interessado na qualidade ambiental de córregos, estuários e zonas costeiras cuja degradação pode afetar a Grande Barreira de Corais. Efetivamente, a Austrália continua a ser dominada pela agricultura corporativa com produção intensiva para exportação que promove efeitos deletérios sobre a qualidade da água e do solo, contribuindo inclusive para as mudanças climáticas (BEILIN, 2012). Algumas estratégias de ajustes regionais financiadas pelo governo revelam mudança das metas orientadas em direção a uma noção de sustentabilidade regional, refletindo, assim, perspectivas multifuncionais para a agricultura.

Certamente, não há uma interpretação unânime sobre as ênfases em torno da multifuncionalidade da agricultura. Alguns pesquisadores examinam programas específicos como protecionistas (BATIE 2003). Reig (2005) comenta que grande parte do trabalho conceitual sobre o tema foi realizada por economistas e engenheiros agrícolas orientados por uma visão econômica. A propósito, em 1999, o Conselho Europeu empregou o termo “multifuncionalidade” ao evocar o papel da agricultura sustentável, que deveria porém ser competitiva (RÉMY, 2009 apud org. CAZELLA et al 2009). Sem dúvida, muitas

pesquisas centram-se na investigação dos aspectos econômicos da multifuncionalidade. Em diferentes níveis, as abordagens sobre a noção tem sugerido a importância da sustentabilidade social, econômica e ambiental das zonas rurais.

Vale ressaltar que, no Brasil, em campo com aspectos similares e sobrepostos, alguns autores também discutem a pluriatividade da agricultura como alternativa para a sustentabilidade do meio rural. É interessante ressaltar a distinção existente entre os termos multifuncionalidade e pluriatividade. A pluriatividade é a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família. A divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, em razão do recurso às atividades não agrícolas e da articulação com o mercado de trabalho. Como exemplos, pode-se citar a prestação de serviços urbanos, o trabalho como empregadas domésticas, na construção civil, entre outros. Analisando-se a pluriatividade de agricultores familiares à luz da noção da multifuncionalidade, Lacerda e Moruzzi Marques (2008, p. 150) argumentam:

[...] pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas ideias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagens a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural.

Efetivamente, muitos agricultores permanecem no campo por serem pluriativos, mesmo que este fenômeno represente uma sobrecarga de trabalho e um grande desconforto para a família. A pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, ou seja, as lógicas que favorecem a concentração fundiária, degradação ambiental e a exclusão social, mas pode ser uma forma de adaptação a uma situação de grandes dificuldades no estabelecimento agropecuário, permitindo de toda forma a permanência no campo. O agricultor e sua família encontram uma segunda fonte de renda sem relação com a agricultura. Como mencionado anteriormente no trabalho, observa-se o crescimento da pluriatividade no meio rural brasileiro. Inclusive, a atividade turística associada à agricultura em meio rural por vezes é considerada como um caso de pluriatividade. Porém, como sugerem Lacerda e Moruzzi Marques (2008), o agroturismo poderia ser melhor interpretado enquanto atividade para-agrícola, o que permite evidenciar de forma mais profunda seu papel para o reconhecimento da multifuncionalidade na agricultura familiar.

De acordo com Remy (2005), a abordagem da multifuncionalidade da agricultura favorece a análise da implementação de políticas públicas destinadas a promover as funções ambientais e sociais da agricultura. Piraux e Bonnal (2008), em estudo sobre território e multifuncionalidade na Paraíba, apontam que os projetos coletivos devem ser apropriados por políticas públicas adequadas.

Considerando o espaço rural brasileiro composto de significados traduzidos em marcantes diferenças culturais e diferentes tipos de organizações sociais (MARTINS e CONTERATO, 2013), a noção de multifuncionalidade contribui para um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, contribuindo para a sua legitimação. A família rural é considerada uma unidade social e não apenas uma unidade produtiva sob esta ótica multifuncional. A partir da qual existem outras funções da agricultura familiar que não são econômicas.

Neste trabalho, o conceito de multifuncionalidade é utilizado como abordagem holística para a análise da agricultura. O primeiro livro brasileiro sobre a questão (CARNEIRO e MALUF, 2003) aborda a temática da multifuncionalidade da agricultura, considerando o papel de assegurar a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. O livro tornou-se grande contribuição para a temática no Brasil, veiculando a ideia segundo a qual a multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, tal como à conservação dos recursos (água, solos, biodiversidade, patrimônio natural). A criação de condições para a permanência da população no campo representa por si só o desempenho de uma função com importante repercussão social. Quanto aos pontos salientados neste livro, que serão tomados profundamente em consideração em nossa análise, convém focalizar os seguintes:

1. Reprodução socioeconômica das famílias: leva a tratar das fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, das condições de permanência no campo, das práticas de sociabilidade, das condições de instalação dos jovens e das questões relativas à sucessão do chefe de unidade produtiva.
2. Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais: conduz à discussão sobre a produção para autoconsumo familiar e também sobre a produção mercantil

de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização.

3. Manutenção do tecido social e cultural: a reflexão aqui se refere à dinamização social das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social.

4. Preservação dos recursos naturais e de paisagem rural: o estudo deste ponto diz respeito ao uso dos recursos naturais, às relações entre atividades econômicas e a paisagem e à preservação da biodiversidade.

Um segundo livro sobre o tema (CAZELLA et al, 2000) agrega uma coletânea de artigos elaborados por diversos autores brasileiros que debatem a noção de multifuncionalidade da agricultura no Brasil. A questão da contribuição desta noção para conceber o desenvolvimento territorial está no primeiro plano desta obra. Neste sentido, nosso olhar se dirige à atividade turística em meio rural, trata-se de considerar suas contribuições para a agricultura familiar enquanto promotora de funções além produtivas.

4 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO TURISMO

Januário (1997:15), por exemplo, sugere que o turismo consiste em:

[...] um fato coletivo que produz o desenvolvimento de instituições, relações sócio-políticas e econômicas complexas; um conjunto de questões financeiras, técnicas e culturais e de relações psicossociais, além de um mercado composto de mercadorias, bens e serviços materiais e imateriais intrinsecamente relacionados.

Em 2011 a atividade turística contribuiu para a geração de 255 milhões de postos de trabalhos ou 8,7% dos empregos do mundo (MTUR, 2012).

Em síntese: O espaço do/ou para o 'turismo' constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/produção/do espaço (RODRIGUES, *apud* YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, 1999:23).

Para a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o turismo acontece em casos onde o deslocamento de pessoas ocorre por mais de 24 horas, incluindo o pernoite (MTUR, 2012). Neste trabalho, considera-se que é possível considerar o turismo sem pernoite: tratar-se-ia do turismo sem pernoite ligado ao excursionismo. Um exemplo bastante ocorrente acontece em propriedades rurais onde transcorrem experiências gastronômicas diversas, atividades de lazer e entretenimento. Nestes casos, o turista não se hospeda e, portanto, não pernoita.

A atividade turística não pode ser pensada isoladamente, pois envolve uma gama de setores e atores. Os serviços turísticos são processos interativos entre quem oferece e quem procura serviço como transporte, gastronomia, hospedagem, parques, festivais. Segundo Moraes e Irving (2013) para além de um ganho no mercado, o turista busca, geralmente, um contraponto com a vivência do dia-a-dia, a oportunidade de experiência integral de valor imaterial, afetivo, simbólico e espiritual, a partir do encontro com a natureza e a cultura de uma localidade. O patrimônio turístico é o resultado da soma dos recursos naturais e culturais. Trata-se do conjunto de bens e serviços que os viajantes buscam e compram para a preparação e na realização da viagem. O patrimônio cultural, natural é a matéria-prima e o produto turístico é a mercadoria já elaborada. Desta forma, o mercado turístico pode ser identificado para cada produto turístico: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento.

Vale a pena realizar aqui uma revisão da história do turismo, revisitando sua inserção na sociedade capitalista. Essa história propicia elementos que explicam como o turismo se alastrou no mundo, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Segundo Molina (1998), o turismo possui quatro etapas. A primeira, chamada de pré-turismo, simbolizada no *Grand Tour*, o que ocorreu na Europa entre os séculos XVII e XVIII e consistia em viagens dos filhos de famílias nobres, comerciantes de grande riqueza com finalidade de melhorar a educação e estabelecer contatos diplomáticos e negócios nas cidades mais importantes da Europa. Foi na literatura romântica que o turismo se tornou claramente um ato cultural. O histórico do turismo mostra que, nos séculos passados, a atividade era usufruída apenas pela burguesia. O século XIX foi marcado pelos avanços do moderno colonialismo por parte das nações europeias. O colonialismo inglês atingiu o Oriente, a África, a Polinésia. Na América, os relatos darwinianos e de outros tantos naturalistas motivaram viagens exploratórias, pois esses territórios exóticos suscitaram uma intensa produção literária. Romancistas de várias partes foram buscar inspiração para suas ficções nestes inusitados mundos. A burguesia europeia procurava um conhecimento de história e geografia através dos romances. Nesse período, o transporte ferroviário e a navegação a vapor diminuíram o tempo de viagem, facilitando os deslocamentos longínquos. Um sistema de classes nestas modalidades de transporte de massa foi criado com a clara finalidade de atender a burguesia emergente e atender a elite viajante. A rede hoteleira se desenvolveu e aprimorou-se. A nova classe exigia acomodações mais luxuosas que deveriam atender o seu padrão econômico. Assim, surgiram os hotéis de categoria superior no ocidente e logo se transformaram em redes que se estenderam principalmente para portos e importantes cidades asiáticas. Para Molina (1998), uma segunda etapa desta história é denominada de turismo industrial, com ampla propagação no século XX. Nessa fase, surgem os primeiros grandes hotéis, configura-se o auge dos balneários costeiros, aparecem os primeiros destinos na América Latina e se cria órgãos turísticos no âmbito das estruturas governamentais em diversos países. O turismo nestes moldes esteve na moda até por volta dos anos de 1914.

Com a Primeira Guerra Mundial, os meios de transporte foram prejudicados pelo conflito bélico. A guerra devastou patrimônios culturais dos países envolvidos e o poder aquisitivo de muitos que tinham acesso às viagens. Assim, a retomada do turismo mundial não acontece em pouco tempo. Somente nos finais dos anos vinte e início dos anos trinta, o turismo se alavanca novamente. Desta vez, a rede ferroviária

européia inaugurou inúmeros trajetos culturais. Entre eles, o famoso Expresso do Oriente, um trem que ligava Paris a Istambul. Surgiram também os navios transatlânticos que uniam o interesse comercial ao interesse cultural dos turistas. Este progresso no turismo alcança vários países.

Novamente, com a Segunda Guerra Mundial, a atividade turística sofreu um declínio. Por outro lado, a tecnologia de guerra influenciou o turismo com o avanço do transporte aéreo. O turismo de massa teve início com o crescimento econômico ocorrido no pós-guerra, período em que progressos em produtividade permitiram aumentar os salários, diminuir os custos de produção e horário de trabalho, com o aumento do tempo livre. O turismo inseriu-se na lógica do fordismo, havendo uma generalização do seu consumo com a criação de diversos serviços e pacotes que facilitaram a incorporação da classe média e setores da classe trabalhadora ao turismo de massas. A comercialização do turismo desta maneira transcendeu o campo das motivações pessoais. Muitas das motivações passaram a ser culturais, criadas e induzidas. Para a sociedade industrial, o turismo teve a finalidade de desfrutar do tempo livre. Para Molina (1998), trata-se da fase do turismo industrial consolidado, que ocorreu a partir dos anos 50 do século XX. Neste período, ocorre um crescimento exponencial do turismo internacional, passando de 25 milhões na década mencionada para mais de 600 milhões de turistas nos anos 90. Este crescimento iniciou-se fundamentalmente como resultado da expansão do turismo de sol e praia. Ao longo desse período, cadeias de hotéis e restaurantes que funcionam como empresas-rede, modelos de franquia, se difundem amplamente. As multinacionais permitem aos franqueadores ou parceiros subalternos o suporte contra os riscos dos investimentos locais e a solução dos numerosos problemas da administração cotidiana da força de trabalho mal remunerada e desqualificada (CORIOLANO et al, 2009). Nessa fase, registram-se os deslocamentos massivos que geraram consequências sociais, políticas, culturais, ambientais e financeiras.

Nessa etapa, o turismo organiza-se como indústria – de forma piramidal, monolítica e burocrática – relacionada com a lógica do mercado de massas, incluindo um conjunto de empresas que se guiam por um código conceitual e operativo no qual dominam os princípios de uniformização, centralização e maximização (BOMFIM,2010:23).

O Estado também assume um papel de dirigente da organização e gestão da atividade turística ao editar leis de fomento e regulação e criar organismos encarregados de estabelecer políticas nacionais de turismo. O turismo contribui para a colonização de

territórios e sociedades. Em 1967, as Nações Unidas e o Banco Mundial promoveram o Ano Internacional do Turismo (CRICK, *apud* BRITO, 2005) com o objetivo de implementar a atividade turística nos países em desenvolvimento. Segundo Barreto (2003), na década de 1970, por exemplo, os organismos internacionais de desenvolvimento identificavam que o turismo estava destinado a salvar as economias que naquela época eram chamadas de Terceiro Mundo. O turismo de massa foi estimulado no Brasil, Índia, México e África do Sul, por exemplo. A atividade turística dependia dos recursos naturais desses países utilizando a propaganda chave: sol, praia e nativos receptivos. Brito (2005) argumenta que, no Brasil, esses projetos acontecerem numa negociação entre Estado, ONU e Banco Mundial, sem os devidos estudos de impactos ambientais e sociais. As duas agências planejaram e financiaram projetos de infraestrutura, sistemas de comunicação, estradas, restauração do patrimônio histórico e construção de redes internacionais de hotéis. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico poderia ser acelerado através da atividade turística. No entanto, essas ações resultaram em importante degradação ambiental e cultural, favorecendo ainda mais as desigualdades sociais.

A última etapa desta história do turismo, tal como concebida por Molina (1998) se inicia em meados dos anos 80. Observa-se novas tendências que conformam uma nova cultura turística que influencia tanto a demanda quanto os prestadores de serviços e os governos. Nessa etapa, configura-se um modelo que coloca novos requisitos para o turismo mundial. Mudanças em termos notadamente da comunicação favorecem uma demanda por diferenciação de produtos e pela personalização dos serviços. Ou seja, trata-se de uma tendência de ruptura com a homogeneização do turismo. O turismo evolui assim com as novas tecnologias, principalmente de informática, que influencia nas práticas dos agentes, na comercialização dos serviços e nas preferências do turista. Nessa fase do turismo, o papel social da atividade está em questão. As pressões são fortes por mudanças no turismo convencional.

A degradação produzida pela expansão econômica do setor é mais evidenciada e criticada. Foi o pesquisador Emanuel Kadt que publicou um artigo pioneiro questionando os impactos do turismo, “*Tourism. Passeport pour le développemnt?*” O turismo gera danos ambientais das mais diversas formas como: o acúmulo de lixo, consumo dos recursos naturais, impactos ao solo, material químico usado nas construções, falta de

reciclagem por parte das suas empresas, derramamento de resíduos não degradáveis em mangues, rios e mares, além de provocar ou ampliar subordinacões culturais (BOO, 2003). A partir de então, as novas tendências vão fomentar uma cultura turística influenciada pelo movimento ecológico, marcado pelos debates sobre o desenvolvimento sustentável.

A propósito, convém lembrar aqui que em 1987, o Brundtland Report, já mencionado nesta tese, criticou os impactos ambientais do crescimento industrial ao planeta e sugeriu mudanças a nível mundial, afirmando a necessidade de implantar mecanismos governamentais para conter a degradação ambiental. O turismo sustentável passou a ser sugerido. Segundo Portuguez (2010), durante o Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo da Universidade de São Paulo, realizado em 1995, discutiu-se o modelo economicista de turismo e suas interferências na paisagem. A Eco 92 no Rio de Janeiro foi um outro marco, também já mencionado aqui, que reuniu diversos representantes de governo e membros da sociedade no mundo inteiro em torno da preocupação com o meio ambiente. Já em 2000, as organizações Blue Flag, Green Globe, CASTA, Kiskeya Alternativa, ISO 14000, SOS Mata Atlantica, WWF, Conservation International participaram de um encontro internacional que demonstrou preocupações a nível global sobre os efeitos do turismo no meio ambiente. O encontro culminou no Mohonk Agreement, um documento estabelecendo os princípios do ecoturismo e do programas de certificação ambiental para a atividade turística. Segundo Ceballos-Lascurain (1999), o ecoturismo traz uma perspectiva de experiência turística com menor impacto ambiental e cultural. Este segmento do turismo pode propiciar benefícios econômicos para a comunidade local. As visitas turísticas em área natural devem neste âmbito estimular os turistas a compreensão, apreciação e consciência ambiental/cultural. O que diferencia o ecoturismo dos demais segmentos da atividade turística é a consideração de princípios e valores éticos. O comportamento do turista deve, nesta perspectiva, se moldar à noção de sustentabilidade (ORAMS,1995).

Em princípio, os ecoturistas compram sonhos e aventuras, a válvula propulsora do turismo, mas viajam especificamente a lugares de rica beleza natural que não sofreram muitas alterações no seu meio físico original. Com essa experiência, espera-se que eles aprendem a apreciar a natureza e a importância de preservá-la. Esse tipo de turismo constitui uma alternativa em relação ao turismo de massa, de voos fretados e pacotes turísticos. Assim, esta antítese do turismo de massa procura evitar a expansão das

localidades turísticas de uma forma rápida e não planejada, resultando em degradação social e impactos ambientais, como o acúmulo de lixo e esgoto. Entretanto, o termo ecoturismo tem sido utilizado de forma ambígua, uma espécie de *greenwashing*. O mercado se apropriou do termo de forma a desvirtuar muitas expectativas, tal como se apropriou do termo sustentabilidade. Atualmente, tudo pode ser benéfico para a proteção ecológica, até mesmo empresas comprovadamente poluidoras. No turismo ocorre o mesmo, muitos destinos se identificam como ecoturísticos indevidamente, segundo os princípios mencionados acima. Produtos são rotulados como ecoturísticos por agências e operadoras que não respeitam os rígidos critérios deste segmento. Governos, ONGs e empresas privadas utilizam o termo “ecoturismo” de forma indiscriminada como ferramenta de marketing para seus projetos e empreendimentos. Esse fator causa grande preocupação para os estudiosos em relação à adequação dos critérios do segmento. Outros fatores contraditórios são as vias e meios de acesso, o transporte aéreo e a criação de estradas em parques, tudo o que pode causar impactos ambientais. Por exemplo, o passeio de helicóptero no Parque Nacional do Iguaçu que afeta a fauna e flora.

Em sua essência, tal como concebido, o ecoturismo visa a melhoria das condições de vida das pessoas e o respeito ao meio ambiente. Entretanto, não deixa de ser também uma atividade econômica que atrai diversos interesses, podendo ocorrer tanto no espaço urbano quanto no meio rural. Alguns autores como Bonfim (2010), pensam que o ecoturismo converge com atividades em locais de preservação ambiental e protegidos pelo Estado ou pela própria comunidade.

No caso, o ecoturismo não está diretamente relacionado à agricultura familiar, mas a um convívio e observação da natureza através de práticas de baixo impacto, em ambiente protegido (BOMFIM, 2010), pode colaborar com o bem estar da população local (CEBALLOS-LASCURAIN, 1999). Para Fernandes de Araújo (2010), é difícil distinguir agroturismo de ecoturismo, pois ambos se localizam convencionalmente no espaço denominado de rural. Para esse autor, há uma relação de interdependência entre agroturismo e ecoturismo. No entanto, cabe aqui ressaltar que o ecoturismo não está intimamente ligado à agricultura familiar e o modo de viver rural. A segmentação da atividade turística é o que determina as nomenclaturas como ecoturismo, turismo rural e agroturismo. Sob essas condições, a segmentação da atividade turística conjuga características de oferta e das motivações dos turistas. Tulik (2006) aponta que é possível

identificar uma grande variedade de tipos de turismo, agrupando por afinidades os motivos que levam as pessoas a viajar e Beni (1998) reforça que um dos principais meios de segmentar o mercado é através da identificação do motivo da viagem. Por exemplo, segundo o Ministério do Turismo (2012) a segmentação por motivo de viagem seria categorizada da forma como segue abaixo: turismo cultural, turismo de saúde, turismo ecológico, turismo de negócios e eventos, turismo religioso, turismo de sol e praia, turismo náutico e turismo rural. Este último é definido como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p. 11). Tulik (2006) aponta que os diferentes critérios utilizados por pesquisadores vêm resultando numa grande profusão de categorias.

A propósito, Zimmermann (1996) ressalta que a atividade turística em espaços rurais deve ser concebida sob a ótica de valorização das peculiaridades que diferenciam o rural de núcleos urbanos. O espaço rural é cenário de atividades de lazer e fruição em contato com a natureza e com as populações locais. Essa modalidade é uma contraposição ao turismo de massa que somente explora o consumo da paisagem. Segundo Campanhola e Rodrigues (2001), na atualidade muitas chácaras apresentam atividades ligadas ao turismo, como hotel-fazenda, pousada e restaurante. Assim, o turismo contribui com a transformação do rural em local muito além de produção. Desta forma, é um local de descanso, lazer e de atividades vinculadas a suas características ecológicas. É possível afirmar que algumas pessoas hoje buscam a calma da vida no campo. Elas querem conhecer o modo de vida rural, os hábitos e costumes locais e também degustar uma culinária típica da localidade. Sentem a necessidade urgente de se desfazer temporariamente das suas condições estressantes de trabalho e atividades rotineiras. Almejam harmonia e o retorno às raízes, o contato com a natureza. Segundo Silva e coautores (2002), o lazer e o turismo participam das principais atividades não-agrícolas em meio rural. As atividades de lazer consistem em chácaras de recreio, spas rurais, colônia de férias, rodeios, campings, entre outros. Por exemplo, no estado de São Paulo, o SEBRAE e Governo Estadual estimularam o Roteiro das Fazendas Históricas Paulistas. O folder ilustrativo segue pode ser observado abaixo:

Beni (2001) sugere que o deslocamento de pessoas ao espaço rural, com roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, e as instalações rurícolas configuram o turismo rural. Observa-se que a expressão “turismo no espaço rural” é um tanto genérica, permitindo o enquadramento de qualquer atividade turística realizada no espaço rural. Os estabelecimentos podem apresentar por exemplo diversas dimensões e diferentes objetivos. Desta maneira, os empregos podem ser temporária e a mão-de-obra pouco reconhecida ou proveniente de outras localidades. Assim, muitas vezes, as pessoas envolvidas possuem experiência profissional e o trabalho é especializado em detrimento da oferta de emprego para a população local.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1994), o turismo rural é uma atividade com foco na economia local e que vai ao encontro à produção agrícola já existente, em meio a ruralidade existente, priorizando as tradições, identidades e culturas locais. Implica também em gestão exercida pelas pessoas locais. Observa-se, assim, uma ambiguidade do termo turismo rural que se expressa nas diversas modalidades e concepções. De fato, nem sempre elas se excluem, muitas vezes sendo complementares.

Por outro lado, apesar da visitação em propriedades rurais ser algo antigo, somente por volta de 1985 passou a ser considerada atividade econômica no Brasil. O município de Lages (SC) é considerado pioneiro nesta prática. O turismo rural tem uma tradição na Europa, mas no Brasil é uma atividade nova. Para nossos propósitos, a definição do agroturismo é pertinente por permitir veicular um significado mais específico. Convém então abordar este ponto com profundidade. As ilustrações que seguem abaixo demonstram atividades de turismo rural.

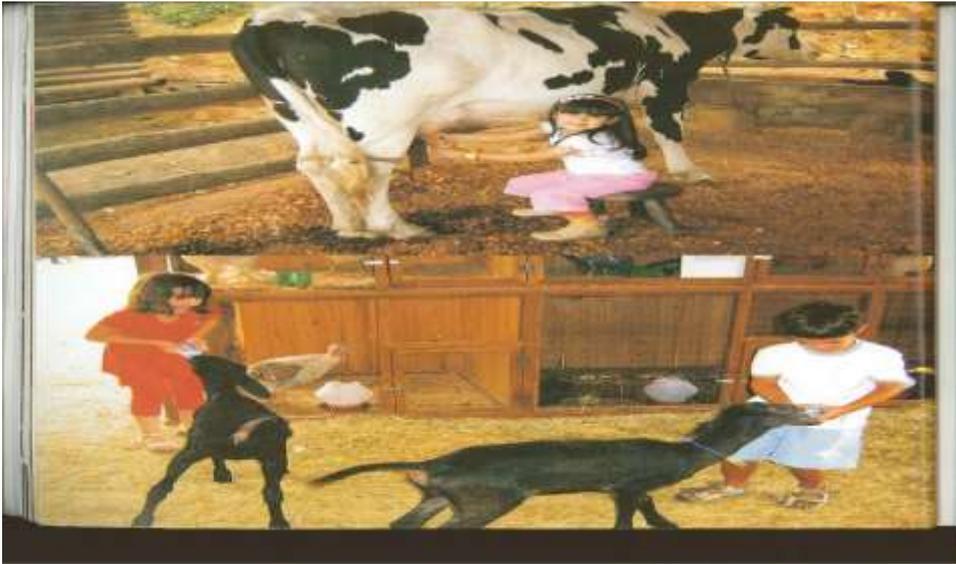


Figura 2 - Atividades de Turismo Rural

Fonte: CATI



Figura 3 – Placa de Informações Turísticas

Fonte: CATI

Mendonça (2003) declara que foi a partir da década de 80 que o agroturismo surgiu, basicamente como alternativa para unidades rurais com problemas econômicos. Segundo BENI (2002), agroturismo é o deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação em atividades agropastoris. Essa definição já é mais específica, mas poderia veicular ainda mais especificidades do segmento. Para ainda o aprofundamento desta reflexão, a definição de Portuguesez (2010) é pertinente. O autor argumenta que o agroturismo é uma atração da demanda eminentemente citadina para ambientes rurais em que os turistas podem experimentar maior contato com um ambiente bucólico, costumes locais e o dia-a-dia da vida no campo. Nota-se nesta concepção de Portuguesez (2010) a importância de destacar os costumes locais e a rotina do campo. No entanto esta definição em específico, não permite distinguir se o agroturismo se realiza no âmbito da agricultor familiar. É verdade que alguns autores restringem o uso do termo “agroturismo” somente para a atividade turística desenvolvida por agricultores familiares. É o caso de Guzzatti (2010), por exemplo, que explica a implantação do agroturismo na região do Estado de Santa Catarina a partir de iniciativas por parte dos agricultores familiares.

Algumas constatações deste processo inicial foram: a) o programa não deveria se chamar turismo rural. O termo assustava, pois os participantes o associavam à ideia do turismo praticado em Lages nas grandes fazendas, ou seja, aos hotéis fazenda. Assim, imediatamente se discutiu um termo mais apropriado, optando-se pela utilização do agroturismo, o qual identificava de forma clara e direta o foco do trabalho: turismo junto à agricultura (idem:122).

Neste mesmo sentido, Tulik (2003) considera que o agroturismo desenvolve-se integrado à gestão familiar da propriedade rural ativa, sendo uma perspectiva de complementação renda para quem vive no campo. Da mesma forma, Silva (2006) também considera o agroturismo como um segmento ou modalidade turística desenvolvida em propriedade de agricultor familiar com objetivos de mostrar e explicar o processo de produção de alimentos e o cotidiano dos colonos e familiares. Os agricultores familiares podem oferecer hospedagem e alimentação na própria casa ou na sua proximidade. Podem, ainda, incentivar as cadeias produtivas locais, como aquelas em torno da cachaça, chocolate, queijos, vinhos, café, ou outros produtos regionais de excelência. Pedreira e colaboradores (2013:401) ainda são mais específicos. Estes autores inserem a ideia de multifuncionalidade ao agroturismo, como visto a seguir.

[...] o desenvolvimento de um turismo sustentado em áreas rurais deve manter uma estrita e direta relação com as atividades agrícolas, devendo ser realizado sob uma visão de estrutura de trabalho multifuncional por parte dos fazendeiros ou produtores rurais. Qualquer outro tipo de atividade turística realizada, mesmo no interior da propriedade, mas em não conformidade com a definição acima mencionada, é considerado “turismo rural”, sendo alternativo e/ou complementar ao agroturismo.

Esta colocação leva a pensar novamente no agroturismo intrinsecamente associado à agricultura familiar, ainda favorecendo o reconhecimento da multifuncionalidade da atividade agrícola. A propósito, a gestão familiar do estabelecimento por quem realiza o trabalho é peça chave na definição de agricultura familiar. Em tal ótica, não considera-se como agroturismo a atividade realizada nas fazendas tradicionais do Nordeste associadas à casa grande dos proprietários das usinas de cana-de-açúcar. Nem tampouco, no estado de São Paulo, aquelas atreladas aos grandes cafeicultores. Melhor pensar que tais experiências funcionam mais como museus que retratam a história da escravidão no Brasil. A atividade agrícola em propriedade ativa muitas vezes não ocorre em tais exemplos.

O folder promocional do roteiro turístico em Venda Nova do Imigrante no Estado do Espírito Santo que segue abaixo, por exemplo, permite sugerir os termos mais precisos para os propósitos da agricultura familiar e a definição de agroturismo. A experiência de Venda Nova do Imigrante é uma referência nacional. Trata-se pois de um agroturismo de caráter familiar, no qual os agricultores e suas famílias produzem uma gama de produtos e serviços diferenciados, diretamente ligados à produção agrícola.

Agroturismo

Recém-chegado da Itália, os imigrantes trouxeram a cultura de produzir os alimentos dentro de suas comunidades. Já que havia poucos locais de comércio na região e os produtos tinham um valor elevado, eles começaram a vender os produtos diretamente para os vizinhos. Assim, a venda direta, que chamamos hoje de feira, nasceu. A ideia era vender os produtos frescos, baratos e a qualidade era sempre alta para produção de leite e queijo por serem considerados um produto altamente "valioso".

A tradição de fazer produtos caseiros foi preservada de geração para geração. Hoje, a maioria dos produtores colhece seu leite que vai para a "cozinha" para fazer queijo. O agroturismo, uma atividade que tem ganhado bastante espaço nos últimos anos, geralmente ocorre em locais rurais.

O agroturismo do Espírito Santo surgiu bem próximo ao planejamento do projeto de desenvolvimento rural. Hoje, o agroturismo tem sido uma das principais atividades econômicas do Estado. O agroturismo é uma atividade econômica que visa proporcionar ao visitante uma experiência única e agradável, permitindo que ele conheça a cultura e a história do produtor rural.

O agroturismo é uma atividade econômica que visa proporcionar ao visitante uma experiência única e agradável, permitindo que ele conheça a cultura e a história do produtor rural.

Mapa Circuito do Agroturismo

www.festadapolenta.com.br

VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

Berço do Agroturismo Terra da Polenta e do Socol Povo Trabalhador

Não jogue este impresso em lixo público

Empreendimentos Complementares

Comércio - (51) 3546-1179	Mel e Pão - (51) 3546-1111
Capoteiro - (51) 3546-1119	Mel e Pão - (51) 3546-1111
Produtos Da Terra - (51) 3546-1119	Restaurante Pólvora - (51) 3546-1111
Casa da Mãe - (51) 3546-1119	Pizzaria By Mônica - (51) 3546-1111
Marmelada Capivara Convencion 8	Restaurante Don Lorenzo - (51) 3546-1111
Vitória Barros - (51) 3546-1119	Restaurante Sobras e Cia - (51) 3546-1111
Wagner - Av. Pedro de Polenta - (51) 3546-1111	Restaurante Natário - (51) 3546-1111
Orquídea Barros - (51) 3546-1119	Restaurante e Pizzaria Monte Sopro - (51) 3546-1111
Agropecuária - (51) 3546-1111	Restaurante Socol - (51) 3546-1111
Alves Aires - (51) 3546-1111	Churrascaria Guedes - (51) 3546-1111
Passado Novo Sopro - (51) 3546-1111	Restaurante Sopro - (51) 3546-1111
Paula Emily - (51) 3546-1111	Restaurante Góndola - (51) 3546-1111

Secretaria do Turismo, Espírito e Lazer
(51) 3546-1111 - turismo@vendanova.com.br

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Circuito do Agroturismo



Loja do Agroturismo
Produtos artesanais das associações do Agrotur.
End.: mangueira da BR-262 - (31) 3546-2317
www.agroturismo.com.br
agrotur@agroturismovendaonline.com.br



Artesanato em Marmorê e Granito
Oficina e venda de souvenirs de marmorê e granito
End.: São João de Vilvas
(31) 3546-3062 - Set. Turismo, Esporte e Lazer



Fazenda Saúde
Restaurante com fogão à lenha, lago periquilopague e grande área de lazer.
End.: BR-262, km38, entrada End. dos Produtores av. Rod. Pedro Cole, KM 04
Providência - (31) 3546-1528



Sítio Família Lorencini
Plantação de laranjeiras e Abacaxi, laranja Limoncillo, uva e arapostado.
End.: Tapero - (31) 3546-1130/9562-3448
lancini@netmail.com



Sítio Ambrósio
Lago para pesca, campo futebol, boche, trilhas e área para churrasco e eventos.
End.: BR-262, Km 121,3 - Cachoeira Alegre S. João de Vilvas
(31) 3546-9625 - ambrósio@gmail.com



Fazenda Carnioli
Café 100% Arábica, suco e torrefação, queijos, fuba e etc.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 04
Providência - (31) 3546-1372
www.carnioli.com.br



Casa Vecchia
Visita a plantação de grãos e flores, sendo de produtos caseiros: doces, compotas, geleias, queijo e artesanato.
End.: Tapero - (31) 3546-3963
casavecchia@hotmail.com



Família Alceú-Tia Cida
Visita o capelinha de São João e venda de produtos caseiros: docinhos, macarrão, fuba...
End.: Rod. Pedro Cole, KM 01 - (31) 3546-1581



Família Bueno
Café, queijos, fuba, fuba e condimentos.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 4,5 Providência
(31) 3546-1956



Alceú da Montanha
Produção de geleias, bolos, docinhos e doces em geral.
End.: BR-262, Km 321 - Tapero
(31) 3915-9422 / 3915-3085



Artesanato da Cláudia
Artesanato em madeira de café, cestos e decorações.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 01
Providência - (31) 3546-1128



Cachoeira Tomazinha
Sítio Bueno
Visita ao alambique, degustação e derivados.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 4,5
Providência (31) 3945-7013



Artesanato Voluntários do HPM
Fabricação e comercialização de produtos artesanais. End.: R. dos Roupelle, 50
cerco ao Hospital
(31) 3546-2470 www.voluntarios.org.br



Pronova
Cooperativa dos cafeicultores
Conheça o processo de classificação do Café Arábica. Visita a Casa do Café com degustação do café espresso, fuba e objetos antigos.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 01 - Providência
(31) 3546-3268/2854 - pronova@ui.com.br



Sítio Refim do Ipi
Família Briscoi
Comercialização de vinhos, sucos e derivados.
End.: Rod. Pedro Cole, Km 06 - Providência.
(31) 3546-1074/9486-1013



Sítio Morango Gogno
Visita ao plantio e a produção de derivados do morango.
End.: Rod. dos Produtores - Alto Casas
(31) 3546-1238



Orquidário Calman
Cultivo e comercialização de orquídeas espécies melhoradas geneticamente.
End.: Estrada do Laranjeiras, Km 01
(31) 3546-1136



Sítio e Adaga Toneli
Visita ao pomar e produção de vinhos e produtos caseiros.
End.: Rod. Pedro Cole, KM 04 - Providência
(31) 3546-1011/986-9422



Sítio Guazú - Vini
Hortaliças com alimentação, vilas ecológicas, alternativas de práticas sustentáveis e margem alternativa. End.: BR-362, km 98
S. José de Alto Vilvas (31) 3546-1438 / (31) 9862-1365
www.guazuvini.org.br

Figura 4 – Folder Venda Nova do Imigrante

Fonte: Distribuição em Feira de Turismo

A Acolhida na Colônia é outra referência em agroturismo no Brasil (CABRAL E SCHEIB,2004). O roteiro agroturístico abrange cerca de 80 municípios do território das Encostas da Serra Geral do Estado de Santa Catarina. Martins e Conterato (2013) afirmam a existência parcerias entre SEBRAE, EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e arranjos institucionais através das associações locais. A Associação Acolhida na Colônia implantou um conjunto de atividades visando a permanência de famílias no campo valorizando o agricultor e incentivando o agroturismo (MORUZZI e LACERDA, 2008). As tantas crises que ocorreram ao longo dos anos e a perseverança desses agricultores em criar alternativas influenciam na caracterização do território e na reprodução social. Em 1996, surge oficialmente a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) que provocou transformações significativas na dinâmica socioespacial rural devido ações de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos orgânicos. A Associação baseia-se no tripé agroecologia, agroindústria e agroturismo. Houve a conversão da agricultura convencional para a agricultura orgânica e a constituição de uma rede de agroindústrias rurais de pequeno porte. Produtores possuem certificação de produção agroecológica e agregam produtos como frutas, doces, pães e legumes ao turismo por meio da comercialização, alimentação e venda direta. As características culturais, morais, religiosas, de relações sociais que foram mantidas devido ao isolamento geográfico se tornaram atrativos turísticos. A gastronomia local exerce uma forte atratividade sobre os visitantes. Implantou-se a hospedagem rural, fornecimento de alimentos orgânicos e passeio. A hospedagem dos visitantes é realizada na casa dos agricultores envolvidos no projeto, cerca de 180 propriedades em diferentes níveis de estruturação.

Por outra, o próprio processo político transformou-se em atrativo e diferencial do território, servindo como exemplo e inspiração para outras regiões e iniciativas. Nesta lógica, o surgimento de uma rede de organizações articuladas em torno de alternativas para um território rural, baseada na construção de opções que apontam para a multifuncionalidade do território, para os novos papéis do meio rural e da agricultura familiar, construída sobre uma base associativa, atraiu a atenção para a região. (GUZZATTI, 2010:155)

Segundo Moruzzi e Lacerda (2008) ocorre captação de créditos e benefícios públicos, como exemplo, a Cooperativa de Profissionais e Crédito supre demandas de orientação técnica e o Para esses dois autores, nesses espaços germinam um novo quadro de valores e questões políticas, sociais e ambientais. Em 1998 ocorreu a implantação do programa de agroturismo

nas Encostas da Serra Geral e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia foi fundada um ano depois.

“[...] O turista normalmente é exigente, ele quer o atrativo, ele quer um produto, sendo servido, oferecido de forma profissional. Então como preparar a propriedade, preparar os serviços? É necessário muito apoio técnico, muita formação, e nisso a Acolhida na Colônia dá o suporte” (GUZZATI, 2010:148)

Nesse destino, o agroturismo pode se associar à preservação dos sistemas naturais e à alimentação saudável despertando a atenção para a recuperação de áreas degradadas e a redução do uso de agrotóxicos (MORUZZI e LACERDA, 2008). Fundamenta-se na cooperação onde agricultores associados que administram em conjunto este segmento turístico. A paisagem foi valorizada, garantiu-se a minimização de impactos ambientais, desaprovção do desmatamento e o reflorestamento.

Outros fatores são determinantes para que o agroturismo seja reconhecido como uma atividade importante para o território aonde ele vem sendo implementado. Dentre eles, podem-se citar: mostra-se como uma importante opção de geração de trabalho e renda dentro das propriedades rurais; - tem impacto na auto-estima dos agricultores familiares; - proporciona uma valorização das atividades rurais cotidianas; - enaltece o lugar e o modo de vida dos agricultores; - cria novas utilidades para instalações ociosas nas propriedades rurais, viabilizando a diversificação das atividades rurais; - possibilita a troca de conhecimentos (viajar sem sair do lugar) para os agricultores; - estimula o conhecimento de outras regiões do mundo, através de viagens de intercâmbio - atraí de forma expressiva o interesse de pessoas mais jovens; - tem proporcionado o aumento da divulgação do município e do território no estado e no país; - facilita a captação de recursos públicos e privados por parte do Poder Público e da própria Acolhida; - valoriza as atividades ligadas à agricultura e à cultura local; - contribui para o aumento da arrecadação de impostos municipais, graças ao melhor desempenho do comércio local; (GUZZATTI, 2010:150)

Os agricultores da Acolhida traçam um projeto de se manter no local e construir qualidade de vida para todos. São eles os portadores de tradição local, possuem todo arcabouço para a assegurar que o mundo rural permaneça como um importante espaço de vida.

Entre as distintas modalidades de turismo, o agroturismo na agricultura familiar pode ser mais adequado para favorecer o território e a dinâmica espacial, proporcionando o bem-estar às famílias que vivem no campo. Nesta perspectiva, o turista pode desfrutar de hospedagem típica, gastronomia regional e participar de comemorações tradicionais como por exemplo, a festa de Santo Antônio em Mandira. Com o apoio no pensamento de Amartya Sen (2000), acredita-se que a liberdade engloba aquela política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, o empoderamento e a segurança. O teórico elucida as possibilidades das pessoas levarem adiante iniciativas e inovações que lhes permitam concretizar seu potencial criativo e contribuir efetivamente para a vida coletiva. Desta maneira, tratar-se-ia de uma ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas. Levando em conta tais ideias, nossa análise examinou até que ponto um turismo comunitário chega a aumentar o potencial das pessoas em participar, expandindo suas capacidades. No caso, tratou-se assim de discutir a ampliação do horizonte social e da melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Nesta ótica, alguns elementos são aspectos pertinentes para pensar em expansão das liberdades. Em primeiro lugar aqui, o conceito de capital social pode ser útil. Trata-se de relações de confiança, reciprocidade, regras comuns, normas e sanções e conexão em instituições. Segundo Pretty e Ward (2001), na década de 90 foram notáveis os avanços na formação de grupos ao redor do mundo. A agricultura é atividade central neste fenômeno. Estes grupos têm 1. colaborado na gestão da água, 2. compartilhado trabalho e comercialização, 3. realizado o co-manejo de pastagens, 4. participado da gestão de recursos aquáticos de famílias de pescadores e suas comunidades. Essa colaboração foi institucionalizada em muitas formas de associação local, através de clãs ou grupos de parentesco, lideranças tradicionais, grupos de usuários de água, as sociedades de pastagem, grupos de auto-ajuda para mulheres, clubes de jovens, grupos de experimentação de agricultores, grupos de igreja e sociedades de trabalho de troca (PRETTY e WARD, 2001). Uma série de estudos de desenvolvimento rural têm demonstrado que, quando as pessoas estão bem organizadas em grupos, é incorporado sólido conhecimento para o planejamento de atividades propícias para o desenvolvimento local. De acordo com Pretty e Ward (2001), um estudo de 25 projetos agrícolas completos do Banco Mundial demonstra que o sucesso contínuo foi associado claramente com a construção da instituição local. Doze dos projetos alcançaram sustentabilidade a longo prazo graças às instituições locais fortes. Nos demais, as

taxas de retorno diminuam acentuadamente, ao contrário das expectativas, no momento da conclusão do projeto. Os resultados foram insustentáveis, onde não tinha havido nenhuma atenção ao desenvolvimento institucional e participação local. Nos últimos anos observa-se uma extraordinária expansão em programas de gestão coletiva em todo mundo descritas como gestão comunitária, gestão participativa, gestão conjunta, gestão descentralizada, gestão indígena, participação do usuário e cogestão. Assim, há uma grande expansão de programas de gestão coletiva em todo o mundo.

Pretty e Ward (2001) explicam que esses avanços na criação de capital social têm-se centrado em processos de aprendizagem participativa. Acrescentam que a reforma política é uma condição adicional mais favorável para o surgimento e manutenção de grupos locais. Na Índia e Nepal no início da década de 1990, por exemplo, os governos permitiram direitos de acesso e concessões para produtos florestais a coletivos. No Sri Lanka, a adoção de manejo de irrigação participativa tornou-se uma política nacional em 1988 (PRETTY e WARD, 2001).

Segundo Sachs (2002), o fortalecimento territorial se traduz na definição de meios de processos participativos e estratégias de desenvolvimento local. De certa maneira, o fortalecimento de organizações locais depende do envolvimento de um número significativo de membros da comunidade, enquanto a formação de grupos e seus aspectos de associação estão intimamente ligados a um desejo de ação. Neste contexto, Abramovay (2002) explana que a organização social abre caminho para uma nova atitude com o meio e o desenvolvimento sustentável. A participação e o envolvimento das populações locais no processo de planejamento e gestão devem ser considerados como peça chave para a preservação do meio ambiente e o bem-estar social.

É com estas premissas que emerge a noção de turismo de base comunitária. Trata-se de fundar experiências de turismo calcadas no saber local e nas necessidades locais. Localidades que almejam um turismo sustentável destacam estratégias que quando arquitetadas de forma coletiva permitem a melhoria dos serviços oferecidos, a preservação das paisagens e da biodiversidade e o bem-estar da comunidade. Assim, a preservação ambiental também revela-se como condição básica para a reprodução da vida natural e social, uma vez que a população do destino de turístico depende diretamente da

natureza para sua sobrevivência no tempo. Sobretudo em territórios turísticos, a gestão do meio ambiente deve ser resultante da participação dos diversos atores sociais trabalhando em conjunto, segundo uma perspectiva de ecodesenvolvimento. A organização dos envolvidos desdobra-se em formulações de zoneamentos ecológicos, monitoramento, responsabilidade social e políticas públicas em torno da apropriação dos recursos naturais da localidade. Entende-se a dimensão local como potencializadora da história e identidade local por desenvolver ações reconstituindo horizontes comunitários e de participação. Esta organização social pressupõe um processo, no qual, o indivíduo se reconhece como parte integrante, com motivação, de determinado grupo social.

O turismo de sol e praia, o agroturismo e o ecoturismo, por exemplo, podem ser de base comunitária.

Os primeiros registros sobre a prática do TBC surgiram em comunidades rurais, originando portanto, o termo Turismo Rural Comunitário (TRC). As experiências registradas segundo Maldonado (2009) ocorreram em localidades isoladas da América Latina, na década de 1980 (ALVES, 2013: 82).

O eixo da base comunitária se orienta para a inclusão social, a partir de estratégia legítima de sobrevivência em um mercado permeado por visões individualistas e redes transnacionais de operadoras turísticas, agências e meios de hospedagem. É notável que em grande medida esse mercado não valoriza a mão de obra local que é mal remunerada, contrata pessoas de outras localidades e marginaliza a população local do desenvolvimento da atividade turística.

Contraditoriamente, se dá o processo de descaracterização de comunidades pesqueiras para alocação de infraestrutura para o turismo, a exemplo ocorreu em outros núcleos nordestinos voltados ao turismo internacional, tais como a praia de Porto de Galinhas, em Pernambuco; a praia de Pipa, no Rio Grande do Norte; as praias de Trancoso, Arraial d’Juda, Guarajuba, Itacaré, Porto Seguro, Praia do Forte, na Bahia e Maragogi em Alagoas. (CORIOLANO et al, 2009:61)

As reflexões de Coriolano (2003, 2006, 2009) foram essenciais para o arcabouço teórico deste trabalho, pois fundamentaram o entendimento sobre as diversas faces da atividade turística. Estas reflexões levaram a tratar do turismo de base comunitária, que orientou vigorosamente nossa análise.

Na atualidade, existem exemplos de circuitos de turismo rural e agroturismo que se situam no eixo de base comunitária, aproximando-se a uma atividade econômica, social e de lazer apropriada para agricultura familiar. Sustenta-se no modo de vida local, representando o mundo da comunidade anfitriã.

Alguns municípios, inúmeras comunidades, pequenas empresas encontram caminhos para incluírem-se nos roteiros turísticos e apresentarem artes, gastronomias, folclores, atrativos naturais e culturais, transformando a oferta potencial em atual. O turismo chegou aos morros, favelas, áreas indígenas, assentamentos dos *sem terra* e nas periferias (CORIOLANO, 2003:7)

A espetacularização da natureza, da cultura e os simulacros das relações com intuito de mercantilização em turismo convencional são questionados. Como resposta, o turismo comunitário é um movimento de resistência. Segundo Coriolano (2009), a organização comunitária é entendida como uma contraproposta na qual envolvem o capital social da população e a gestão participativa da atividade turística. O turismo de base comunitária atribui prioridade à geração de trabalho e renda para os moradores locais e à formação de pequenos negócios locais. A diversidade social brasileira implica na pertinência de se conhecer em profundidade as formas de reprodução social de cada comunidade local, para que se desenvolvam modelos de participação, manejo e preservação específicos. O eixo de turismo de base comunitária está relacionado ao comércio justo, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária. Esta tese se inscreve em boa medida nesta perspectiva. O turismo desta natureza é concebido como estratégia para o desenvolvimento local visando alcançar frutos graças ao protagonismo dos moradores na construção de uma proposta coletiva.

A propósito, a literatura sobre a economia solidária afirma o caráter alternativo das experiências populares de autogestão e cooperação econômica, representando um novo modo de organização do trabalho (CORIOLANO et al, 2009). As empresas solidárias distribuem o produzido para garantir a subsistência das pessoas de maneira que o objetivo não seja a acumulação dos lucros, mas sim a atenção aos valores humanos. Escambos, trocas, mutirões e partilhas são comuns. Salles e Sales (2010) explicam que a rede de colaboração solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. A noção de rede também é importante,

pois coloca-se ênfase nas relações que se integram em laços de sinergia coletiva e facilitam a transformação de cada parte pela sua relação com as demais.

Uma rede solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização. Todos se propõem a praticar o consumo solidário permitindo aglutinar diversos atores sociais com forte potencial transformador. Desta maneira, os empreendimentos não só produzem mercadorias, produzem sociedade. O sistema acaba distribuindo com mais igualdade, superando tendências de exploração ou violência. Ou seja, a intenção consiste, em poucas palavras, a integrar valores de solidariedade. Portanto, a economia solidária fundamenta também a atividade turística de base comunitária. O turismo comunitário é planejado e desenvolvido a partir da comunidade, coletivamente. Segundo Salles e Sales (2010), apresenta-se como atividade que reforça atividades domésticas de produção, como o cultivo de hortas e pomares e a criação de animais. Por outro lado, os equipamentos típicos desta modalidade de turismo são as pousadas comunitárias e os ateliers de confecção de artesanatos em grupo.

Todas essas atividades são desenvolvidas tendo como princípio o bem estar coletivo e a troca de saberes por meio da cooperação do trabalho, por isso, possibilitam a formação de vínculos de proximidade e cumplicidade entre os moradores da comunidade. (SALLES e SALES 2010:175)

Nesta linha de raciocínio, as pessoas devem se organizar em associações ou grupos atuantes que formam movimentos sociopolíticos. As palavras-chaves aqui são trabalhar em comum, cooperação, colaboração e participação. Dessa forma, acredita-se cumprir os objetivos do turismo comunitário com a efetiva participação dos atores sociais em todas as fases do desenvolvimento turístico, desde a concepção até a execução e gestão. As pessoas devem participar efetivamente do grupo, envolvendo-se executando o que é pensado e decidido em conjunto. Sendo assim, a participação é vista como o percurso para a resolução de problemas e esta forma de resolução de problemas é diretamente ligada aos processos comunicativos que requerem certo consenso. Na atividade turística de base comunitária, através da união os indivíduos podem aumentar as chances de alcançar objetivos. Esta ação coletiva também é uma maneira de pressionar a administração pública por meio de reivindicação organizada. Desta forma, as ações em conjunto em prol de um objetivo comum são obtidas por meio de redes sociais e convenções que tornam metas de um determinado planejamento mais tangíveis.

Registram-se com maior frequência algumas práticas bem sucedidas de atividades turísticas, com características mais populares, voltadas ao desenvolvimento social, com distribuição da riqueza. Elas podem aparecer com nomes variados, como “turismo comunitário”, “turismo de base local”, experiência de “economia solidária”, “turismo alternativo”, “turismo solidário” dentre outras denominações. Mas o importante desses experimentos é o vislumbrar de possibilidades de aprendizagem, de comunicação e inclusão de mais pessoas e mais comunidades nas ações positivas que o turismo pode dinamizar (CORIOLANO et al 2009:57).

A ação do governo em fomentar o turismo de base comunitário deve ser realçada aqui. O programa Viagem de Inclusão (2007-2010) consistiu em um instrumento de planejamento e gestão com o objetivo de transformar a atividade turística em um importante mecanismo de desenvolvimento econômico local. Em 2008, foram formalizados, por meio de convênio 22 projetos o apoio ao turismo de base comunitária distribuídos nas cinco regiões do Brasil (BARTHOLO et al, 2009). O programa se caracteriza como iniciativas pioneiras do governo em incentivar o turismo comunitário/coletivo. Por outro lado, Mielke e Pegas (2013) salientam que em muitos casos há uma falta de processos sustentáveis de gestão turística envolvendo governança e acesso ao mercado são problemas principalmente devido as relações com os canais de distribuição que não estão estabelecidas, não estão claras ou não há recursos para saber onde está e como atrair o público de interesse. Explicam que esta situação ocorre porque a comunidade não está preparada para lidar as organizações turísticas em sua realidade.

[...] Se a comunidade não tem um conhecimento explícito do que vem a ser turismo, seus benefícios e riscos, e ter uma visão mais clara de suas metas, objetivos e limites, fica muito difícil para esta saber elencar quem são as fontes (ex: empresas e operadoras turísticas) que irão trazer um perfil de turista que interessa e pode ser implementado pela comunidade e que promoverá um comportamento e um gasto responsável e não-sazonal (MIELKE e PEGAS, 2013:176).

Neste trabalho concorda-se com a visão de Coriolano que turismo comunitário é um eixo, ou seja, uma forma de tratar a atividade turística. Cabe ainda insistir que o turismo de base comunitária é visto por alguns turismólogos e governantes como eixo que pode favorecer a participação na gestão dos atrativos de pequenas comunidades, garantindo certa autonomia. Nesta perspectiva, estruturam-se serviços realizados por pequenos empreendedores, grupos solidários e comunidades que descobrem no turismo oportunidades de trabalho. Pode-se dizer que o turismo comunitário pressupõe que a população local seja financeiramente beneficiada de forma justa, pela prestação de serviços ou venda de produtos, estrategicamente uma ferramenta para reduzir a pobreza. A

mobilização comunitária e participativa é o inverso do turismo individualista tradicional de empreendedores que ocupam o território ameaçando a qualidade da vida e as tradições da população local, buscando construir um contraponto e uma alternativa ao turismo especulativo e massivo dos grandes capitais.

A presença de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação no Brasil torna a discussão sobre turismo comunitário relevante. Muitas comunidades já desenvolvem a atividade turística, como nos casos das RESEXs Currealinho e Pedras Negras no Estado de Rondônia (MATTOS e IRVING, 2003) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá no Amazonas (COELHO, 2013), Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema -Acre (MORAES e IRVING, 2013), constituindo exemplos emblemáticos.

A Reserva Cazumbá-Iracema, no Acre, conheceu a implantação da sua primeira pousada em 2002 e, desde então, desenvolve-se o ecoturismo de forma ainda embrionária. O público visitante é composto de estudantes e populações da própria região interessados em conhecer o desenvolvimento local na UC. As tarefas são divididas entre os moradores para atender visitantes e os moradores envolvidos são remunerados pelo serviço prestado. Os aspectos marcantes e peculiares da história de conquista do próprio território acreano e o modo de vida tradicional são potencialidades e diferenciais para o desenvolvimento do ecoturismo no local. Para Moraes e Irving (2013), a experiência do turista que visita a RESEX pode gerar uma reflexão cidadã sobre as dificuldades de vida na floresta e do manejo dos recursos naturais renováveis. Alguns atrativos são: produção de farinha, artesanato de borracha, criadouros de animais silvestre. O turismo vincula-se ao reconhecimento da cultura tradicional e na necessidade de uso sustentável dos recursos naturais renováveis. Os autores comentam também que impactos sociais do turismo percebido por moradores são a homogeneização cultural imposta pelos padrões capitalistas, surgimento da ganância entre moradores, alteração da dinâmica cotidiana e lixo. Segundo Moraes e Irving (2013), os residentes apontam para a carência de infraestrutura básica e turística e limitação de assistência técnica. Acrescentam que a renda obtida tende a se concentrar em uma ou duas pessoas e os envolvidos na organização da visita são sempre os mesmos. Desta forma, a atividade turística tem gerado desconforto entre os moradores que segundo Moraes e Irving (2013) é uma situação que tende a dificultar o desenvolvimento de iniciativas no plano coletivo.

5 A CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Para Bandeira (2008), os primeiros habitantes do Estado de São Paulo estavam no Vale do Ribeira há aproximadamente nove mil anos atrás. Segundo o “Laudo Antropológico do Ministério Público Federal” de 1998, o início da ocupação no Vale do Ribeira de Iguape remonta ao período pré-histórico (SÃO PAULO, 2002). A partir dos dados fornecidos pelas pesquisas arqueológicas do laudo antropológico, ameríndios praticavam a pesca e habitavam a região permanentemente por contingentes pouco numerosos. Essa população dependia dos recursos naturais e dos ciclos da natureza.

Por outro lado, conforme a caracterização de Diegues (1998), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas em que as formas de manejo dos recursos naturais não o lucro, mas a reprodução social e cultural. A população tradicional que habitava o Vale do Ribeira foi expulsa violentamente pelos colonizadores. Com efeito, o povoamento desta área sob os auspícios coloniais empreendeu-se rapidamente e a cidade de Cananéia foi fundada em 1531. Constituía aos colonizadores europeus, no século XVI, um importante ponto de apoio à navegação costeira e às primeiras missões exploratórias em regiões interiores do Brasil (SALES & MOREIRA, 1996).

Essa localização estratégica para a colonização ofereceu à região prosperidade econômica entre os séculos XVII e XIX. O Vale do Ribeira foi ocupado em função do povoamento, defesa e expansão do território português. Na época, as atividades do povoamento eram baseadas na pesca, coleta e lavoura. A fundação de dois pequenos núcleos em Iguape e Cananéia serviu para a penetração no continente. A economia da região tomou impulso com a mineração em razão de descobertas de jazidas auríferas. A fundação de diversas cidades da região, como Eldorado e Registro, estão associadas à exploração do ouro. O declínio da atividade aconteceu por volta do final do século XVII quando descobriram-se jazidas em Minas. A economia estagnou e só foi tomar outra dinâmica com o cultivo do arroz na baixada do Ribeira no século XIX. O porto escoava a produção. Com a construção do Canal do Valo Grande, o forte assoreamento comprometeu seriamente as atividades do porto impedindo o acesso de navios. Nesse mesmo momento a cultura do café se fortalece e redireciona o capital no estado de São Paulo.

Quando o processo de industrialização se acelera no Brasil, o Vale do Ribeira estava à margem de todos investimentos e aportes financeiros, concentrados em regiões cafeeiras. Como já mencionado, o assoreamento da foz do Rio Ribeira, a Barra do Icapara, e a gradual desativação do porto contribuíram para tal situação. Passando para os anos de 1970, a implantação de uma série de obras e infraestrutura ocorre sem consulta aos moradores tradicionais, em particular as muitas comunidades de remanescentes de quilombos. Outro aspecto que alterou a vida dos habitantes dessas comunidades foi a criação de Unidades de Conservação na região, como a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar (1984), o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) (1958) entre outros. Segundo Todesco (2007), na década de 1980 foram criadas nove Unidades de Conservação que causaram grande impacto numa região de economia baseada na agricultura e extrativismo. O governo demarcou áreas a serem conservadas ou preservadas para a criação de parques, estações ecológicas, em suma 75% das terras da região estavam regidas sobre leis de proteção ambiental.

De acordo com Sales & Moreira (1996), desde 1962, duzentos mil hectares de terras foram transformados em unidades de conservação. Em 10/02/1993 houve o Decreto Federal nº 750 que implicava em sérias restrições de uso dos recursos naturais do Bioma Mata Atlântica. Porém, não vem ao caso aqui questionar a proteção ambiental visto que remanesce atualmente apenas resquícios da Mata Atlântica brasileira. Entretanto, o desprezo e desconsideração por parte do governo e alguns ambientalistas pelas populações locais com as UCs é algo a ser mencionado. Desta maneira, restringiu-se o uso da terra e a prática de algumas atividades tradicionais, sobretudo a agricultura de subsistência, que acabou prejudicando as populações locais de comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas. Outro elemento importante a ser lembrado foi que a proibição de acesso aos recursos naturais tradicionalmente explorados resultou na exploração ilegal de palmito e madeiras (SALES & MOREIRA, 1996).

Todos esses fatores eclodiram na evasão de moradores rurais. Algumas pessoas ainda persistiram em continuar com a atividade agrícola tradicional e o fizeram clandestinamente em regiões de difícil visibilidade ou de acesso para o controle da guarda florestal. Assim, os moradores locais foram submetidos a uma série de restrições da legislação ambiental as quais inviabilizam a reprodução de seu padrão de ocupação tradicional. Muitas transformações culturais e econômicas ocorreram.

Por outro lado, as ações governamentais levaram a uma valorização das terras decorrendo em processo de especulação imobiliária e grilagem de grandes áreas, restringindo o acesso dos moradores aos recursos naturais historicamente explorados ou acarretando sua expulsão (Sales & Moreira,1996). Nesse período causaram-se danos piores que os séculos de ocupação caiçara (Sales & Moreira,1996). A evasão expulsão de grande parte dos moradores rurais e litorâneos acabou facilitando a chegada de outras pessoas à região com seus novos empreendimentos imobiliários, madeireiros, alimentícios e turísticos.

De todo modo, as cidades de Iguape e Cananéia no Vale do Ribeira são destinos turísticos, tombadas como patrimônio histórico e agregam conjuntos de arquitetura colonial brasileira que atraem pessoas de várias localidades. Desta forma, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista- SUDELPA, investe desde os anos 1960 no desenvolvimento local do turismo. Após os anos 80, é o ecoturismo que passa a ser anunciado como alternativa e solução para os conflitos sócio ambientais na região. Segundo Todesco (2007), entre os anos 1990-2000 o termo ecoturismo foi utilizado e referenciado em 41% dos projetos da região.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) foram responsáveis por grande parte dos projetos turísticos no Vale do Ribeira. Foram parcerias firmadas entre o terceiro setor e o governo do estado de São Paulo. Em 1987 a cidade de Eldorado recebia muitos turistas semanalmente e o governo achou relevante implementar maior infraestrutura na Caverna do Diabo, um atrativo turístico. Além dessas ações, um Centro de Interpretação Ambiental e de Informações Turísticas foi fundado na cidade de Iguape. Em 1995, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) criou o projeto “Polo Ecoturístico do Lagamar” apoiado pela World Wide Fund (WWF). De acordo com Todesco (2007), com o apoio também da WWF, a ONG Vitae Civillis executou o projeto “Turismo Sustentável” com o objetivo de preservar a Mata Atlântica. Todesco (2007) explana que, entre os anos de 1995 e 1999, a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira realizou fóruns e oficinas de capacitação em ecoturismo para a população local com o apoio do Senac e do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) e cursos foram direcionados aos agentes municipais e aos 450 monitores ambientais. A Agenda foi patrocinada pela EMBRATUR e coordenada pela Fundação Florestal/SP. É importante lembrar que o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira recebeu quinze propostas para a atividade turística. Segundo Todesco (2007), no ano de 2000 ocorreu o Primeiro Encontro de Ecoturismo do Vale do

Ribeira. Já em 2004, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira (CONSAD) instituiu uma câmara técnica de turismo (Todesco, 2007). Não obstante, um grande projeto do setor turístico aconteceu na região no ano de 2005 designado de Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica, uma parceria entre o BID e o governo do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2013). Foi anunciado um investimento 15 milhões de reais no projeto. Porém, ao longo dos anos, o programa foi interrompido algumas vezes e sua coordenação também alterada em diversas ocasiões.

Outro projeto foi o Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia/SP, como anunciado no folder da figura abaixo.

CIRCUITO DE TURISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANANÉIA - SP

Você sabia que Cananéia tem um lugar especial, onde as belezas da Mata Atlântica e a preciosa cultura rural convivem lado a lado?

Então você está convidado a conhecer o **Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia**, uma proposta que reúne famílias de agricultores e comunidades interessadas em oferecer o que têm de melhor aos visitantes: sua deliciosa comida caseira, produtos artesanais e agroecológicos, além do contato com o modo de vida peculiar da área continental da cidade. Tudo isso em meio à Mata Atlântica bem conservada, que pode ser destruída em suas trilhas e cachoeiras!

O trabalho de implantação do **Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia** contou com diversas etapas, desde o levantamento detalhado das famílias interessadas, cursos para qualificação profissional, viagens de intercâmbio e estruturação dos serviços turísticos. Agora você pode usufruir de diversas atividades de lazer ou de cunho pedagógico, desde um delicioso café da tarde caiçara ou almoço caseiro, visita a atividades produtivas como criação de ostras e agrofloresta, banhos de cachoeira e até mesmo se hospedar em estilo rural, bem pertinho de tudo isso!

O **Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia** soma-se às atrações naturais e culturais de Cananéia, como seu Centro Histórico, as praias e trilhas do Parque Estadual Ilha do Cardoso, culinária a base de frutos do mar e o famoso fandango caiçara (manifestação cultural popular que reúne dança e música). O Núcleo Urbano de Cananéia também conta com uma excelente infra-estrutura de hospedagem.

Os agricultores familiares de Cananéia esperam a sua visita!



COMO CHEGAR A CANANÉIA E AO CIRCUITO ...

A partir de São Paulo ou Curitiba, segue-se pela BR-116 (Rodovia Régis Bittencourt), até o Município de Pariqueira-Açu, e em seguida para Cananéia. A partir de Cananéia, pode-se acessar o Circuito pela baía que vai para o continente ou pela Rodovia José Herculano de Oliveira Roca, mais conhecida como Estrada da Aroeira ou da Ponte. A partir do Bairro Avini, também se pode iniciar o caminho do Circuito (localize-se no mapa principal).

Pelo fato do turismo representar atividade complementar ao cotidiano das famílias, recomendamos que as visitas sejam agendadas com antecedência.

REALIZAÇÃO:



AGRICULTORES FAMILIARES DE CANANÉIA

FINANCIAMENTO:



Desenvolvimento Agrário
Ministério de Desenvolvimento Agrário

MAIORES INFORMAÇÕES

ASSOCIAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL - COMUNIDADE ATIVA

Telefone: (13) 3851 4050
E-mail: asacomunidadeativa@yahoo.com.br
www.traficaneia.com.br

CIRCUITO DE TURISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANANÉIA - SP

Trabalho, Lazer e Conservação em meio à Mata Atlântica

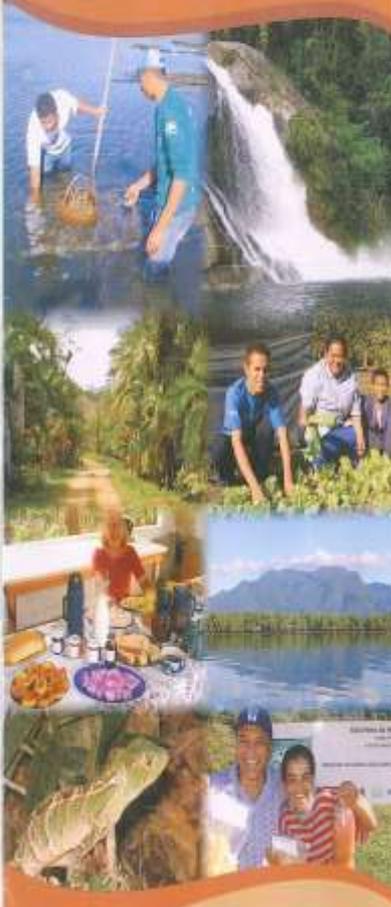




Figura 5 – Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia Fonte: SecTur

No ano de 2005, tal Circuito associou uma série de ações planejadas, entre prefeitura e sociedade civil, ONGs Gaia Ambiental e Comunidade Ativa, Itesp, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. visando oferecer uma opção de desenvolvimento para população ligada à agricultura familiar na região. Em 2010, muitos dos participantes do circuito já o haviam abandonado. O Circuito está desativado e as ações governamentais cessaram.

De toda forma, nota-se que foram muitas as iniciativas da sociedade civil e também de órgãos governamentais fundamentadas no interesse pelo desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira. Não cabe aqui neste trabalho uma análise de todos os projetos mencionados acima. Convém realçar apenas que apesar de tantas iniciativas, a atividade turística regional ainda está em processo de lento desenvolvimento. A maior parte dos projetos implementados pelo governo e ONGs citados anteriormente não tiveram continuidade, notadamente o Circuito de Turismo na Agricultura Familiar.

Mas é certo que a região tem forte potencial para o agroturismo e o ecoturismo por sua diversidade de agricultores familiares, populações caiçaras, ribeirinhas e enorme conjunto de patrimônio natural. São diversos parques abertos para visitação e inúmeras trilhas pela Mata Atlântica, rios, cavernas.

5.1 A Comunidade do Mandira

O estudo de caso é realizado na comunidade do Mandira localizada na porção continental do município de Cananéia, distando cerca de 18 km da cidade. Pode-se chegar até Mandira diretamente seguindo-se pela estrada que parte do município de Pariquera-Açu (SP-226) até a vila de Itapitanguí que está há 8 Km de distância da comunidade ou via balsa. A comunidade possui um total de 23 famílias.

Convém lembrar que comunidade pode ser definida como grupo de pessoas com seu modo próprio de ser e sentir, suas tradições religiosas, artísticas, seu passado histórico, costumes típicos, “estilo” de vida familiar e social, atividades produtivas, problemas, necessidade, aspirações, vivendo em um mesmo lugar com consciência da vida comum, participando dos mesmos interesses, objetivos, com sentimento de pertença, interagindo mais intensamente entre si, do que em outro contexto (CORIOLANO et al, 2009)

Convém aqui também apresentar a seguinte reflexão. Algumas vezes a autora foi questionada sobre qual a relação da comunidade de Mandira com a agricultura familiar. Em primeiro lugar, segue abaixo diretrizes da Lei de nº 11.326, de 24 de julho de

- Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.
- Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
 - I – não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais
 - II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
 - III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.
 - IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família
- § 2º São também beneficiários desta Lei:
 - I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
 - II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
 - III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
 - IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput

2006, da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

No caput III, identifica-se que extrativistas, agricultores, aquicultores e pescadores estão incluídos nesta categoria, que é o caso dos mandiranos. Ou seja, os mandiranos em quatro âmbitos atendem os requisitos de agricultores familiares.

Agora, cabe tratar do acesso à terra por esta população. O Grupo de Trabalho criado pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 40.723 de 21 de março de 1996 investigou Mandira com objetivo fazer proposições visando a plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais referentes ao direito à terra dos remanescentes das comunidades de quilombos em território paulista. O trabalho resultou no Relatório Técnico Científico – RTC (SÃO PAULO, 2002). Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos que incluem ocupação de terras livres e geralmente isoladas, heranças, fugas, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. O RTC tipificou Mandira enquanto vida social em condição de Remanescentes de Comunidade de Quilombo, permitindo-lhes, assim, o direito à titulação de seu território, previsto no artigo n.º. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, sob o enunciado: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Convém aqui mencionando que, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais abre meios para aplicação dos direitos dos "remanescentes das comunidades dos quilombos", tal como expresso na Constituição Brasileira de 1988. Seu artigo 68 das disposições transitórias reconhece estes direitos, o que é associado aos dispositivos presentes nos art. 215 e 216 do corpo permanente da Constituição Brasileira:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1º. O Estado protegerá as

manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A falta de acesso a uma boa educação, saúde e transporte para as populações quilombolas revelam a amplitude dos desafios da sociedade e do governo brasileiro em termos de responder à dívida social relativa à escravidão. A dimensão destes desafios é ainda maior na medida em que os quilombolas em geral, até os dias atuais, sofrem com a discriminação racial, bloqueando sua ascensão social.

A propósito, segundo o autor Antônio Candido (1971:62), um território consiste em:

[...] agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar a tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.

A disposição do Estado em institucionalizar a categoria de populações remanescentes de comunidades de quilombos evidencia a tentativa de reconhecimento formal de uma transformação social considerada como incompleta (São Paulo, 2002). As comunidades quilombolas travam, portanto, uma luta tanto por visibilidade e reconhecimento quanto por redistribuição de recursos favoráveis a um desenvolvimento social justo. A institucionalização incide sobre resíduos e sobrevivências, revelando as distorções sociais de um processo de abolição da escravatura limitado, parcial. As

comunidades de remanescentes quilombolas anseiam por uma libertação efetiva que as incorpore ao universo de bem-estar material que lhes é devido, bem como configure uma nova auto identificação positiva e plena de orgulho e cidadania. O reconhecimento por parte do Estado da existência de comunidades negras rurais como uma categoria social carente de demarcação e regularização como comunidades remanescentes de quilombos traz à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo.

Neste ponto, é oportuno lembrar como evolui esta conceituação. Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Segundo o Relatório Técnico Científico elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo (2002), esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70. O traço marcadamente comum entre esses autores é atribuir aos quilombos uma definição associada a um tempo histórico passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil e como expressão da negação do sistema escravista. Esta visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia, na verdade, a “invisibilidade” produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira (GUSMÃO, 1996, apud São Paulo, 2002). Especialmente, os efeitos da inexistência de uma política governamental que regularizasse as posses de terras de grupos e/ou famílias negras após a abolição, pois o trabalho livre não garantiu aos ex-cativos o acesso à terra no momento posterior à abolição.

Almeida (1997, apud São Paulo, 2002) exemplifica situações que contrariam essa definição. Por exemplo, o caso do quilombo Frechal, no Maranhão, localizado a cem metros da casa grande, ou casos onde o quilombo esteve na própria senzala, representado por formas de produção autônoma dos escravos que ocorriam, sobretudo, em épocas de decadência de ciclos econômicos agrícolas ou de mineração.

Deste modo, outra concepção de quilombo é formulada. É marcante aqui aquela da Associação Brasileira de Antropologia.

O termo “quilombola” é aplicado a toda comunidade negra rural que agrupa descendentes de escravos, vivendo em uma cultura de subsistência onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (Associação Brasileira de Antropologia - ABA).

É graças a estas novas concepções de quilombo que a comunidade do Mandira tem reconhecidos seus direitos. Seu título de remanescentes de quilombos só foi obtido após a investigação de técnicos do Instituto de Terras do Estado São Paulo- ITESP e a comprovação das relações tradicionais com agricultura. O território quilombola possui 2.054,65 ha. e o processo de título de terra está em andamento.

É oportuno então agora tratar da história da comunidade. Por volta de 1868, Francisco Mandira herdou o sítio Mandira na forma de doação da sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade, filha de Antônio Florêncio de Andrade, homem de posses e influente na Vila de Cananéia. O herdeiro Francisco Mandira foi fruto de uma relação entre Antônio Florêncio e uma escrava. A comunidade tem origem em segmento social específico, dotado de uma identidade política, suas raízes remontam de uma determinada relação social historicamente datada, a escravidão.

Cardoso (2008) comenta que a população de Cananéia discriminava os Mandiranos por serem negros, pobres e camponeses. Durante todos estes anos, a comunidade do Mandira viveu em comunhão com a Mata Atlântica e isolada do centro urbano. Tratava de uma vida dependente de uma agricultura de subsistência em grande harmonia com a floresta. De outra parte, o livro de Renato Queiroz (2006), cujo título, *Caipiras negros do Vale do Ribeira*, leva a pensar nos quilombolas como profundamente integrados ao mundo local dos homens da roça. Os cultivos em Mandira eram a mandioca, batata doce, cará, cana, feijão, milho arroz, café, abóbora e pepino (CARDOSO, 2008).

A agricultura local era desenvolvida no sistema coivara com roçados individuais entre 0,5 e 2 alqueires que após a queimada o solo era deixado em descanso por três anos, prática que restabelecia o acúmulo de matéria orgânica e parcial cobertura vegetal. Os cultivos eram consorciados e diversos. Até poucos anos atrás, a agricultura era desenvolvida de forma coletiva e cooperada. Segundo Cardoso (2008) realizavam-se mutirões de limpeza, plantação e colheita, cada família que solicitava o mutirão então, concedia jantar com pinga e Fandango, estilo de dança e música tradicional. Os mutirões

podiam ser de muitas pessoas ou os ajuntórios que envolviam entre cinco e seis pessoas e também o “pujuva”, um mutirão de meio período acompanhado de baile e jantar. Dependia-se muito pouco da área urbana de Cananéia. Os contatos com a cidade restringiam-se à troca de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca por carne seca, roupas e calçados. O comércio com pagamento em dinheiro só acontecia quando a oferta de produtos era superior aos gastos.

A pesca e caça eram atividades secundárias e complementares. No passado eram realizadas coletivamente e o resultado era dividido entre familiares e vizinhos. Essas atividades destinavam-se a alimentação das famílias. No período de reprodução de animais silvestres, respeitava-se a natureza e não havia a caça. Esse modo de viver perdurou por mais de um século. Entretanto, a partir de 1940 os moradores passaram a extrair madeira da mata para uma fábrica de barris.

Não havia estrada até a década de 1970 e o contato com pessoas era feito através de transporte pluvial. Esse foi um importante fator de isolamento da comunidade. A partir dos anos 60 a atividade agrícola tradicional de Mandira sofreu restrições impostas pela legislação ambiental. Tal situação se agravou nos meados dos anos 70 quando a maior parte dos moradores da comunidade vendeu suas terras e os remanescentes foram obrigados a abandonar as terras mais férteis. Acredita-se que os mandiranos passaram a comercializar ostras do manguezal em 1970 (SALES e MOREIRA, 1996). Ou seja, os mandiranos recriaram formas de viver que incluíram novas atividades produtivas.

Neste mesmo período, o Parque Estadual de Jacupiranga foi criado, representando uma nova legislação de proteção à Mata Atlântica. Instaurou-se grave conflito de uso da terra na localidade. Todas as atividades foram proibidas. Desta maneira, os residentes atuais de Mandira resistiram e permaneceram ali mesmo depois destas proibições.

Segundo Silva (2008), o cultivo das terras, a extração e caça nas florestas foram proibidos devido à sobreposição das terras dos Mandira ao Parque Estadual de Jacupiranga.

O Parque Estadual de Jacupiranga foi criado pelo Decreto-lei Estadual nº 145, de 8 de agosto de 1969, cobrindo parte dos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia Eldorado, Jacupiranga e Iporanga. É o segundo maior em extensão no Estado de São Paulo, sendo administrado pelo Instituto Florestal. Possui uma área aproximada de 150.000 hectares e está

totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira e Litoral Sul (DIEGUES, 2007:32).

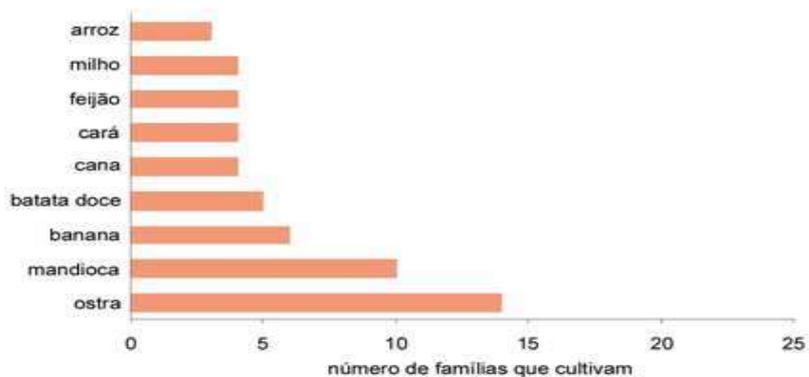
Com as dificuldades desta natureza, uma parte dos membros da quarta geração do matriarca Francisco Mandira resolveu vender suas terras e emigrar da região. Dez chefes de família permaneceram. Os mesmos foram pressionados pelos compradores a mudar de local de moradia. Então, passaram a habitar a encosta da serra, área imprópria para o tradicional cultivo. Os poucos roçados existentes eram clandestinos, bem ocultos para dificultar a fiscalização (SALES E MOREIRA, 1996).

Gouveia (2010) explica que a população que permaneceu em Mandira estava impossibilitada de exercer a atividade agrícola de subsistência em função das restrições legais e também da perda de áreas agricultáveis. Os moradores temiam a prisão devido à extração ilegal de palmito que ocorria em grande escala em todo o Vale. Restou a comunidade a opção da pesca e do extrativismo no mangue, em especial, a extração da ostra. O plantio tradicional das roças de coivara, método que utiliza a queimada, foi portanto proibido. O uso dos recursos naturais historicamente explorados foi restrito e, de certa forma, algumas famílias foram expulsas de suas terras por falta de oportunidades (Sales & Moreira, 1996). Em boa medida por estas circunstâncias, a atividade da comunidade voltou-se à extração dos moluscos do manguezal. Da intensa relação com as florestas passaram a um intensa e continuada relação com esses manguezais e foi a partir dessa relação que surgiu e se concretizou a ideia de criação de Reserva Extrativista (SILVA, 2008:170).

Em 1996, o NUPAUB e a coordenadoria de Planejamento Ambiental, Fundação Florestal e o Instituto da Pesca elaboraram um plano de desenvolvimento sustentado para o que seria a futura reserva extrativista do Mandira (MOREIRA, 2000). A associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro do Mandira foi fundada em 1995 e cooperativa de produtores de ostra, COOPEROSTRA, foi formada em 1997, sendo constituída por muitos moradores de Mandira. Em 2000, o pesquisador André Moreira publicou um livro sobre Mandira e a importância da reserva. Na época existiam 60 moradores e 16 famílias na comunidade.

O dados que seguem abaixo representam a reduzida agricultura dos tempos mais atuais.

Gráfico 1 - Variedades Cultivadas nas Roças Familiares



Fonte: Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, ISA (2008)

Portanto, atualmente, Mandira tem como base de sua economia a criação de ostras, cujos viveiros podem ser visitados graças ao turismo local.

Por outro lado, a comunidade possui alguns agrupamentos às margens da estrada do Mandira. O primeiro núcleo compõe-se de casas, igreja católica, casa de farinha. No segundo agrupamento, há uma quadra poliesportiva, galpão de artes, centro comunitário e tele centro e ponto de comércio de bebidas. No terceiro núcleo, há o restaurante Ostra 100% Pura e um campo de futebol. Em seguida, uma única casa e a escola de ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Mais distante, encontram-se as casas de três famílias Mandiranas que se dedicam à agricultura.

A água que abastece as casas vem de pequenos rios em terras da comunidades coletada por mangueiras. Há energia elétrica nas casas e fogão à gás. Não existe posto de saúde na comunidade. Os Mandiranos legalmente exploram a Reserva Extrativista do Mandira que está localizada no complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranuá. Em 2002, a Resex foi oficialmente reconhecida e está sob supervisão do ICMBio.

A Reserva Extrativista Mandira possui um total de 1.175 ha. O Parque Estadual do Jacupiranga faz limite com a margem direita do rio Mandira. As terras estão na Área de Proteção Ambiental Federal Iguape-Peruíbe-Cananéia e engloba zonas de

amortecimento do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia e do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (GOUVEIA, 2010).

Convém mencionar que a RESEX Mandira está inserida biogeograficamente no Domínio Mata Atlântica, uma das sete florestas úmidas do Neotrópico e a segunda em termos de extensão, menor apenas que a Floresta Tropical Amazônica (Plano de Manejo, 2010). Apesar de se estender por muitos quilômetros ao sul do Trópico de Capricórnio e de vir sofrendo, há séculos, intenso processo de desmatamento e degradação ambiental, determinando que menos de 10% de sua área original ainda apresente bom estado de conservação, é uma formação florestal de grande biodiversidade no planeta, tendo sua importância reconhecida internacionalmente em 1990, ao receber o status de Reserva da Biosfera por meio de deliberação da Unesco. O bioma Mata Atlântica é considerando-se seus principais ecossistemas associados como manguezal, restinga e mata de Araucárias. A Mata Atlântica é muito importante por sua biodiversidade e endemismo de gêneros florísticos como as palmeiras *Arecastrum* e *Bactris Bacharis* (*Compositae*), *Sloanea* e *Schinus* (*Anarcadiaceae*) e *Tibouchina* (*Melastomataceae*). Entre mamíferos a taxa de endemismo atinge a média de 39%, sendo que entre os primatas alcança 80% e entre os marsupiais (família *Didelphidae*) 70%. Há também anfíbios, aves e insetos endêmicos. Apesar do Estado de São Paulo ter reduzido sua cobertura florestal para 3%, a região estuarino lagunar apresenta por volta de 80% de sua área de 2.500 km² com elevado grau de conservação ambiental (SMA, 1990), notadamente sua cobertura vegetal, a qual se constitui parte de um significativo contínuo florestal atlântico que se estende, a oeste, para o Vale do Ribeira e a sul para o litoral norte do Estado do Paraná. Este expressivo remanescente de Mata Atlântica é protegido por diversas unidades de conservação, podendo ser citados os Parques Carlos Botelho, Intervales, Turístico do Alto Ribeira, Campina do Encantado, Ilha do Cardoso e Superagui, as Estações Ecológicas Juréia-Itatins, Chauás e Tupiniquins, as APAs da Ilha Comprida, da Serra do Mar, de Cananéia-Iguape-Peruíbe e de Guaraqueçaba, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico de Queimada Grande, Queimada Pequena e Ilha do Ameixal, além da Reserva Extrativista do Mandira (Plano de Manejo, 2010).

Em 2008 foi criado o Mosaico de Jacupiranga, na área de influência direta da Reserva do Mandira, contemplando três parques estaduais (Lagamar, Turvo e Caverna do Diabo), duas Reservas Extrativistas estaduais, cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável, quatro APAs e duas RPPNs. O ecossistema associado à Mata

Atlântica onde se encontra 95% da área da Reserva Extrativista do Mandira é o manguezal. Setenta por cento da cobertura vegetal da área da Resex é constituído por mangue denso e alto (predominância de *R. mangle*) e 30% por mangue baixo (predominância de *L. racemosa* e *Avicennia sp.*, (MMA, 2010). Quanto à fauna, conforme SMA (1990), dado o alto grau de conservação da região, encontram-se nos remanescentes de floresta ombrófila densa diversas espécies raras ou ameaçadas de extinção, como os mamíferos *Brachyteles arachnoides* (mono carvoeiro); *Leonthopithecus caissara* (mico-leão-caiçara); *Leonthopithecus rosalia chrysopigus* (mico-leão de cara preta), entre outros. A porção paulista da região estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá apresenta o clima “subtropical úmido da fachada oriental da América do Sul. O relevo é montanhoso, o solo argiloso. Brejo, mangue, restinga, corpos d’água. A maior parte desta região estuarino-lagunar apresenta pluviometria total anual acima de 2.000 mm. A maior concentração ocorre em sua porção serrana, chegando a ultrapassar 2.600 mm a mil metros de altitude (Maretti, 1989, apud MMA, 2010). Os verões apresentam temperaturas relativamente altas, com médias mensais entre 24 e 25° C. As temperaturas médias anuais oscilam entre 21 e 22° C (MMA, 2010). Toda a porção paulista da região de Iguape – Cananéia - Paranaguá é fortemente influenciada pela bacia de drenagem do Rio Ribeira com sua foz artificial decorrente da abertura de um canal, o Valo Grande, no século XIX. São comuns os riachos que nascem nas serras. Os principais rios que nascem nas serras do entorno de Cananéia - Mandira, Itapitanguí, Taquari e das Minas (Plano de Manejo, 2010) e boa qualidade de água, com registros de casos de contaminação apenas esporádicos ou localizados. A região é formada por extensas planícies costeiras, em especial ao longo do baixo vale do rio Ribeira (MMA, 2010) e ilhas formam uma barreira natural de proteção da região contra as turbulências marítimas e a ação dos ventos, resguardando o equilíbrio das águas salobras e dos sedimentos do fundo das lagunas. Cunha-Lignon (2001, MMA, 2010) cita que os canais lagunares que constituem o Sistema Iguape-Cananéia apresentam tendências ao assoreamento, formando ilhas e esporões, onde se desenvolvem manguezais. Na porção terrestre, as extensas planícies costeiras são bordejadas pelos contrafortes da Serra do Mar, com altitudes acima de 300 metros (Maretti, 1989, apud MMA, 2010). Na Resex do Mandira, registra-se a ocorrência de vasto manguezal, ladeado em sua face terrestre por estreita faixa de planície coberta por mata de restinga, por sua vez delimitada a oeste pelo sopé da Serra do Mandira ou Itapitanguí que possui alta produtividade biológica.

Após esta caracterização, convém agora explicar que os mandiranos possuem permissão governamental para realizar atividades turísticas na Reserva Extrativista Mandira. A ideia desse tipo de unidade de conservação, uma RESEX, se originou no Brasil das reivindicações dos seringueiros do Estado do Acre na década de 1980. Surgiu sob configurações de áreas protegidas como alternativa para o desenvolvimento econômico, social e cultural da Amazônia brasileira. O Decreto nº 99.144 de 1990 (BRASIL,1990) promulgou a primeira RESEX brasileira, a Reserva Extrativista Chico Mendes no estado do Acre. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público. A RESEX é uma área de rica biodiversidade e beleza cênica onde populações extrativistas tradicionais vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte (ibidem, 2012). De todo modo, visa proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista local baseando-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e que desempenham um papel fundamental na manutenção da diversidade biológica (ICMBio, 2012). Assim, o modelo de uso do território é concebido sob a lógica de integração sociedade e natureza, para a conservação dos recursos naturais, proteção dos modos de vida e da cultura das populações tradicionais e beneficiamento destas populações. A visitação é algo permitido. A atividade turística tem sido interpretada como uma possível alternativa para o desenvolvimento local em associação às Unidades de Conservação, (ICMBIO, 2012). O mapa abaixo mostra a região e as unidades de conservação.

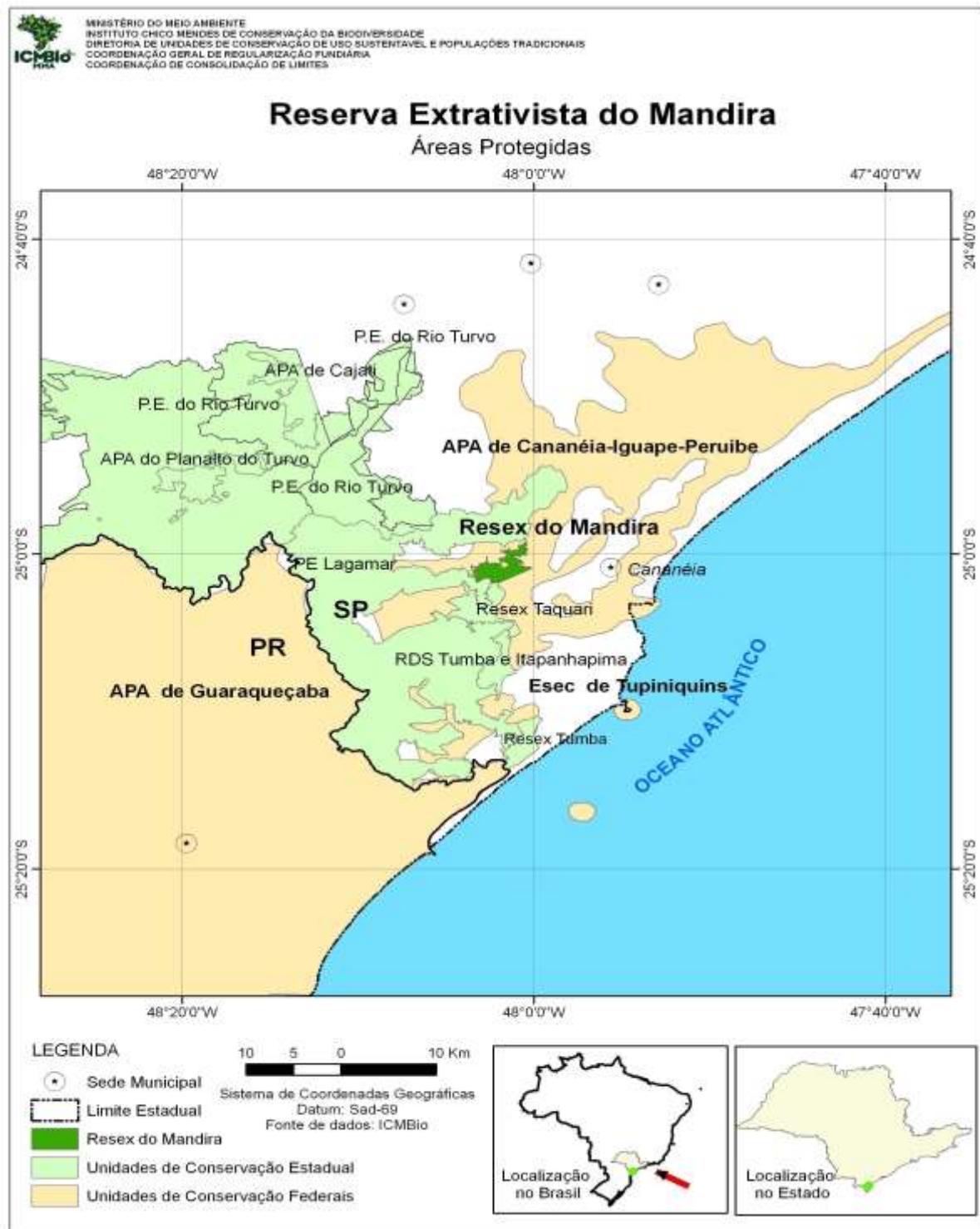


Figura 6 - Localização de Mandira, SP

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2010

Na atualidade, a principal atividade dos mandiranos é o cultivo de ostras que ocorre na RESEX e cuja dimensão, enquanto atividade introduzida, favoreceu o abandono da tradicional agricultura. Como já mencionado, a criação da COOPEROSTRA, Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia, em 1997 agregando extratores de ostras dos arredores de Cananéia, especificamente dos bairros Mandira, Itapitangui, Porto Cubatão, Ilha da Casca, Ariri, Retiro, Taquari, Itapanhoupina, Ponte Aroeira e Bombicho, foi ponto alto da implantação da ostreicultura em Mandira. Inicialmente eram 53 cooperados (GARCIA, 2005). A comunidade do Mandira compunha um terço dos associados da COOPEROSTRA. Segundo Gouveia (2010) a cooperativa foi estruturada partindo do manejo sustentável dos bancos naturais de ostra, a melhoria da qualidade sanitária das ostras, a valorização do produto e a eliminação do atravessador da cadeia produtiva.

Em relação à ostreicultura, cabe mencionar que o substrato favorito da ostra do mangue são as raízes do *rhizophorea mangle*, encontrados em canais fundos rochosos submersos. A espécie é hermafrodita, alternando de sexo em um mesmo indivíduo dependendo das condições climáticas. A ostra filtra material orgânico e microalgas para se alimentar. A distribuição dos bancos naturais de ostra na região ocorre na parte central da Ilha de Cananéia, na direção Sul até a boca da linha costeira da Ilha do Cardoso Ararapira (MENDONÇA E MACHADO, 2010). A densidade varia de acordo com condições hidrográficas e o substrato. As áreas mais produtivas estão na Baía de Trapandé e perto das bocas dos rios Itapitangui, Boacica, das Minas, Taquari e no lado Norte do Canal do Ararapira (MENDONÇA E MACHADO, 2010).

Tradicionalmente a ostra era retirada do mangue para ser vendida desmariscada sem controle sanitário. Esse carácter predativo fez com que as autoridades governamentais estabelecessem um gerenciamento costeiro na região. Após a implantação da COOPEROSTRA, os residentes de Mandira passaram a cultivar e engordar as ostras em viveiros de madeira. Os técnicos do Instituto de Pesca, em razão de diversos estudos, concluíram que as ostras se desenvolviam mais rapidamente em tabuleiros que em seu ambiente natural e também continuavam se reproduzindo. Desta maneira, o projeto da COOPEROSTRA possibilitou a engorda da ostra através do seu cultivo no próprio manguezal. Em observação participante em julho de 2011, verificou-se que os membros da família muitas vezes saem juntos em um mesmo barco para extrair as ostras do mangue da Reserva Extrativista. A família inicia cedo o trabalho, faz um lanche no barco e, na parte da

tarde, retorna à comunidade para almoçar. Normalmente, são quatro horas de trabalho. As ostras são dispostas em tabuleiros de engorda chamados viveiros. Os familiares também se ajudam na manutenção e organização dos viveiros. Em nossas entrevistas, um cooperado afirmou que também ajuda o seu vizinho a cuidar do viveiro.

A legislação permite a retirada da ostra com 5 cm. Exemplares de tamanho comercial de 7 a 9 cm e conformação mais plana vão para depuração e posteriormente para a comercialização. As ostras de conformação mais retorcida retornam para os tabuleiros de engorda, elas possuem um valor inferior.

Segundo Gouveia (2010), cada viveiro de ostra ocupa uma área média de 400 metros quadrados, possuindo uma largura de 1,5 m. e a altura entre 50 e 70 cm. O comprimento varia entre 10 a 20 metros. No total, o viveiro necessita de aproximadamente 18 peças de madeira de 1,5 m. para colunas de sustentação do viveiro enterradas no solo do manguezal por 1 metro para garantir a estabilidade de 25 peças de 1 metro para o suporte do estrado. São mais 8 peças de 3 metros para o apoio nas laterais. Possuem uma durabilidade de um ano de uso e o material é composto de pinus e eucalipto. As ostras são dispostas sobre a tela e cobertas por uma outra de malha fina (9x 1mm) e telas são fixadas entre si por meio de pedaços de fio metálico encapado (2,5). As ostras destinadas à engorda permanecem de 4 a 6 meses nesta estrutura. Neste período, elas podem desovar várias vezes, contribuindo para a recomposição do estoque natural. O tamanho mínimo de extração é de 5 cm, como mencionado anteriormente, e o tamanho máximo é de 10 cm. O defeso, período que o governo proíbe a coleta de ostra para garantir sua reprodução, ocorre entre 18 de dezembro a 16 de fevereiro (IBAMA, 1986 e 1987).

Acredita-se que o cultivo é a melhor forma de não afetar a procriação da ostra. A COOPEROSTRA desempenha papel importante para todas as famílias envolvidas na ostreicultura e também dissemina a educação ambiental para a população da região. Assim, é plausível considerar que as ostras vendidas aos turistas têm efeito no desenvolvimento do território por seu impacto econômico, a partir de uma atividade agroalimentar. A atividade oferece novas oportunidades para homens e mulheres envolvidos na ostreicultura, muitos jovens são também cooperados.

Quando prontas para a comercialização, as ostras são colocadas em sacos de malha plástica e levadas até a estação de depuração da COOPEROSTRA. Na

cooperativa, são postas inicialmente no reservatório úmido. Para a limpeza, as ostras passam por uma lavadora de alta pressão para a retirada do lodo. Depois há a retirada de cracas: esse procedimento chama-se “bater a ostra”. Terminada esta etapa, as ostras são contadas e levadas ao tanque de estocagem onde ocorrerá a depuração, uma etapa que objetiva que as ostras liberem as impurezas armazenadas no aparelho gastrointestinal. O processo consiste em colocar as ostras vivas em água tratada por filtro de areia e irradiação ultravioleta. A água é utilizada provém da própria laguna, passando por uma pré-filtragem e irradiação ultravioleta. As ostras passam por seis horas em processo de depuração. O abastecimento de tanques é realizado através do sistema de chuveiro permitindo a aeração da água sem revolver o sedimento. Assim, não ocorre a resuspensão de contaminantes. Os efluentes são filtrados e retornam á laguna. O processo não utiliza nenhum produto químico, como cloro, detergente. Ou seja, não produz resíduos ao meio ambiente. A estação depuradora é a forma de obter certificação sanitária. A depuração também agrega valor ao produto in natural, pois aumenta o prazo de conservação do produto, o que é favorecido também pela boa armazenagem. Após a depuração, as ostras são embaladas em caixas de papelão resistente, tendo como destino a comercialização.No quadro Projetos em Mandira, apresentamos um histórico do desenvolvimento de ações em torno de projetos em Mandira

1989	A comunidade do Mandira foi escolhida para ser uma zona de pesca e coleta controlada pelo planejamento regional do Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Cananéia em 1989.
1994	Projeto entre o Instituto de Pesca realizado em 1994 – APTA/SAA e Fundação Florestal SMA-SP conhecido “ostra de Cananéia”.
1995	Criação da Associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro do Mandira –REMA
1997	Subprojeto “Manejo dos Bancos Naturais de Ostras, Depuração e Comercialização do PED. Cadastramento das comunidades extratoras. Criação da cooperativa. Mutirão realizado para construir a depuradora da COOPEROSTRA. Projeto “Engorda de Ostras” realizado pelo Instituto de Pesca APTA/SAA, PED e ONG Gaia Ambiental. Mandira recebe curso sobre engorda de ostra.
1999	Financiamento da Shell do Brasil. Aporte técnico e financeiro do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO. Recursos doados pelo Fundo Global para o
2001	Meio Ambiente. Ordenamento da exploração da ostra de mangue, coordenado pela Fundação Florestal.
2000	A COOPEROSTRA entra no mercado Paulista.
2002	COOPEROSTRA foi indicada como finalista para o prêmio Iniciativa Equatorial 2002 organizado pelas Nações Unidas. O presidente da COOPEROSTRA participou da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 10) na África do Sul. O COOPEROSTRA recebeu o prêmio de US\$ 30.000,00.
2005	Implantação do– Projeto Demonstrativo-PDA I e II chamado “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira”. A Associação de moradores de Mandira – REMA é a proponente. COOPEROSTRA também é beneficiada com capacitação dos cooperados e seus filhos na gestão do empreendimento.

Quadro 1 - Projetos em Mandira

Fonte: Garcia (2005). Adaptado por Tarita Schnitman

Cumprir destacar que a COOPEROSTRA recebeu o prêmio da Iniciativa Equatorial 2002 organizado pelas Nações Unidas na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 10) na África do Sul. O presidente da COOPEROSTRA, residente do bairro do Mandira, recebeu o prêmio. Após esse evento, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso decretou a criação da Reserva Extrativista do Mandira em 2002.

Com esta visibilidade da cooperativa, estudantes e pesquisadores passaram a estudar a experiência, contribuindo ao desencadeamento de uma nova atividade econômica em Mandira, o turismo. Logo, a atividade turística foi vista como uma nova oportunidade para os mandiranos que abriram as portas da comunidade para receber estudantes e visitantes que queriam conhecer o cultivo e manejo das ostras comercializadas na cooperativa. “O turismo começou quando as pessoas visitavam a COOPEROSTRA. Elas pediam para ver o mangue e como a ostra é cultivada. Foi desde o início da cooperativa.” (Entrevista nº 11);

Com este desenvolvimento da atividade turística ocorre a participação da comunidade no Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia. Todavia, não tarda muito e o fim do circuito revela uma dificuldade em torno da atividade turística na região. De toda maneira, os mandiranos continuam recebendo turistas.

Atualmente, Mandira faz parte do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira, com o apoio da ONG Instituto Socioambiental (ISA), a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado filiado à rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Redetraf) e à Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol). O projeto Circuito Quilombola foi desenvolvido pelas comunidades de André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Sapatu, em parceria com o Instituto Socioambiental e apoio dos Ministérios do Turismo e do Desenvolvimento Agrário. Segundo documentos do ISA, foram três anos de capacitação das comunidades e de planejamento e formatação dos produtos turísticos, realizados em conjunto com a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado. Seu objetivo é incrementar a geração de renda nas comunidades e, ao mesmo tempo, possibilitar ao visitante conhecer a história de luta dos quilombos pela manutenção de sua cultura e de seus territórios.

O lançamento do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira ocorreu em São Paulo no dia 11 de setembro de 2012 numa realização conjunta entre o ISA e o SESC São Paulo. Material de divulgação de qualidade foi elaborado e vem sendo distribuído em eventos como por exemplo, o 12º Encontro Nacional de Turismo de Base Local, que a pesquisadora teve a oportunidade de participar, apresentando trabalho sobre Mandira (SCHNITMAN, 2012).

Em boa parte dos destinos turísticos no mundo, o turismo cria atrativos ou atrativos ganham valor, ou seja, uma infraestrutura é construída para atrair o turismo. Os atrativos ganham valor por parte de seus moradores, órgãos públicos e também empresas privadas empenhadas em divulgar o turismo. Para atrair os visitantes, as políticas públicas priorizam o embelezamento. Assim, os espaços são restaurados e refuncionalizados a fim de compor um cenário mais atraente. A infraestrutura de serviços e transporte em uma praia, por exemplo, é designada para satisfazer a atividade turística, ou então, um roteiro de visitação é criado e torna a cachoeira um atrativo natural. A cachoeira ganha uma placa, uma trilha, um restaurante ao lado. No caso de patrimônio histórico, como por exemplo, a cidade

de Cananéia, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realiza o tombamento para assegurar o valor paisagístico e histórico à localidade.

No caso de Mandira, a ostreicultura e a COOPEROSTRA passam a ser base do turismo local. A ostreicultura efetivamente estimulou o turismo. Com o tempo, o número de visitantes aumenta e a comunidade se organiza para recebê-los. Organizaram o espaço para oferecer refeições, uma equipe que produz a alimentação foi constituída, prepararam as trilhas da cachoeira e do sambaqui e providenciaram barcos para passeio no manguezal. Na grande maioria dos casos, grupos de escolas e universidades compõem o público de visitantes

Para tratar do turismo, cabe uma breve discussão sobre cultura, pois todo ser humano ao vir ao mundo encontra-se no interior de uma complicada trama de costumes, sistemas relacionais e instituições. A cultura pode ser considerada uma herança social das pessoas. Ela permite a convivência em comunidade ao ponto que ensina a prever o comportamento do próximo e o que é esperado de cada membro. Pode-se refletir sobre a cultura como uma lente através da qual enxerga-se e avalia-se o mundo. A cultura é um complexo saber coletivo acumulado em memória social possuidora de uma visão de mundo. Segundo Edgar Morin (2002), a cultura é organizadora via veículo cognitivo da linguagem e o capital cognitivo coletivo adquirido dos conhecimentos, competências e experiências vividas da memória histórica e das crenças míticas de uma sociedade. Para Edgar Morin (2002), a cultura abre potencialidades bioantropológicas de conhecimentos fornecendo aos indivíduos o seu saber acumulado e também fecha e inibe potencialidades com suas normas, suas regras e proibições. A cultura é aquilo aperfeiçoado pelo homem, acomodado por ele às suas necessidades e exigências. Neste trabalho adota-se a abordagem antropológica da cultura que a tecnologia, a economia de subsistência e os elementos de organização social diretamente ligadas à produção constituem o domínio mais adaptativo da cultura. [...] (LARAIA,1986). Não obstante, a cultura é flexível e se transforma. Isto ocorre por que o indivíduo não é obrigado a manter o que foi herdado socialmente, há uma certa medida de livre arbítrio. Ou seja, o indivíduo não está condenado a submeter-se ao que lhe foi destinado por seus antepassados. O herdeiro deve ter criatividade para transformar a cultura. Segundo Edgar Morin (2008), as interações cognitivas dos indivíduos também regeneram a cultura. A cultura, então, não é rígida e tão pouco, imutável. São negociações de sentido, choques de temporalidade em constante processo de transformação. Dessa forma, a palavra

aculturação é complicada e conflitiva.” “Recusar o desenvolvimento é assumir seu próprio destino e não estagná-lo ou retardá-lo [...] (PERROT,2008)” Para o autor, não se pode falar de aculturação nos tempos atuais onde o universo de contatos interculturais é enorme. As comunidades tradicionais estão constantemente se relacionando ou brigando com a sociedade moderna. Segundo Eunice Durham (2004), [...] toda sociedade, por força de sua reprodução, deve saber enfrentar a mudança.

Ou seja, essas populações não se aculturam, mas passam por um processo de adaptação e regeneração, onde as mudanças são bastante presentes. A cultura é flexível. O processo é uma coabitação, podendo ser um resultado de resistência declarada ou uma sobrevivência passiva. São resultados sempre transitórios e no percurso ocorre um movimento de ruptura e também continuidade da tradição. Segundo Cuche (2004), não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas “puras” e de outro, as culturas “mestiças”. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas “mistas”, feitas de continuidades e descontinuidades. Assim, esse processo de transformação na cultura é algo presente e acentuado na comunidade do Mandira com o turismo.

Não deve-se esquecer, porém, que como explicitado anteriormente, ao longo dos anos, a comunidade do Mandira foi beneficiada com diversos cursos, projetos governamentais e investimentos privados, que visavam em princípio uma boa relação entre natureza, comunidade e o mercado. O painel localizado na entrada do centro comunitário demonstra as parcerias firmadas entre governo e instituições no passado.



Figura 7 – Painel na Comunidade de Mandira

Foto: Tarita Schnitman 2012

As parcerias foram de extrema importância para garantir o alcance dos objetivos delineados no plano de manejo da Reserva Extrativista. Muitos moradores declaram um orgulho pela terra, da localidade e de serem beneficiários da RESEX. Entre 23 entrevistados, 22 pessoas mencionam que gostam muito de morar em Mandira e que não morariam em outro lugar, pois estão contentes com seus afazeres e a vida no território. As entrevistas indicam que os mandiranos preferem uma vida tranquila e o contato com a natureza a viver na cidade, assim, demonstrando uma grande valorização desses aspectos que fundamentam uma reflexão sobre o tema “qualidade de vida”. Relatos apontam um apego ao local de nascimento e uma forte relação com o território onde vivem. Os mandiranos que gostam de ser autônomos e de fazer parte de uma cooperativa. Essas características comungam a relação entre populações tradicionais com o meio, como argumentada por Diegues (1998). A forte relação com a natureza é algo intrínseco, dela eles dependem como fonte de alimentação, renda, construção de casas e tratamentos medicinais.

A inserção de novas atividades econômicas auxiliaram nas transformações culturais na comunidade. Essas transformações se iniciaram segundo Mourão (2003, apud Gouveia 2010) quando os moradores começaram a extrair caixeta e palmito da mata de forma depredadora. Nesta ótica, o fato do habitante local adentrar a mata à procura de palmito e caixeta isolou e degradou o nível organizacional da população local. O autor considera que a organização existente da atividade agrícola tradicional garantia uma sociabilidade entre pessoas, porém o extrativismo em questão provocou mudanças. Mais tarde, a implantação da COOPEROSTRA causou novas transformações. O consumo regular de ostras foi alterado (no passado, a ostra era consumida com mais frequência) e o molusco tornou-se uma mercadoria, como revela estas passagens de entrevistas realizadas por outros pesquisadores: “Antigamente a ostra era só para o consumo. Sempre se comeu ostra por aqui, até de café da manhã era ostra, não crua. Antigamente se fazia o Jabacuí, que era milho seco, torrado e socado no pilão, ficava bem fininho, aí nós comia as ostras com jabacuí e café” (citada por Silva, 2006). Atualmente a ostra é somente utilizada para o consumo interno em comemorações como a Festa de Santo Antônio e Festa da Ostra. Nas demais ocasiões, a ostra é reservada para o comércio.

Com a COOPEROSTA, a organização social da comunidade portanto se modificou. A COOPEROSTA integra, segundo seus princípios, seus cooperados em uma comunhão de objetivos e realizações. Os cooperados devem trabalhar, nesta ótica, em conjunto na distribuição e comercialização da ostra e na manutenção da sede da cooperativa, onde se realiza especialmente a depuração, limpeza e embalagem das ostras. Este cultivo da ostra, com muitas inovações, representa impactos nas relações de amizade, de parentesco e de solidariedade em Mandira. Trata-se de uma atividade que requer adaptação ao mercado. Nos anos iniciais da cooperativa, houve uma gerência profissional externa que causou muitos conflitos e problemas judiciais para a cooperativa. Essa gerência não considerou a realidade dos produtores de ostras nem a proposta de um trabalho em cooperação. Sua ação centralizadora causou desagregação do grupo, o que levou alguns cooperados a abandonarem a cooperativa.

Segundo Garcia (2005) essa gerência transformou-os em meros fornecedores de matéria-prima e anulou o exercício de direitos dos cooperados. Para Garcia (2005), experiência foi de toda evidência muito ruim. Segundo também relatos de

cooperados, houve um grande desvio de verbas dos projetos que envolviam a COOPEROSTRA. A cooperativa já possuiu onze funcionários, mas este número reduziu para dois, também em razão da qualificação dos cooperados para lhes permitir assumir suas tarefas. Nos dias atuais, ainda seguem processos judiciais. Além deste episódio, Garcia (2005) sugere em seu trabalho que a captação de técnicos especializados que não envolveram os cooperados na administração do empreendimento colaborou para que os cooperados não desenvolvessem a compreensão do sistema cooperativista. Entretanto, Garcia (2005) acredita que esse problema foi minimizado ao longo dos anos.

Nesta perspectiva, as observações de campo permitiram entender que atividade turística também implica em mudanças na organização social e de hábitos dos Mandiranos. Em grande medida, a mudança de hábitos está associada a adaptação de novos horários de trabalho para acompanhar e recepcionar os turistas. A recepção dos visitantes envolve dispendir de algumas horas de trabalho no lugar de prosseguir com as atividades cotidianas. A inserção do serviço de alimentação move uma equipe de cozinheiras. O galpão de artes depende de cuidados, limpeza, atendentes e contínua manufatura de objetos que são vendidos. A hospedagem de pessoas estranhas é algo novo que demanda hospitalidade, cuidados com a limpeza e mais que tudo, abertura para a convivência com pessoas desconhecidas. O conjunto desses elementos provavelmente requerem uma transformação e reformulação da organização de trabalho para atender as demandas da atividade turística.

Com a presença dos turistas acontecem uma série de transformações, que introduzem novas características, gerando um processo em grande parte diretamente decorrente dos impactos socioeconômicos, ecológicos produzidos pela atividade.

O impacto ambiental é definido como: [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, RESOLUÇÃO CONAMA 001, 1986, p. 01).

O impacto é uma alteração na normalidade de uma situação. É uma palavra neutra, pode ser negativa ou positiva. A forma como o turismo se desenvolve em áreas naturais tende a gerar mudanças rápidas e, em alguns casos, indesejáveis e irreversíveis (DIEGUES, 1997). São transformações que não se limitam ao espaço físico ou ambiental,

mas que se fazem sentir, inclusive, no meio cultural. Alguns estudos indicam que impactos ambientais podem acontecer com baixos níveis de uso e nem sempre estão relacionados com o número de usuários, podem também ser afetados por outros fatores como trilhas mal desenhadas ou elaboradas, uso não autorizado, marketing turístico inconsistente, falta de regulamentos e falta de recursos humanos. Autores como Dowling e Timothy (2002), por exemplo, se aprofundaram em estudos sobre esses impactos nas comunidades receptoras que acabam impactando negativamente o meio ambiente e o tecido social da população local. O tipo de impacto depende das características sociais dos turistas, dos anfitriões, do controle local e da própria formação cultural da região. Doxey (1975) estabeleceu uma tabela que detecta as fases de euforia pela atividade turística, a apatia, repulsa e antagonismo. Lohmann e Netto (2008) propuseram que as atitudes dos residentes mudam ao passar do tempo e a integração e respeito entre turistas e comunidade local comunica o grau de impacto. A melhora do bem estar da população é outro fator. O consumo de drogas, álcool em demasia e o comportamento libidinoso por parte dos turistas são características sociais impactantes.

A tabela de Tosun (2002) estabelece diversos impactos sociais decorrentes da atividade turística como por exemplo, crime, vício em drogas, alcoolismo, cortesia, hospitalidade. Com base nesta tabela, a pesquisa de campo constatou-se que os grupos de turistas em Mandira são recebidos com bastante hospitalidade e cortesia. Os visitantes são recepcionados com muita alegria e com a vontade de compartilhar o modo de vida mandirano. Em particular, o grupo de cozinheiras se mostra muito feliz em preparar lanches e refeições para os turistas. As entrevistas com cinco mandiranos revelam também que eles consideram importante receber turistas em razão de intercâmbio de ideias e informação. Os entrevistados demonstram gostar de aprender e trocar informação com pessoas de fora.

Por outro lado, não longe de Mandira, a comunidade Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso parece ter problemas com o uso do álcool e drogas por parte dos turistas, pois observa-se que em alguns quintais existem placas indicando a proibição do uso dessas substâncias nos quintais dos moradores. A Ilha do Cardoso recebe uma quantidade muito maior de turistas no ano que permanecem na localidade por mais de um dia que provavelmente causam impactos sociais negativos. O turismo sexual constitui outro problema grave em algumas localidades turísticas do Vale do Ribeira tal como revelado pelo

projeto Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes em Comunidades Turísticas no Vale do Ribeira (2009).

É certo que, com os dados levantados em Mandira, a comunidade não está passando por problemas de crime, alcoolismo, violência e vício em drogas desencadeados pelo desenvolvimento da atividade turística. Mandira é uma comunidade pequena, são 23 famílias unidas por fortes laços de parentesco e ainda pouco frequentada por turistas. Os grupos normalmente não pernoitam e usualmente não permanecem em Mandira por mais de doze horas. As transformações culturais ocorridas depois do desenvolvimento do turismo serão melhor exploradas em capítulo posterior.

Entende-se que a criação da RESEX transformou o lugar da comunidade em território legalmente protegido inserindo, assim, uma nova lógica de organização do espaço. Os mandiranos vivem no entorno da RESEX onde atuam instituições governamentais e não-governamentais. Não faltaram projetos turísticos no Vale do Ribeira segundo dados citados anteriormente que influenciaram a cultura local, como o Circuito de Agricultura Familiar, por exemplo. A COOPEROSTRA foi beneficiada com diversos cursos, projetos, financiamentos e intervenções do Instituto de Pesca. Além desses elementos, o governo e ONGs se empenharam para tornar a região um destino ecoturístico com diversas oficinas e cursos realizados na região ao longo dos anos. Ou seja, percebe-se que população está bastante integrada a atividade turística. Em grande medida, Mandira está articulada com o mercado e o capitalismo, o que acelera o processo de transformação cultural. Nestas circunstâncias, a comunidade do Mandira se adapta ao mercado. Todavia, essa adaptação ocorre numa perspectiva de favorecer o equilíbrio com a natureza com a cooperativa de cultivo de ostra, a criação de Reserva Extrativista e possibilidades do turismo de base comunitária.

5.2 O Turismo em Mandira

Nesta parte, focalizamos com mais ênfase as características do turismo em Mandira. Convém aqui explicar como ocorre, regra geral, o passeio em Mandira. Os turistas participam no início de uma mini palestra realizada na associação de moradores (Centro Comunitário) envolvendo a descrição das características da comunidade e da cooperativa.



Figura 8 - Centro Comunitário

Foto: Tarita Schnitman, 2013

Neste momento, é proposta um café na associação de moradores neste mesmo local. Depois visitam os sítios turísticos citados acima. A programação completa de cada visita é confirmada no período da reserva. A cachoeira do Mandira é sempre visitada. Alguns grupos fazem o passeio de barco pelo manguezal, onde o guia explica o cultivo da ostra e oferece informações sobre a biodiversidade local. Alguns grupos visitam a casa de farinha de mandioca do agricultor mandirano e a sua horta. Eles observam o preparo da farinha de mandioca.

Ao meio dia, os visitantes almoçam uma refeição preparada pela equipe de cozinheiras. Os roteiros não são fixos, tudo depende do interesse do grupo. Há atividades no lugar que podem ocupar pelo menos dois dias.

Parte da visitação em Mandira envolve levar os turistas ao galpão de costura e arte. A foto segue abaixo, esse galpão foi construído com subsídio do programa governamental PDA. Possui máquinas de costura, mesas para corte e costura, sanitário e copa. O galpão armazena a produção artística de muitas mulheres mandiranas. Lá estão em exposição brincos, dvd, livro, colares, almofadas, camisetas, chaveiros, bolsas, esteiras, cortina, luminária, cestaria. Os objetos estão expostos na parede ou em prateleiras. Muitos são feitos a base dos recursos naturais da localidade como por exemplo, brincos, colares, esteiras, cestaria. As observações de campo com os grupos de turistas detectam que grande parte dos visitantes compram souvenirs. O artesanato também é levado a feiras regionais como a feira “Revelando São Paulo” em Iguape ,o Salão de Turismo no pavilhão Anhembi-Morumbi em São Paulo, a Feira do Parque Água Branca. Convém insistir que essas feiras são atrativos turísticos em si e também funcionam como divulgadores do turismo. Diversos compradores encomendaram peças após terem visto o artesanato em umas dessas feiras. Algumas pessoas vão a Mandira somente para conhecer o artesanato local que está constantemente exposto no galpão de artes.



Figura 9 - Galpão de Artes

Foto: Tarita Schnitman



Figura 10 – Artesanato de Mandira

Foto: Mirian Rother 2013

As visitas propostas em Mandira ainda se referem à cachoeira, caminhadas pela Reserva, observação dos córregos e rio (eventualmente com pescaria); visita aos quintais agroflorestais de três famílias, caminhada na ruína histórica de antigo engenho de arroz da época da escravidão e ao passeio de barco pelo manguezal. A história da comunidade é também lembrada aos visitantes, quando são abordadas questões em torno da organização social e do território quilombola.



Figuras 11 e 12 - Placas do Turismo

Fotos: Mirian Stella Rother 2013

A Festa da Ostra, realizada desde 2009 atrai muitos visitantes e degustadores de ostra de muitos lugares. O evento envolve apresentações musicais e de dança tradicionais. Trata-se de um interessante atrativo cultural e gastronômico que oferece a oportunidade de degustação de cardápio variado a base de ostra (pastel de ostra, ostra gratinada, farofa de ostra, jantar com frutos do mar). A festa tem música ao vivo, gincana, competição de abertura de ostra e corrida com ostra no remo, apresentação do Terço Cantado. São muitas atividades durante um final de semana do ano. O maior fluxo de turistas durante o ano ocorre durante a Festa da Ostra. No ano de 2013, porém, esta festa por diversas razões não se realizou.

A festa religiosa e tradicional de Santo Antônio atrai diversas pessoas, principalmente da região, constituindo outro momento importante de visitação do lugar. Durante o festejo

Entre os atrativos turísticos do lugar, ainda   possível citar a piscina com águas naturais, próximo ao restaurante Rancho 100% Ostra (representativo da culinária a

base de ostra), a casa de Farinha, e o sambaqui local que apresenta vestígios arqueológicos de caçadores-coletores. A propósito, os sambaqui surgiram com os primeiros habitantes pré-históricos do Estado de São Paulo que estavam no Vale do Ribeira há aproximadamente nove mil anos atrás (BANDEIRA, 2008). Viviam próximos das margens dos cursos de água de uma zona de transição ambiental entre o planalto e a costa. Os membros dessa cultura, que as vezes estavam distantes do mar, enterravam seus mortos e os cobriam com uma grossa camada de conchas.

Segundo Bandeira (2008), as populações chamadas de sambaqueiras constituem um agrupamento humano que deixou de forma evidente testemunhos materiais de sua permanência no território brasileiro. Foram comunidades de pescadores-coletores-caçadores que partilharam aspectos sócio culturais semelhantes, como por exemplo, alimentos na área de moradia no mesmo espaço onde ocorriam atividades cotidianas e sepultamentos. Os sambaqueiros ocuparam por muito tempo um vasto território da costa brasileira bem como estuários e áreas ribeirinhas. A visita ao sambaqui é um encontro com o passado.



Figura 13 - Quiosque de Venda de Artesanato



Figura 14 - Viveiro de Ostra em Mandira



Figura 15 - Igreja em Mandira

Fonte: Relatório Técnico Científico de Mandira, 2002



Figura 16 – Barcos em Mandira

Fonte: Relatório Técnico Científico, 2002

No total, 16 famílias estão envolvidas com a atividade turística em distintos graus e intensidade temporal na comunidade. Elas trabalham portanto com artesanato, no receptivo turístico ou no grupo de cozinheiras. Muitas pessoas se envolvem esporadicamente com turistas, em sua maioria são artesãs que colocam objetos à venda e ocasionalmente recebem turistas no galpão das artes. A equipe que recebe os turistas normalmente é composta por um guia e dois ajudantes que dão apoio nas trilhas ou no passeio pela reserva extrativista. Uma pessoa, normalmente mais experiente, realiza o que os mandiranos denominam de “mini-palestra”. Ademais, a equipe de cozinheiras serve a alimentação, com algum relativo contato com os visitantes. Para implantar as atividades turísticas, a comunidade reorganizou suas unidades de produção com vistas no serviço de alimentação.

Abaixo, apresentamos os pontos de vista de membros das famílias consideradas sobre a gestão da atividade turística na comunidade.

Tabela 1 - Participação dos Moradores na Gestão do Turismo

Entrevista	Questão: Como você participa na elaboração e discussão do turismo?
12	Não participamos, poucas pessoas elaboram o turismo
15	Não participamos, poucas pessoas fazem isso
6	Não há reunião
2	Não participamos
10	Não participamos
11	Articulador da atividade turística. Responsável por reservas, orçamento e receptivo
1	Participo de algumas decisões
31	Não participo
13	Não participamos e também não vou às reuniões
7	Não participo, M é o encarregado
32	Não participamos
18	Não fazem reunião. Só avisam da comida a ser feita. N e C decidem
8	Não participa. Há uma briga. Buscam turistas independentemente
29	Não participo
28	Não participamos da elaboração. Me avisam quando é necessário limpar trilha e acompanhar turistas. Mostramos como fazemos a farinha de mandioca.
25	Participa. Coordeno a equipe de alimentação para turistas. Palestrante, viagens, fazemos contatos, participamos de eventos e feiras
20	Não há participação, não há reunião e discussão

Portanto, é possível constatar aqui que há pouca participação da comunidade na elaboração e na discussão da atividade turística. Treze entrevistados em dezessete mencionam seja a inexistência de reuniões seja a não participação nestas aqui..

De toda maneira, a Associação de Moradores de Mandira conta com uma participação de moradores importantes para o alojamento, visita e alimentação de grupos de visitantes. A hospedagem exige trabalho em equipe, ocorrendo em galpão local que possui banheiros, cadeiras, mesas, tomadas e colchonetes. Além deste local da Associação, os mandiranos hospedam pessoas em suas casas ou em seus quintais, na forma de camping. Grande parte dos visitantes se alojam na casa de uma família, costumeiramente. Em 2011 a 2013, os mandiranos receberam por exemplo grupos de escolas, de economia solidária, de universitários. Além destes grupos, convém assinalar um fluxo de visitantes durante notadamente os feriados. Eventualmente, estrangeiros visitam a comunidade, como foi o caso de um grupo de italianos.

A propósito, existe uma pousada com dois quartos em Mandira. No quintal deste estabelecimento, os turistas podem acampar. É oferecido café da manhã na pousada, que está localizada ao lado de onde funciona o 100% Ostra, único restaurante na comunidade. O casal que possui tal restaurante prepara alimentação fundada em culinária em torno da ostra, como seu nome deixa a imaginar (ostra grelhada, ostra em conserva), mas também oferece batata frita, banana chip, suco, cerveja, refrigerantes e cachaça com cataia. O sobrinho do casal ajuda a atender os turistas na época de feriados ou quando há grupos.

Cataia vem do tupi-guarani, um arbusto de pequeno porte. As folhas são usadas na culinária, usos medicinais e quando submersas na cachaça tornam-se bebida saborosa muito popular no Litoral Norte do Estado do Paraná e no Vale do Ribeira. A madeira da cataia era usada antigamente pelos caiçaras como matéria prima para vários trabalhos, como por exemplo, a fabricação de canoas entalhadas no tronco.

Destaca-se que pesquisadores e estudantes acampam ou pernoitam na associação. A presença de pesquisadores é algo contínuo em Mandira. Eles não são turistas, mas muitas vezes acabam trazendo a família ou amigos para conhecer a comunidade. Um pesquisador já permaneceu 2 meses em Mandira, acampando e se alimentando no lugar. Outros pesquisadores realizam estadias mais curtas.

Os grupos organizados são uma forma comum de visita de turistas. Em entrevista realizada com o articulador do turismo da comunidade, foi possível saber que o contato inicial entre turistas e comunidade é efetuado através da internet. O responsável confere a lista de mensagens da COOPEROSTRA requisitando as visitas e também e-mails

da sua caixa pessoal de mensagens. Esse e-mail é divulgado há alguns anos, desde a criação da cooperativa no ano de 1997. Portanto, é este articulador da atividade turística que recebe por meio eletrônico e confirma as reservas de grupos. Como já mencionado, a maior parte dos turistas são grupos organizados provenientes de escolas e universidades do estado de São Paulo, o que permite identificar esta atividade turística também como Turismo Pedagógico.

Enfim, turistas que não possuem reservas ou não fizeram contato, conhecidos como “passantes”, consolidam outro perfil de turista que visita Mandira. Essas pessoas se interessam notadamente pela pesca e pela alimentação no local. Eventualmente, visitam o manguezal e mais frequentemente o galpão de artesanato. Por outro lado, muitas pessoas da região se dirigem a Mandira somente para tomar banho de cachoeira.

Além dos e-mails já mencionados para as reservas, convém salientar que a divulgação da atividade turística em Mandira ocorre graças a sites internet, como aquele da pousada de Zacarias, da IV Festa da Ostra, do Roteiro Quilombola (www.circuitoquilombola.org.br)

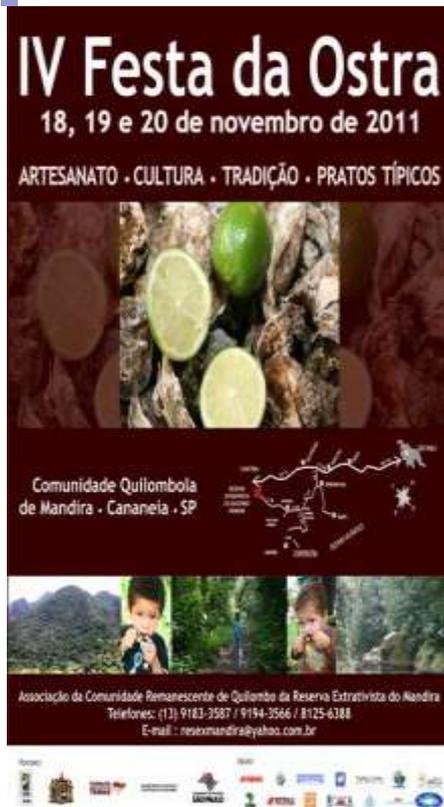


Figura 17 - Folder Promocional da Festa da Ostra

Figura 18 - Folder do Circuito Quilombola (ISA)

Fonte: Circuito Quilombola

da Rede Cananéia e do fomento de turismo de Cananéia (www.cananeiatour.com; www.cananet.com.br www.quilombosdoribeira.org.br; www.cananeia.net), documentários sobre Mandira exibidos em programas televisivos, entre outros. Os últimos ilustrados acima. Também o Folder Promocional do ICMBIO – Reserva Extrativista Mandira que segue.

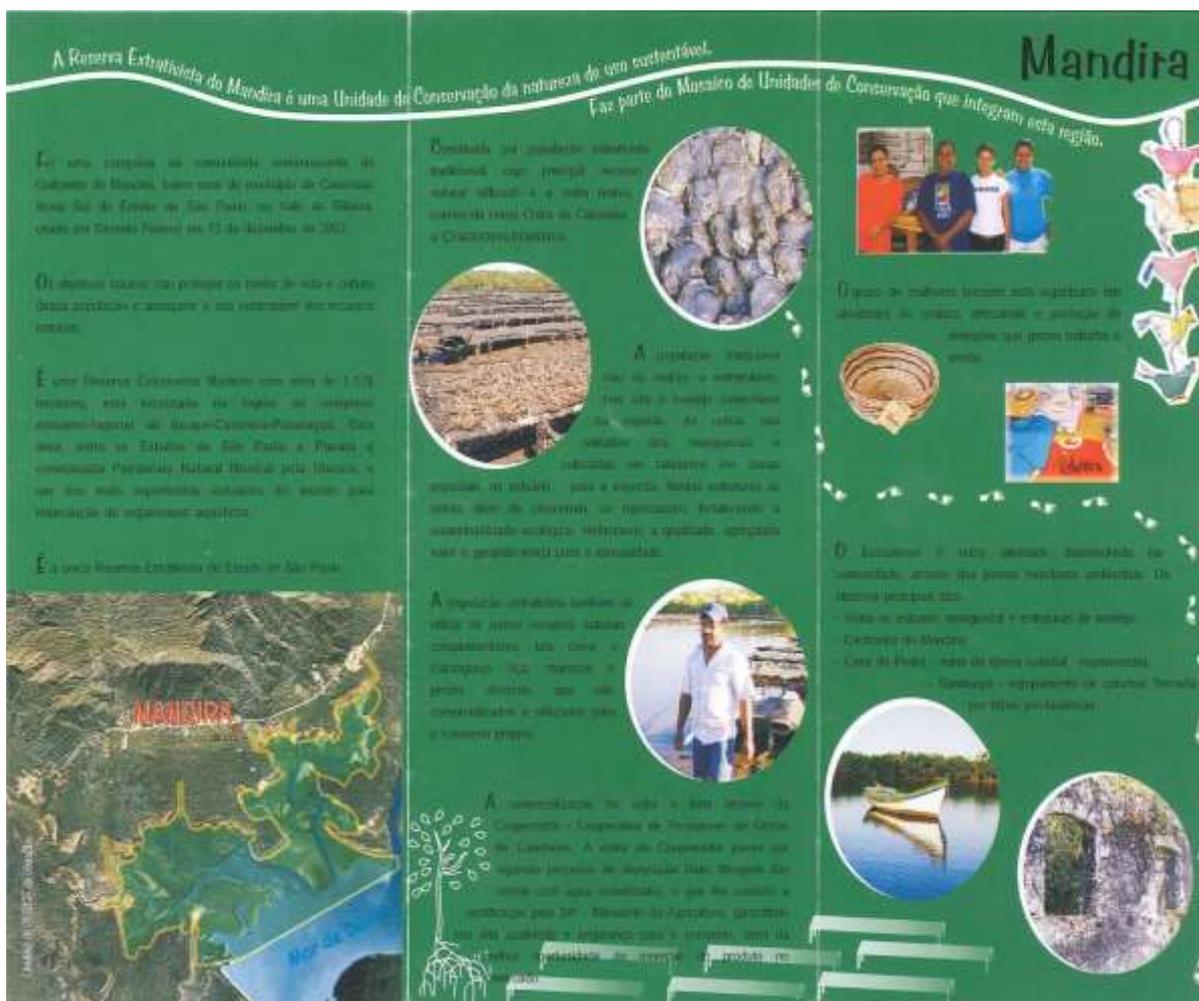
O IBAMA realiza a gestão compartilhada desta unidade de conservação com a comunidade local, através da Associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro Mandira - REMA e demais integrantes que compõem o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Mandira. São 21 representantes representantes de entidades civis, poder executivo e legislativo e universidades. É o fórum local de discussão e deliberação.



Nosso desafio é assegurar o modo tradicional de vida desta comunidade tradicional caçara-quilombola, sua cultura, usos e costumes e o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo trabalho, geração de renda, qualidade de vida e cidadania à esta população.



RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA
 Rua da Galvão, 252 - Centro do Mandira - 13320-000 - Itapissipava/SP
 tel. 3841 2288 - 3841 2592 - 3841 5012



O fluxo de turistas em Mandira, em razão dos visitantes serem em grande maioria estudantes, ocorre sobretudo no período de aulas.

As visitas de campo em diferentes épocas do ano e em feriados também permitiu acompanhar algumas visitas turísticas. Em julho de 2011, um grupo de aproximadamente 12 turistas interessados em Economia Solidária permaneceram um dia na comunidade, sem pernoite. Neste período, foi a única visita realizada, o que permite pensar em turismo incipiente.

Em 2012, ocorreram 3 visitas de campo. A primeira ocorreu no momento de alta temporada de turismo que é o período de Carnaval. Carros paravam para almoçar no restaurante 100% Ostra e compravam ostras. Um casal se hospedou na casa de uma das famílias no feriado. Um grupo de sete pessoas esteve em Mandira pescando, caminhando e almoçando na casa de uma das famílias. Duas barracas de camping foram observadas em um

quintal. Um segundo grupo de quatro pessoas almoçou, passeou de barco, conheceu o viveiro de ostra, a cachoeira e o galpão de artesanato. A cachoeira do Mandira esteve movimentada durante os dias com moradores da região. Mais de dez carros pararam ao longo do dia para fazer uma refeição no restaurante 100% Ostra. Durante o feriado da Páscoa, um grupo almoçou com uma família mandirana e pescou no rio. O restaurante 100% Ostra recebeu turistas.

Entre 20 e 28 de maio, um grupo de universitários visitou Mandira. Os visitantes almoçaram e ouviram a mini palestra, além de histórias dos moradores. No final, algumas pessoas compraram peças de artesanato.

O tipo de visita realizada em Mandira leva à questão se tal atividade é turística ou simplesmente ou viagem pedagógica escolar ou universitária. A conclusão, fundada em dados documentais e em observação de campo, é que muitas vezes essas visitas são organizadas por agências de turismo ou guias de turismo. Assim, é possível identificar efetivamente a oferta de um produto turístico.

De todo modo, desde a criação da COOPEROSTRA em 1997, o fluxo de turismo lentamente aumenta. Percebe-se que o aumento de infraestrutura na localidade é estimulado pela atividade turística. Em 2012, uma família mobilhou parte da sua casa para hospedagem de turistas. Em 2013, essa mesma família começou a construir uma pousada e executou algumas alterações paisagísticas no entorno da casa, como a criação de jardim, uma lojinha de artesanato e pequena piscina de água natural ativada em períodos de feriado. No anos seguinte, observou-se a construção de mais uma casa de hospedaria e a transformação de uma ex-residência em casa de hospedagem. Estas informações revelam que o turismo tem estimulado um pequeno aumento de infraestrutura denotando o desenvolvimento da atividade no território graças a uma demanda por parte dos turistas.

6 O RECONHECIMENTO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DO MANDIRA

Para a análise sobre o turismo na comunidade de Mandira, a noção de multifuncionalidade da agricultura constitui a chave da abordagem. Nesta perspectiva, convém insistir que Martins e Conterato (2013) consideram o rural para além dos processos económicos. Assim, o rural abriga diferenças culturais e diferentes tipos de organizações sociais. Desta forma, uma multiplicidade de significados marca a organização do espaço rural brasileiro. Cabe aqui então examinar em que medida outras funções da agricultura (ou, por extensão, da ostricultura), além daquela económica, são valorizadas na comunidade do Mandira a partir do desenvolvimento do turismo na localidade.

6.1 Turismo e a Manutenção do Tecido Social e Cultural

Para o estudo do pilar da multifuncionalidade em torno da vivacidade do tecido social e cultural, consideramos notadamente elementos de análise sobre o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, a valorização das identidades sociais e a promoção da integração social. Estudos sob perspectivas territoriais são realizados nos campos da antropologia, geografia e sociologia. Para nossos propósitos, estes estudos favorecem o entendimento de como a agricultura, e outras atividades afins, participa na criação dos laços sociais que cimentam as sociedades, a partir de suas dinâmicas territoriais. Nesses estudos, o território é concebido como o espaço físico e simbólico, fonte tanto dos bens materiais quanto imateriais que estruturam uma sociedade. O geógrafo Milton Santos (2007) indica que o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e, em suma, da vida humana. Remanescente de quilombo designa um legado, uma herança cultural e material que confere uma referência em torno do sentimento de ser e pertencer a um lugar específico. No campo da organização comunitária e tecido social, o sentimento de identidade representa uma trama de relações sociais com raízes históricas e configurações políticas.

Com base na abordagem da multifuncionalidade, analisa-se como a atividade turística interfere nas relações sociais da comunidade diferentemente de outros aspectos que mantêm a comunidade coesa. O território é especificamente uma comunidade remanescente de quilombos, caracterizando-se conforme tipologia de população tradicional

desenvolvida por Diegues (1998) onde as formas de manejo dos recursos naturais não visam totalmente o lucro, mas a reprodução social e cultural. Os mandiranos estão afetivamente ligados por laços de parentesco. Nessa comunidade, até poucos anos atrás, a agricultura era desenvolvida de forma coletiva. Realizavam-se mutirões de limpeza, plantação e colheita (CARDOSO, 2008), mas hoje isso não se observa mais.

Comunidades quilombolas também são caracterizadas por sua identidade étnica e pelo seu sentimento de pertencimento a um grupo ou terra. As comunidades quilombolas travam uma luta tanto por visibilidade e reconhecimento quanto por redistribuição de recursos favoráveis a um desenvolvimento social justo. Mesmo com todas as dificuldades pela luta de terra, as famílias mandiranas têm logrado a seu próprio modo a perpetuação da cultura e identidade de população tradicional remanescente de quilombo. Sem dúvidas, ela é diferenciada da cultura urbana. A identidade grupal persiste, calcada no parentesco, nas relações de trabalho do núcleo familiar e naquelas que o grupo mantém com o meio e com a sociedade englobante. Os laços familiares e o apego das famílias às suas terras na comunidade do Mandira garantiram a permanência de algumas famílias, mesmo com o êxodo em razão de conflitos e venda de terras, além das crescentes restrições ambientais impostas pela legislação. Os mandiranos compartilham uma história em termos da ocupação de suas terras. Esta relação com o passado motiva práticas de resistência e luta pelo reconhecimento, como população tradicional, ao direito à terra e àqueles associados. Os ancestrais que permaneceram e povoaram o território elencam as marcas de um passado de luta. A territorialização quilombola significa de alguma maneira ter poder e autonomia para a reprodução de seus modos de vida, estando, assim, intrinsecamente relacionada à identidade do grupo. A entrevista que segue denota a opinião de um mandirano sobre o território:

somos filhos de Francisco Mandira. Eu sou a sexta geração da comunidade. Tataravós e avós, todos nasceram e se criaram aqui. De 1870 pra cá aqui era fazenda, depois foi doado por um filho da fazenda com escrava. Foi doado para o filho bastardo em 1868 e daí para cá se deu ficou a família Mandira. Viver aqui é uma dificuldade, tem até hoje muito trabalho muita conquista também. O pai do meu avô enfrentou muito tempo com o coronel por causa dessa terra. Meu bisavô ele brigou e conseguiu ganhar essa questão com o coronel. Por isso que a gente está hoje na terra. O pessoal sobrevivia da caça, da pesca, da exploração do palmito, da caixeta, da roça de subsistência e na década de 68 foi criado o Parque Jacupiranga. Pegou uma parte do sítio Mandira e aí foi proibido as atividades de pesca, caça, do palmito, produção de caixeta, da roça de subsistência. O parque também criou a polícia ambiental e jogou em cima das comunidades proibição. É nossos parentes venderam. Foram obrigados a vender praticamente 90%. Algumas

famílias não venderam, minha mãe né, alguns irmãos da minha mãe, alguns primos. Então ficamos aqui na comunidade (Entrevista nº 25).

E pras pessoas que vêm de fora ter esse objetivo de que , ter respeito a cultura tradicional, a maneira que a gente vive, né. E que cada dia que passa a gente possa, seja hoje, seja daqui na geração futura, continue nessa área, continue a maneira de viver e que não se perca a cultura da comunidade. [...] A questão de hoje é ter o reconhecimento público como quilombola. Só reforça a ligação nossa, nossa cultura. A maneira de viver, a maneira de trabalhar, produzir, isso já é, é uma cultura de ser quilombola, né. De que você preserva a semente, as mudas, a maneira de processar os alimentos. [...] é importante preservar onde a gente vive, preservar cada vez mais (Entrevista nº 5).

Nestas relações com o território, convém destacar o papel da festa de Santo Antônio. Trata-se do evento religioso mais importante da comunidade, uma celebração de missa, acompanhada de bingo, competições desportivas, banda musical, dança e degustação de comidas típicas. Muitas pessoas da região visitam Mandira em junho na época do evento. A festa, em alguma medida associada à produção local, é um motivo de agregação de pessoas, oferecendo lazer e mantendo viva a religiosidade dos locais. De fato, a Igreja é uma instituição de encontro social e importante forma de manter as tradições em Mandira. Em toda comunidade do Mandira, dois interlocutores responderam ser evangélicos e o restante dos residentes pertencem a religião católica. A comunidade é religiosa e através da religião mantiveram-se unidos também. O Terço Cantado é um costume nesta comunidade, constituindo um motivo de unir as pessoas. Nos ensaios do Terço Cantado, todos se reúnem e cantam juntos, idosos e jovens.

Com efeito, a ONG IDESC obteve financiamento para a gravação do Terço Cantado de Mandira. Tratou-se de um interesse da comunidade e a ONG produziu o CD que é apresentado e vendido aos turistas que visitam Mandira. O CD constitui-se uma forma de divulgação da cultura mandirana, da sua religiosidade e da forma de expressão local. A religião em Mandira em certa medida é reforçada por conta do turismo. Durante novas gravações do Terço em 2012, constatou-se o orgulho dos mandiranos em participar das gravações. Todos se vestiram muito bem, se reuniram, ensaiaram o Terço algumas vezes e estavam muito contentes. Houve comemoração na casa de uma família que reuniu mandiranos que já nem vivem mais em Mandira. As atividades turísticas que ocorrem no interior da comunidade e também aquelas realizadas em feiras regionais e nacionais permitem portanto considerar o papel do turismo em estimular as atividades artísticas e culturais locais.

Convém igualmente realçar que a comida do dia a dia é em si um atrativo turístico. A pesquisa de campo com os grupos de visitantes permitiu observar que são servidos peixe fresco, arroz, feijão, salada de couve. Essa refeição é exatamente a alimentação cotidiana de Mandira. O resgate de aspectos identitários como a própria alimentação das pessoas é promovido também em consequência da atividade turística. Um outro exemplo relacionado ao turismo e identidade ocorre quando grupos são levados aos quintais e plantações e observam como se faz a farinha de mandioca e outros produtos da agricultura familiar quilombola. Ou seja, neste espectro da manutenção da identidade, o turismo tem colaborado com a valorização de uma identidade Mandirana. Portanto, a atividade turística em grande medida colabora com a valorização de uma identidade mandirana. A explanação sobre a história da comunidade durante o passeio turístico pode ser caracterizada como o resgate e legitimação de uma identidade.

Como já mencionado, a comunidade também faz parte do Circuito Quilombola. Neste caso, o turismo está sendo divulgado como atividade desenvolvida coletivamente, com enfoque comunitário. O roteiro engloba sete quilombos do Vale do Ribeira. O material de divulgação impresso e eletrônico propõe visitar as roças, acompanhar apresentações da cultura e também experimentar a culinária tradicional das comunidades. São 65 atrativos culturais, naturais e gastronômicos, além do calendário de festas quilombolas. O roteiro de turismo de base comunitária dá grande ênfase na valorização da cultura quilombola. Trata-se de uma arena de construção de afirmação e mobilização de atores sociais, favorecendo a visibilidade da luta da comunidade.

Os turistas procuram Mandira como forma de aprender sobre a vida em uma comunidade quilombola e também o cotidiano de uma Reserva Extrativista. A interpretação do turismo comunitário como uma possibilidade não se dá não apenas em função de seu potencial para a geração de renda, mas também por estimular a autonomia, a valorização e o respeito ao modo de vida e a cultura da comunidade. Caracteriza-se assim o papel social do turismo. Os mandiranos continuam reproduzindo os hábitos de pesca, as relações com a natureza e também, em certa medida, o artesanato. Sendo assim, o turismo tem papel importante na continuação das atividades artísticas e culturais, na integração social na vivacidade do tecido social.

Neste sentido, convém lembrar que a noção de comunidade refere-se também a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros a partir do processo produtivo ou cultural. Segundo Durham (2004), uma comunidade se caracteriza por união de interesses do grupo. No que diz respeito ao aspecto político, os mandiranos entraram em consenso em relação ao reconhecimento do território como comunidade quilombola. Sob esta lente, ocorreram vontades sociais como a luta pelo reconhecimento do território quilombola.

No caso da criação da Reserva Extrativista, foram vários anos de dedicação para que tal fato ocorresse (MOREIRA, 2000). Se não fosse pela vontade social baseada na concordância do grupo e espírito comunitário, esses processos não teriam ocorrido. Destaca-se, desta forma, os esforços comunitários dos seus membros, entretanto, não quer dizer que uma comunidade esteja sempre em harmonia. Porém, seus conflitos desenrolam em um universo comum no cotidiano social. Para Durham (2004), a comunidade é em princípio o oposto da hostilidade, da competição e do domínio. As relações de competição e de dominação são convertidas para relações de associativismo, cooperação e solidariedade. Trata-se de uma incorporação em todos de um sentimento de pertencimento numa mesma cultura onde a gestão do bem comum e autonomia são restaurados. Mandira como comunidade, por exemplo, é um produto de uma ação coletiva onde há normas culturais também estabelecidas pelas relações de parentesco.

Deste modo, a pesquisa identifica como o turismo afeta a organização social de Mandira, retorna-se às questões de transformações culturais. As entrevistas que foram realizadas contribuíram para a compreensão de como o turismo afeta o tecido social. Algumas famílias em Mandira estão isoladas da atividade turística. As três famílias mandiranas de agricultores que residem no núcleo Porto do Meio estão distantes do centro social da comunidade do Mandira, o que não favorece a participação deles no receptivo turístico que vem ocorrendo na comunidade. Essas famílias têm como principal atividade a agricultura. Outras duas famílias residentes no núcleo Boacica também não estão envolvidas com o receptivo turístico. Há um total de cinco famílias que não possuem qualquer interação com a atividade. Ou seja, a distância do centro social proporciona relativo isolamento da atividade turística. Portanto, as famílias que estão nas proximidades da associação de moradores se beneficiam mais frequentemente do turismo.

Cinco famílias se organizam no planejamento do receptivo turístico, são todos pais, irmãos, cunhados e cunhadas, ou seja, um mesmo núcleo familiar. Os dados apontam pouca participação de outras famílias na elaboração, reservas, discussão e gestão da atividade turística. Essa situação tem contribuído para a geração de conflitos e desentendimentos com as demais famílias da comunidade. Alguns depoimentos de moradores seguem abaixo:

O turismo é bom pra quem está servindo. As pessoas vão se distanciando. Até hoje a turma pergunta do Santo Antônio. Ninguém vê conta. O turismo podia ser de outra forma. Podiam ser mais claros. O pessoal fica com o pé atrás, tudo muito escondido. Algumas pessoas que não trabalham no turismo reclamam, isso atrapalhou, causou briga, é mais difícil. Devia ser mais claro, mais aberto (Entrevista nº 20).

Não é necessário ter uma chefe de cozinha, todas as mulheres sabem cozinhar aquilo. Não entendo por que ela está como chefe em todas as equipes. Todas nós cozinhamos bem, sabemos preparar o peixe, o arroz, feijão. Não precisamos de chefe, no lugar dela outras podem trabalhar [...] Só uma família organiza tudo. O turismo não é justo. Todos devem trabalhar igual. Todos devem ganhar de forma justa. (Entrevista nº18)

A recepção de turistas está centralizada. R não paga às pessoas de forma justa. Paga quanto ele quer. As pessoas nunca sabem quanto é cobrado. Ele também não anota as cervejas da Festa da Ostra. Os valores são confusos. (Entrevista nº30)

O turismo não favoreceu a organização da comunidade. Nunca foi feita uma reunião de turismo. Só avisam em cima da hora (que os turistas estão chegando). Nunca houve uma reunião. É só o aviso de refeição para o turista, para quem cozinha. Procuram quando precisa limpar a trilha. Fazer trabalho que ninguém quer fazer. Muitas vezes nem fico sabendo que tem turista. (Entrevista nº29)

O Mandira, eu não vou dizer que ele não é unido, tem umas pessoas dali que só quer o bocado pra eles, eu acho assim. Acho assim nunca vai pra frente nada. Acho que se nós não se unir, acho que as coisas vão se tornar mais difícil, assim não só pra um, mas pra todos. Que nós já fomos muito unidos. Gostaria de mais união. Eu gostaria da gente hoje, a gente ter força, ter assim coragem pra seguir junto. Conquistar as coisas juntos, pra lutar, pra buscar, que a gente já buscou muitas coisas juntos em termos de valores. (Entrevista nº27)

O turismo está centralizado. Uma vez viajaram e levaram as chaves do galpão de artes, ninguém mais podia entrar. Uns turistas queriam comprar. (Entrevista nº15)

Quanto mais gente tivesse envolvida no turismo seria melhor, eu não estou. Tentei conversar com o pessoal, mas foi sem sucesso. Quanto mais gente melhor, mais interessante e a chance de errar é menor. (Entrevista nº6)

Meu pai lutou pelas conquistas, meu pai era um líder na comunidade, mas com ele era diferente. Na época dele não existia esses projetos, esses negócios de governo. Era assim, todo mundo conquistava as coisas da maneira que podia e era mais gostoso. Eu acho que o dinheiro subiu pelas cabeças das pessoas. O dinheiro traz ambição. [...] então se as coisas

mudassem, fossem diferentes, ou então, voltassem como era antigamente. Eu acho que seria bem melhor, muito melhor. (Entrevista nº27)

6.2 Turismo e Segurança Alimentar

Para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), um dos aspectos da segurança alimentar é estar associada à suficiência, estabilidade, autonomia, equidade e sustentabilidade em torno do acesso aos alimentos (www.fao.org.br). A definição da FAO envolve uma escala global, pois contempla elementos e características que afetam distintos países de forma singular e também conjunta em termos de comércio internacional e disponibilidade de alimentos. Por outro lado, a interpretação de segurança alimentar de Carneiro e Maluf (2003) está um pouco mais associada a uma realidade da agricultura familiar brasileira e, assim, inserida em âmbito territorial específico. Segundo Carneiro e Maluf (2003), o pilar da segurança alimentar no âmbito da multifuncionalidade da agricultura familiar envolve a produção para autoconsumo familiar, produção mercantil de alimentos, canais de comercialização, opções técnico produtivas e alimentação mais saudável. A alimentação é um dos fatores centrais para a saúde e possibilidade de uma vida de qualidade. Um bom padrão alimentar e com controle de qualidade do plantio à mesa pode contribuir diretamente com a prevenção de doenças ao longo da vida das pessoas. Compreender esses elementos leva a um reconhecimento da importância de uma alimentação saudável. Portanto, é coerente pensar em princípios de segurança alimentar com vistas a proporcionar saúde aos indivíduos graças à quantidade, qualidade e variedade dos alimentos.

Diante da agricultura familiar no Brasil, a agricultura patronal demonstra características empresariais que se preocupam em produzir *commodities* para obter o máximo de valor de mercado de uma mercadoria com um pacote padronizado de investimento. Para tanto, utiliza-se frequentemente de insumos industriais e grande quantidade de agrotóxico na lavoura em sistemas de monocultivos muito controlados.

A partir de 1980, algumas iniciativas de agricultores agroecológicos apontavam para o desenvolvimento de novas estratégias produtivas e mercantis como forma de sobrevivência e permanência do campo sob um sistema de produção agroecológica que favorece a manutenção da fertilidade dos solos com utilização de resíduos orgânicos e a substituição dos agrotóxicos. Para Gliessmann (2001), a agroecologia mobiliza em princípio a diversidade das espécies e variedades tanto para o controle de pragas quanto para favorecer as culturas e a preparação dos solos, com vistas a obter uma alimentação livre de produtos

químicos. Assim, aspira garantir a manutenção local de uma grande biodiversidade nos agroecossistemas. Ao considerar esses aspectos, a monocultura se mostra menos apropriada para a agricultura familiar. Entre suas especificidades, esta última apresenta uma lógica frequentemente coincidente com a agroecologia, pois os agricultores familiares são mais capazes de acolher os sistemas de produção inspirados na agroecologia, sendo mais ajustados às exigências do desenvolvimento sustentável (TEDESCO, 2006). A agricultura familiar se inclina em proporção considerável para uma agricultura orgânica e artesanal. Muitas famílias desejam uma alimentação mais saudável e a preservação do meio ambiente, ou seja, uma agricultura menos destrutiva que não faça o uso de agrotóxicos. Na agricultura familiar, a qualidade de vida está diretamente relacionada à forma como o trabalho é realizado e às relações com a natureza. Portanto, as características da agricultura familiar tendem a favorecer uma produção com maior qualidade, com base numa relação mais harmônica com a natureza de forma a economizar insumos e evitar a dependência de multinacionais.

Em se tratando de Mandira, a agricultura e aqüicultura demonstram aspectos de multifuncionalidade notadamente no que se refere à preservação da biodiversidade alimentar, tal como sugere Cazella e colaboradores (2009). As 23 famílias da comunidade têm na ostreicultura sua atividade comercial preponderante, a agricultura tradicional estando em segundo plano. Algumas famílias possuem pequenas hortas orgânicas, cultivo de plantas medicinais, mas esse plantio é esporádico e descontínuo. Dentro do eixo de disponibilização e acesso à alimentos saudáveis, quatro famílias na comunidade se dedicam ao cultivo de frutas e verduras, além de pequena pecuária, o que lhes permite uma alimentação diversificada. Encontram-se aí patos, galinhas, perus, um rebanho de aproximadamente 55 bovinos. Segundo os dados levantados, as famílias agrícolas consomem os produtos cultivados, o que favorece uma dieta mais variada, acrescentando diversos legumes, frutas, ovos, frango e verduras ao cardápio diário. Esta dieta inclui alface, leite, couve, mandioca, feijão, cenoura, palmito pupunha, arroz, abóbora, bolo de palmito, laranja, tangerina, cebolinha, uma variedade de alimentos produzidos pelas famílias em questão. Nosso método de observação participativa permitiu, compartilhando o cotidiano de algumas famílias, notadamente no que se refere ao ato alimentar, constatar que a maioria das famílias possui uma alimentação não diversificada, exceto aquelas agricultoras. Em diversas ocasiões, não há frutas e verduras na mesa. A maior parte dos moradores possui como dieta regular o consumo de feijão, arroz e peixe. Entretanto, convém insistir, que as quatro famílias que

realmente se dedicam à horticultura, não cultivando ostra, possuem uma alimentação diversificada e mais saudável, tal como manifestam:

Nós comemos de tudo. Tudo que plantamos, nós comemos e vendemos. Verduras, frutas, muita coisa. Aqui a gente está com uma diversidade de produção. Estamos mexendo com a banana, pupunha em si, tem uma agrofloresta que tem desde café, couve, jiló, abacaxi, maracujá, mamão, feijão, palmito juçara, chás, mandioca, mandioquinha, ovos, temos bastante. (Entrevista nº26)

Temos ovos, galinha, peixe, tudo quanto é fruta. Leite, queijo, manteiga, peixe, maná, pupunha, mandioca, couve, bananinha chip, banana, mexerica, galinha, beiju, cuscuz, pão. (Entrevista nº3)

O quadro que segue abaixo com dados referentes a entrevistas, exemplifica um pouco os hábitos alimentares dos Mandiranos e a diferença de alimentação em relação á ostreicultores e agricultores.

Famílias	Alimentação Cotidiana
1 agricultora	peixe, feijão, arroz, verdura, frutas, legumes, ovos, pão
2 agricultor	peixe, feijão, verdura, arroz, frutas, verduras e legumes, leite
3 agricultora	peixe, feijão, arroz, verduras, legumes, frutas, leite, galinha
4 agricultor	mandioca, produtos da horta, peixe, arroz, galinha, ovos
5 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
6 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
7 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, mistura
8 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
09 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
11 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, de vez em quando frango, peixe é mais frequente
12 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, carne, frango
13 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, carne
14 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, frango
15 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
16 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, frango,
17 ostreicultor	peixe, feijão, arroz, linguiça
18 ostreicultor	peixe, feijão, arroz
19 ostreicultor	peixe, feijão, arroz

Quadro 2 - Alimentação Cotidiana em Mandira

Dito isto, a análise aqui foca a segurança alimentar em Mandira e a sua relação com o turismo. O plantio e as criações visam alimentar outras pessoas, criando condições para que todos possam obter alimentos em quantidade, em qualidade e em

variedade, capazes de proporcionar saúde, bem estar e alegrias. Os produtos agrícolas vendidos aos turistas podem ter efeito no desenvolvimento do território por seu impacto econômico, no sentido agroalimentar e reflexos sobre outros setores.

Por outro lado, estudos em turismo revelam a importância da gastronomia local para o desenvolvimento do turismo e a dinamização do meio rural. Por exemplo, Silva (2006) considera que as práticas alimentares da gastronomia rural são recuperadas a partir do advento do agroturismo, que pode assim colaborar com a valorização da ruralidade através do resgate de receitas antigas e na preparação e venda de produtos alimentícios, como tortas, geleias, chás, polentas, chocolates, cafés gourmets, cachaças. Por exemplo, na experiência da Acolhida da Colônia, são oferecidas iguarias como nata, cucas, roscas, salames, biscoitos, entre outros, fazem parte do cardápio das tradicionais das famílias e são oferecidos aos visitantes (SILVA, 2006). Turistas buscam um autêntico café da manhã rural, o leite tirado da vaca, o queijo feito pelo agricultor e atividades que envolvem a colheita ou plantio de frutas e verduras. Em muitos destinos turísticos, o turista deseja obter alimentação saudável e cultivada de forma agroecológica.

Em Mandira, alguns visitantes requisitam o passeio aos quintais agroecológicos e ao manguezal da Resex a fim de conhecer o local onde e como são produzidos produtos alimentares da comunidade são cultivados. Entretanto, não há efetivamente um café da manhã, almoço ou jantar diversificado e mais elaborado. Ao acompanhar grupos de turistas durante as refeições identifica-se que, aos grupos que visitam a localidade, são oferecidos peixe fresco frito, arroz, feijão, suco e salada de couve e ostras frescas. Apesar destas últimas enquanto produto chave, o cardápio não varia. Não foi identificada a utilização de outros produtos cultivados localmente, como alface, cenoura, mandioca, milho, na alimentação dos visitantes.

De fato, as famílias agricultoras por exemplo, produzem bolo com palmito, banana chips, licores e mel. Com o mel pode-se fazer doces e com as frutas locais, geleias e bolos. O arroz pilado por exemplo, uma receita antiga, não é oferecida aos turistas no café da manhã ou até mesmo como lanche da tarde. A banana chips produzida localmente também não é valorizada. Assim, as observações revelam que não há diversificação de receitas contendo outros produtos advindos dos recursos naturais da Mata Atlântica, da agricultura familiar ou até mesmo das pequenas hortas, como o caso de chás. Neste caso,

considera-se que o turismo em Mandira tem estimulado em pouca medida o consumo de alimentos mais saudáveis cultivados localmente.

De toda forma, os visitantes ao serem entrevistados declaram que apreciam muito a alimentação oferecida durante o passeio na localidade. Como exemplo, revelam: “O peixe é fresco, a saladinha também. O feijão com arroz é bem caseiro (Entrevista nº 35); “A ostra é uma delícia. Vou levar umas dúzias pra casa” (Entrevista nº 36); “A comida é bem caseira, fresca, o peixe frito está muito bom” (Entrevista nº 37).

Muitas vezes, os turistas perguntam aos mandiranos sobre a origem da ostra, do peixe, do suco e demonstram satisfação ao saberem que o peixe e ostra são provenientes do manguezal. O suco de limão é do quintal. Com efeito, a alimentação fresca e saudável é algo muito valorizado pelos turistas que visitam Mandira.

Nossa perspectiva de análise da segurança alimentar tem como ponto de partida o território de Mandira. Um povoamento em área de manguezal rica em biodiversidade, deve se servir em princípio de uma alimentação local, como peixes, ostras, caranguejos. A ostra é um molusco muito apreciado em todo o mundo. Moraes (2005) indica que ela pode ser degustada marinada, defumada sob forma de conserva, gelatina, pasta ou in natura. Porém, trata-se de um animal filtrador que retém substâncias e patógenos potencialmente nocivos à saúde do consumidor como toxinas de algas, metais pesados e resíduos da agricultura. A tradição de consumo in natura aumenta ainda mais este risco. Algumas doenças podem ser veiculadas pela ostra in natura como a cólera, que tem a água como principal veículo de transmissão e também a *escherichia coli* (contaminação de origem fecal) responsável por gastroenterites até septicemias letais e a hepatite A, transmitida pela ingestão de água contaminada pelo vírus (BRASIL, 1997).

Desta maneira, no que tange a segurança alimentar dentro da esfera da qualidade do alimento, os cooperados precisam garantir um produto saudável. Neste sentido, as caixas da COOPEROSTRA trazem a certificação do Serviço de Inspeção-SIF do Ministério da Agricultura. Apresentam também as datas de embalagem, o prazo para o consumo em 5 dias, a localização da COOPEROSTRA e o endereço eletrônico da empresa. As caixas são lacradas com fita transparente que garante a inviolabilidade do produto. Esses elementos demonstram a preocupação em disponibilizar um alimento saudável e apropriado para o consumo, item diretamente relacionado à segurança alimentar. Desta maneira, é

possível identificar a origem das ostras de Mandira. Essa abordagem remonta a importância da produção alimentar de qualidade permitindo a rastreabilidade dos alimentos até sua origem.

Uma outra ótica da segurança alimentar pode se voltar para os canais de comercialização (CARNEIRO e MALUF, 2003). A COOPEROSTRA comercializa ostras *in natura* em quiosques e restaurantes do litoral de São Paulo onde há intensa atividade turística, especialmente Peruíbe, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. Garcia (2005) registrou também este comércio de ostra em Campinas e Rio de Janeiro. Através da colaboração entre extratores de ostras unidos a uma rede de comercialização, a cooperativa representa um conjunto de estratégias coletivas com vistas a manutenção de atividades econômicas em longo prazo. A atividade turística tem estimulado efetivamente a ostreicultura local. Ainda sobre os canais de comercialização de alimentos em Mandira, três famílias de agricultores comercializam seus produtos na feira orgânica semanal de Cananéia. Neste modo, a agricultura familiar da localidade vem cumprindo a função de disponibilizar alimentos para seu autoconsumo, mas também para a sociedade local. Esses alimentos incluem: frango, ovos, bolo, tangerina, laranja, alface, quiabo, cenoura, couve, uma variedade de produtos que são cultivados em Mandira. A feira é realizada em um único dia da semana e agrega somente produtores de orgânicos da região. Ao longo da pesquisa, as quatro famílias de agricultores familiares relataram a importância da agricultura orgânica em suas vidas. Nas entrevistas realizadas em suas casas e na feira, salta aos olhos o nítido orgulho do trabalho e da possibilidade de oferecer alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos, à população local e aos turistas que visitam Mandira. Os depoimentos abaixo são reveladores desta visão:

Optei por trabalhar com produto orgânico, agroecológico é, tanto a gente tá preservando a natureza, o sistema e também colhendo produto que de qualidade não só para subsistência, mas também para dentro do município. Repassa esse produto de qualidade. Aqui a gente está com uma diversidade de produção, estamos mexendo com banana, pupunha, em si, tem uma agrofloresta que tem desde café, pupunha, palmito juçara, temos bastante. Trabalho também com a horta, mexo um pouco na área de apicultura também com abelha. Trabalho com o mel, extrato de própolis. Faz doce, geléia, bananinha e mandioca chips. É, trabalhamos com algumas frutas, fazemos o licor. Criação, a gente tem ave, várias espécies.

[...] Eu assumi, optei por trabalhar com produto orgânico, agroecológico é, tanto a gente tá preservando a natureza, o sistema e também colhendo produto de qualidade não só pra subsistência, mas também pra dentro do município. É a gente trabalha escoando produto aqui de Cananéia. Nós temos uma feirinha na cidade aonde a gente repassa esse produto de

qualidade para as famílias e fazendo que cada dia que passa eles tenham mais conhecimento, divulgando mais o nosso produto. O interesse não é repassar esse produto pra fora. Primeiro abastecer o mercado de dentro, do local, dentro do município. A economia gera dentro do município. (Entrevista nº 5)

Comemos o que plantamos e Vendemos orgânico, tudo puro. Entrevista 26

Na feira, mel, própolis, licores, frutas, legumes, frango, ovos e bolos são ofertados. O extrato da folha da cataia também. Trata-se de uma planta endêmica que compõe também a cesta de produtos destas famílias agrícolas. Segundo as entrevistas com mandiranos realizadas na feira de Cananéia, a venda dos produtos aumenta quando o fluxo turístico aumenta na cidade. Trata-se de demanda das pousadas por produtos orgânicos. As entrevistas revelam que grande parte dos consumidores finais são os turistas da cidade de Cananéia que se hospedam em hotéis, pousadas e também costumam visitar e adquirir produtos na feira como sugere o relato seguinte: “Vendo produto ao turista, vende mais quando tem turista” (Entrevista nº 26). Assim, cabe destacar que a conversão agroecológica dos agricultores de Mandira se associa em grande medida a uma comercialização de alimentos juntos aos turistas que visitam Cananéia. Nesta medida, é pertinente pensar na contribuição deste turismo para o desenvolvimento de uma agricultura mais respeitosa do meio-ambiente e da saúde das famílias agrícolas e dos consumidores.

Os agricultores mandiranos também comercializam alguns produtos em eventos da Rede Cananéia. Esta última é formada por organizações do terceiro setor do município de Cananéia e busca a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Segundo seus documentos, a Rede Cananéia (2011) promove-se ações de geração de renda, de atividades tradicionais e sustentáveis, preservação das culturas tradicionais, participação em formação de políticas públicas, educação comunitária, conservação e pesquisa ambiental e o desenvolvimento social. Como exemplo, há um jornal mensal de circulação denominado Informativo Rede Cananéia. Em abril de 2012, a rede realizou roteiros experimentais de turismo comunitário: o Roteiro Rural e o Roteiro das Águas. A associação tem uma sede em Cananéia onde atendimentos ao público acontecem. De acordo com o informativo, ocorrerem graças à tal organização oficina de educomunicação, mutirão de roças, treinamentos de maculelê e mutirão de sistema de saneamento básico. A participação dos mandiranos na Rede Cananéia permite uma forma de valorizar o homem do campo e melhorar suas condições de vida considerando aspectos da sustentabilidade ambiental.

A propósito, os cursos de agroecologia, a venda de produtos da feira de Cananéia e a integração na Rede Cananéia são meios, tal como lembrado por dois agricultores quilombolas (entrevistas nº 5 e nº6), para troca de informação com outros agricultores e com consumidores, o que constitui uma forma de valorizar o modo de vida em Mandira.

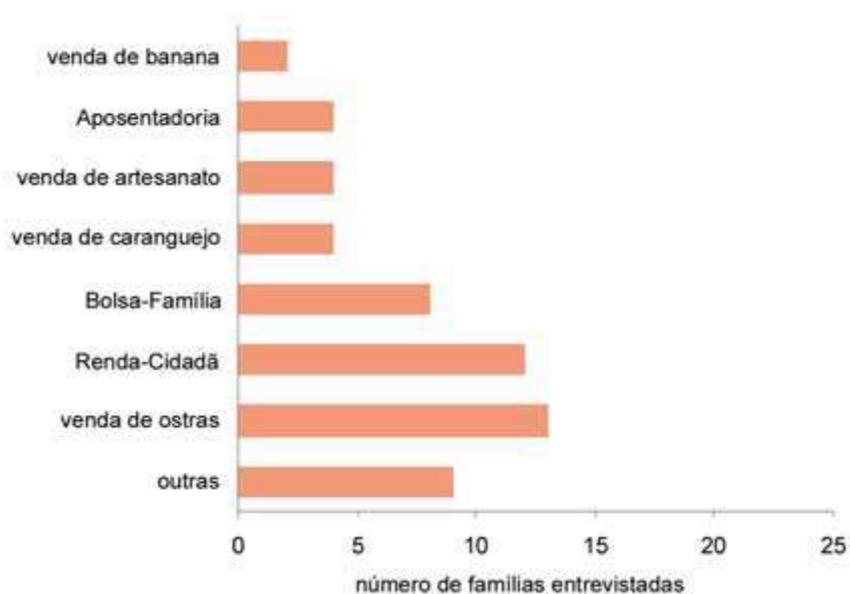
6.3 Turismo e Reprodução Socioeconômica das Famílias

O turismo é uma atividade econômica geradora de emprego e renda. No entanto, a atividade pode provocar externalidades econômicas negativas, tal como, por exemplo, a exploração de mão de obra da população local com o pagamento de baixos salários. Da mesma forma, a especulação imobiliária estimulada pelo turismo implica em consequências negativas à população local, principalmente aquela de baixa renda e não proprietária de terras. Os produtos básicos em destinos turísticos geralmente são mais caros, o que eleva o custo de vida da população local. Por outro lado, o impacto econômico positivo do turismo pode ser a diversificação da economia local, com novos empreendimentos que prestam serviços aos turistas, sobretudo nos casos em que sejam mantidos sob a iniciativa dos habitantes locais, tal como concebido na perspectiva de um turismo de base comunitária.

Em Mandira, a entrada de renda referente ao turismo está relacionada aos pagamentos referentes: a) à hospedagem de visitantes nas casas dos moradores b) ao fornecimento de alimentação na casa dos moradores c) às refeições no restaurante local, d) à comercialização de ostras frescas e conservas de ostras e) a produtos alimentícios locais em geral (licores, mel) f) aos serviços de guia g) ao remador h) ao barqueiro i) ao palestrante f) ao artesanato local. Efetivamente, grande parte deste receptivo turístico depende de produtos típicos disponíveis localmente, como o peixe e ostras que é servido aos turistas ou a cataia, infusão de folha de uma essência florestal endêmica em cachaça, como já mencionado.

Neste âmbito, convém avaliar a renda, a garantia de emprego, os estímulos para permanência no campo, em particular dos jovens. Em 2008, a Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira revelava os seguintes dados sobre Mandira (ISA, 2008):

Gráfico 2 - Fontes de Renda



Fonte: Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, ISA (2008)

Quanto à principal atividade produtiva local, em 2008, em torno de 13 famílias se dedicavam a ostreicultura, esses dados variam a cada ano. Em 2011-12, este número era de quatorze, como pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Fonte de Renda

Número de Famílias	Principal Fonte de Renda
14	Ostreicultura
02	Mariscos
02	Bolsa verde
02	Aposentadoria
01	Agricultura e Aposentadoria
02	Agricultura
01	Caseiro Assalariado e Agricultor
Total: 23	

Fonte: Tarita Schnitman, 2011

Muitas famílias de Mandira, além das fontes de renda principais explicitadas acima, possuem a renda complementar, secundária do turismo. Além das quatorze famílias na ostreicultura e mais duas na exploração de caranguejos e mariscos do manguezal, duas famílias dependem da renda da Bolsa Verde. Trata-se de um apoio para

famílias engajadas na proteção ambiental da Reserva Extrativista que recebem um pouco menos de um salário mínimo mensal. Essas duas famílias não são impedidas de exercer atividades paralelas. Há ainda uma família que sobrevive exclusivamente da aposentadoria, única fonte de recursos para um casal em idade avançada.

Quatro famílias possuem como principal atividade a agricultura, como já indicamos acima. Uma das famílias de agricultores é pluriativa, pois o chefe da família trabalha como caseiro. As demais três famílias, além dos cultivos agrícolas, criam animais, como porcos, galinhas e bovinos. Como já mencionado igualmente, comercializam uma variedade importante de produtos na feira orgânica semanal de Cananéia e na Rede Cananéia. Estes agricultores estimam obter em média um salário mínimo mensal.

Muitas mulheres mandiranas são também ostreiculturas/aquicultoras (15 entre 23 mulheres consideradas). Em relação às famílias de agricultores, três mulheres chefes de família trabalham na atividade. Entre os seis casais mais jovens de Mandira (idade inferior a trinta e cinco anos), duas mulheres auxiliam na ostreicultura. Normalmente, as jovens mães devem cuidar dos filhos pequenos e das atividades do lar. De toda evidência, as jovens preferem parecer se interessar pelo receptivo turístico e a venda de artesanato. Como Carneiro (2008) e Almeida (2000) avaliam, as atividades agroturísticas valorizam o trabalho de mulheres. A tabela que segue abaixo apresenta estimativas salariais das famílias.

Neste ponto, torna-se importante discutir dados importantes obtidos pelo pesquisador Mariano C. Gouveia (2010) que formulou uma métrica de sustentabilidade para a comunidade de Mandira. Esse autor calculou índices de sustentabilidade nas dimensões sociais, econômicas e ecológicas. Para seu cálculo de renda da população, foram somados todos os valores declarados relativos aos ganhos com a produção e comercialização de ostras, mariscos, pescados, caranguejos, excedente de cultivos, criação, “bicos”, atendimento ao turista, venda de artesanatos, licores, palestra ao turista, fornecimento de alimentação ao turista, Festa da Ostra, Festa de Santo Antônio, feiras, confecção de costura, pensões alimentícias, trabalho assalariado. A renda per capita calculada em agosto de 2009 graças a uma aplicação de questionários foi de R\$ 289, 70. No entanto, Mariano Gouveia (2010) corrigiu o valor obtido com vistas ao cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, adotando o fator de correção do IPC-BR (Índice de Preços ao Consumidor, da FVG, Fundação Getúlio Vargas) para o período de referência. A renda per capita corrigida foi

então de R\$ 165,33. Para o mesmo mês, o município de Cananéia, segundo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, apresentava uma renda per capita mensal de R\$ 229,18 (GOUVEIA, 2010). Como lembra este pesquisador, a renda per capita constitui um indicador insuficiente para o meio rural, onde as relações de trabalho nem sempre são assalariadas. No caso de Mandira, por exemplo, e como em muitas comunidades rurais, prevalece o vínculo basilar do homem com a terra, nas quais predominam relações de produção/consumo/comercialização autônomas. No passado, as trocas e empréstimos de produtos na comunidade não se davam num mercado monetarizado e a prestação de serviços e outras atividades laborais podiam ocorrer sob a forma de mutirão, por exemplo.

Segundo Médice (1988, apud GOUVEIA, 2010), a sociedade brasileira, que apresenta características crescentes de monetarização e mercantilização das relações sociais, mantém um leque importante de meios de sobrevivência não-monetárias de difícil avaliação. Ainda características de uma sociedade pré-industrial, a produção de valores de uso para o autoconsumo, convivendo ao lado de rendas e benefícios indiretos pagos pelas empresas ou pelo Estado (nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, alimentação, lazer, etc.) tornam de difícil estimar a renda das famílias. A não contabilização destas formas de renda traz grandes distorções no perfil de distribuição. Ainda apoiado em Gouveia (2010), convém insistir que alguns recursos podem ter utilidade diversa e constituem-se também em renda não monetária, tais como, aqueles destinados à obtenção de energia, aos cuidados com a saúde, à construção de moradias, à produção de utensílios e às ferramentas. Em sua convivência com os Mandiranos, o pesquisador detectou que significativas porções dos recursos necessários à sobrevivência são extraídos do meio ambiente ou cultivados na terra. Relevante parcela dos recursos necessários à sobrevivência e geração de renda em Mandira são obtidos sem que haja necessidade de uma comercialização, aspecto distinto das relações urbanas. Ou seja, não há desembolso de valores monetários para que certas necessidades sejam satisfeitas. Como exemplo, a lenha que aquece alguns poucos fogões é retirada da mata e substitui a compra do bujão de gás liquefeito de petróleo. Da mesma forma, o peixe e os frutos do mar que fazem parte da alimentação diária dos Mandiranos são obtidos no manguezal. Também são obtidos para servir de alimentação aos turistas. Ainda neste sentido, chás naturais e fitoterápicos substituem a compra de remédios. Evidentemente, diferente de um morador urbano, os mandiranos consomem muitos produtos sem despender dinheiro, pois são encontrados ou cultivados na natureza. Assim, torna-se

óbvio que não se possa comparar a vida em Mandira com a vida em uma cidade. As relações produtivas dos dois casos são extremamente diferentes. Deste modo, a vida em Mandira é muito menos monetarizada, em oposição à cidade, onde paga-se pelo uso da água, material de construção, alimentação, entre outras tantos custos para se viver. O objetivo dessa reflexão é mostrar que os mandiranos têm acesso gratuito a muitos bens e produtos, inclusive a ostra que é comercializada. Portanto, a adoção exclusiva de valores monetários mostra-se insuficiente para caracterizar a qualidade de vida da comunidade do Mandira. De todo modo, para calcular o Produto Interno Bruto (PIB) da comunidade, Gouveia deveria em princípio aferir a renda per capita, a renda anual da comunidade e os montantes gastos com a compra de mercadorias, impostos pagos, subsídios, doações. Entretanto, este autor encontrou dificuldades, pois os mandiranos têm como hábito somente considerar seus rendimentos líquidos na contabilidade doméstica e estabelecem pouco ou nenhum controle sobre os gastos efetuados, provavelmente em razão desta menor importância das aquisições via moeda. Da mesma maneira, os proprietários dos comércios na comunidade controlam o fluxo de caixa.

A propósito, no ano de 2012, a tentativa de conseguir informações mais precisas sobre entradas provenientes do turismo a partir de registros de duas mandiranas se mostrou infrutífero. De fato, durante seis meses, apesar de solicitações e oferta de material para registro, duas mulheres membro da associação de moradores e grupo de artesãs não anotaram a quantidade de entrada de turistas na comunidade e nem tampouco as receitas financeiras da atividade. Esses dados foram pedidos diversas vezes e a pesquisadora explicou a alguns moradores a importância do registro de dados econômicos relativos à atividade turística. Como já mencionado, a ausência de controle financeiro por parte dos mandiranos dificultou as análises de renda per capita de Mariano Gouveia e também da autora desta tese. Os dados obtidos através de entrevistas são insuficientes para assumir a análise precisa das receitas provenientes da atividade turística. Efetivamente, não foi possível calcular o quanto cada família obtém da atividade turística mensalmente, principalmente pelo turismo ser sazonal. A pesquisadora entregou uma pasta para que esses dados fossem registrados. Infelizmente os dados não foram registrados, dificultando assim, uma análise minuciosa dos benefícios econômicos gerados pela atividade turística em Mandira. É importante também mencionar que alguns dados sobre a renda familiar de três famílias declarados em entrevistas são incompatíveis com as observações de campo. A tabela 3 ilustra a renda mensal da população.

Tabela 3 - Renda Mensal das Famílias

Entrevista	Renda Mensal do Casal em Reais
5	0-400,00
6	<400>600,00
30	Aposentadoria
4	<600>800,00 – 4 pessoas produtivas
20	0-400,00
12	0-400, 00 – beneficiária da Bolsa Verde da RESEX
15	Aposentadoria
2	<600>800
10	0-400
11	800,00 > 1500
14	<600>800
31	<600>800
13	0-400
17	<600>800
32	Aposentadoria
18	0- 400
8	<600>800
19	<600>800
28	<600>800 – Caseiro de sítio Assalariado
25	800>1500
33	Aposentadoria
34	0-400, beneficiária de Bolsa Verde da RESEX

De todo modo, o turismo na comunidade tece uma rede de pequenos empreendimentos, que dinamizam a economia local e favorecem um olhar para as múltiplas funções das atividades agrícolas e aquícolas do lugar. As famílias ligadas ao receptivo turístico em Mandira recebem, acompanham, guiam e fornecem alimentação ao turista e também vendem de artesanato.

Há uma loja em Cananéia que vende artesanato de Mandira. Muitas vezes uma pessoa vê o objeto na feira e faz uma encomenda posterior. Isso também ocorre com turistas que visitam Mandira e depois entram em contato com a comunidade (como no caso de cortinas

encomendadas ou esteiras de palha). Na visita de campo em maio de 2012, havia uma produção grande de sacolas de pano para a Rio + 20. Elas estavam sendo confeccionadas por três mulheres que cortavam o pano e estampavam a sacola com algumas logomarcas. Essa atividade artesanal tem motivado muitas mulheres mandiranas e sua realização está vinculada a atividade turística. Uma das perguntas de pesquisa averigua o que modificou na comunidade após o surgimento do turismo. As mulheres artesãs se sentem mais valorizadas, úteis e ganham um dinheiro extra com o artesanato vendido aos turistas. Uma quarta entrevistada mencionou que “fazer o artesanato a ajuda a preencher o tempo” (Entrevista nº18). A maioria das mulheres adultas mandiranas fazem algum tipo de artesanato.

Vinte e três pessoas responderam a essa questão e, entre elas, três mulheres citaram como mudança principal a valorização do artesanato, em razão de sua importância na vida das mulheres. Segundo os dados levantados, essas artesãs realmente se orgulham do que fazem e demonstram muito entusiasmo quando abordam o assunto. Presenciou-se pesquisadores comprando artesanato e também professores que acompanham os grupos de alunos. As artesãs, em geral, comentam que as crianças gostam de comprar lembranças como chaveiros e brincos.

O casal proprietário do único restaurante e também pousada de Mandira possui uma renda acima do salário mínimo. Alguns guias possuem renda acima de R\$800,00. Como já mencionado, o referido restaurante fornece petiscos, pratos de ostra (in natura e em conserva), cataia, refrigerante. Algumas famílias vendem a cachaça com folhas de cataia, espécie endêmica da Mata Atlântica, comercializada aos turistas como “uísque caiçara”, em razão da coloração e do sabor de tal preparação. Ademais convém insistir também que cipós, fibras como imbé, timbopeva e sementes são retirados da natureza para a fabricação de souvenirs como: cestas, brincos, bolsas.

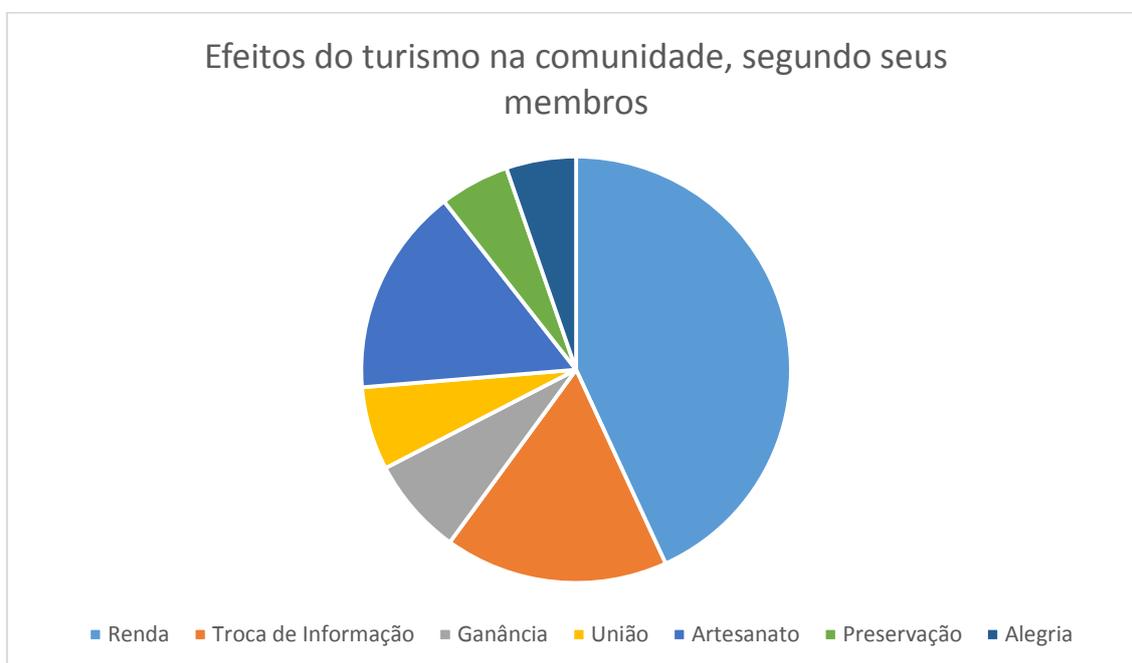
Segundo dados de entrevistas, as demais famílias da comunidade, sem envolvimento com atividade turística, possuem renda por volta de R\$ 400,00 reais mensais. As famílias agricultoras atingem no máximo um salário mínimo. A análise relativa à renda dos mandiranos leva a considerar que as famílias envolvidas com a atividade turística obtêm uma remuneração um pouco mais elevada. Essa famílias recolhem um pouco mais que um salário mínimo mensal, considerando a questão da sazonalidade do turismo. Quanto menos se envolvem com o receptivo turístico e a venda de artesanato, os valores tendem a diminuir e

quanto mais uma família faz parte da organização da atividade turística, o seu rendimento mensal aumenta. Abaixo seguem relatos de alguns entrevistas em relação ao tema:

“O turismo volta pra comunidade. Pra cada grupo se tira dinheiro. São dez mulheres envolvidas na equipe da cozinha e oito pessoas no grupo de apoio” (Entrevista nº 11); “O turismo traz renda”(Entrevista nº 20); “O turismo não prejudicou a comunidade” ou “o que traz de bom é dinheiro extra” (Entrevista nº 15); “Se não tivesse turismo, não rendia o trabalho na feira” (Entrevista nº 26); “Antes não faziam artesanato. Por mais que seja pouco, há um rendinha” (Entrevista nº); “Apesar de ser um meio de convivência, meio de renda ajuda” (Entrevista nº 14); “Quando o turista vem ele compra, é um dinheiro a mais. É bom trabalhar no turismo, conhecer pessoas novas. Tem troca de experiências” (Entrevista nº 13); “O turismo favoreceu na organização do artesanato. Melhorou a vida das pessoas” (Entrevista nº 24).

Os dados que seguem abaixo revelam portanto que a atividade turística compõe um complemento de renda para parte dos mandiranos, permitindo que as famílias envolvidas obtenham mais de um salário mínimo mensal, o que não é dificilmente obtido com as outras atividades da comunidade. Assim, a renda do turismo é considerada importante para seus moradores.

Gráfico 3 - Efeitos do Turismo na Comunidade



O turismo pode ser visto em Mandira como meio para o reforço das funções da agricultura e aquicultura. Esta interpretação se funda na visão sobre o principal benefício que o turismo propicia a Mandira segundo nossos entrevistados. Entre 27 interlocutores adultos, dezessete mencionam a renda como maior benefício da atividade turística. Seis pessoas responderam que o turismo traz conhecimento e troca de informação, ou seja, a atividade não está voltada apenas ao consumo, mas à troca de experiências que fortalecem os laços de amizade e a valorização cultural na comunidade. Quatro entrevistados comentaram que o turismo estimula a produção do artesanato. Apenas um interlocutor citou que a atividade turística colabora com a preservação ambiental.

Estas entrevistas revelam, em primeiro lugar, a percepção de um aumento de renda em Mandira graças à atividade turística na comunidade. A troca de informação entre turistas e Mandiranos também é mencionada muitas vezes, o que permite pensar na importância atribuída à interação com o mundo exterior. Esta forma de ver leva a manifestações que associam o turismo com a alegria na comunidade. Mandiranos observam

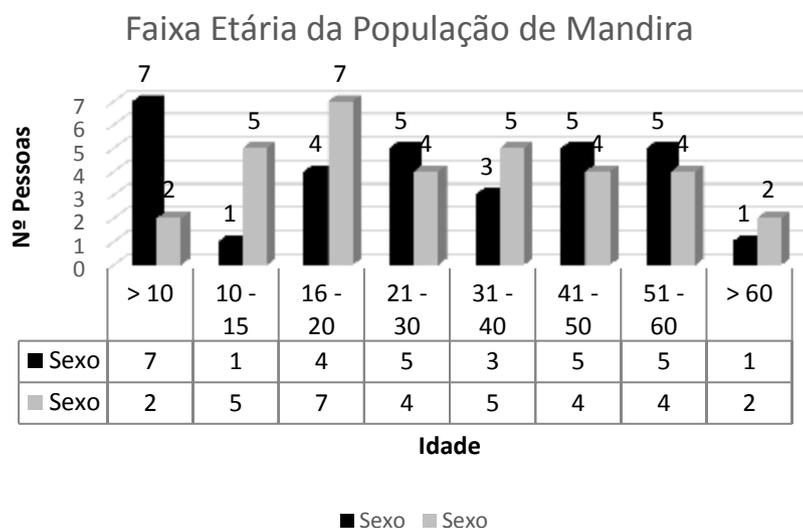
igualmente que a atividade turística é um importante meio para divulgar e estimular o artesanato local e para promover a união local.

Porém, paralelamente a esta última visão relativa à promoção de maiores laços de solidariedade na comunidade com o turismo, três entrevistados consideram o turismo como fator favorável ao crescimento da ganância e a competição, estimulando conflitos e desunião.

Convém insistir que o turismo de Mandira se funda no propósito de propor a descoberta das atividades produtivas da comunidade, particularmente a ostreicultura, cuja concepção busca preservar os manguezais da reserva extrativista e também na valorização da sua história e cultura quilombola. Em relação à permanência no campo como função da atividade agrícola ou aquícola, em seu livro sobre a Reserva Extrativista do Mandira, Moreira (2000) indicava a existência, em 2000, de 26 famílias, totalizando 108 pessoas sendo 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino (ISA, 2008). Efetivamente, Gouveia (2010) identificou também 26 famílias, mas 95 moradores em Mandira em pesquisa realizada no ano de 2009. Já no ano de 2011, a autora constatou a existência de 23 famílias no total. De fato, três famílias abandonaram suas casas e se retiraram de Mandira.

Entre as 23 famílias residindo em Mandira em 2012, seis famílias possuem pelo menos um filho maior de 18 anos que saíra da comunidade, sendo que em metade dos casos, todos os filhos adultos não estavam mais na comunidade. Estes jovens prioritariamente abandonam Mandira em busca de trabalho, outros se casam e instalam-se nas redondezas, como o caso de duas jovens residindo em outros bairros de Cananéia. No total, 13 famílias possuem filhos menores de 18 anos. Quando da realização de nossa pesquisa de campo, residem em Mandira muitas crianças e 11 jovens que não atingiram a maioridade e ainda estudam. Os adultos entre os 21-30 normalmente saem da comunidade. Este êxodo rural mostra certa fragilidade tanto da ostreicultura e outras atividades produtivas locais quanto do turismo para permitir a permanência dos jovens na comunidade. O gráfico abaixo demonstra a faixa etária da população.

Gráfico 4 - Faixa Etária da População de Mandira



Fonte: Rafael Navas, 2014

parte dos pais da comunidade, a grande preocupação é portanto a falta de oportunidades de emprego em Mandira. Por exemplo, uma família Mandirana declarou que gostaria que os filhos ficassem, mas todos foram embora ao atingir idade adulta. Das 23 famílias cujos membros foram entrevistados, apenas quatro declararam não querer que os filhos permaneçam em Mandira. Três dessas quatro famílias possuem filhos que já migraram. Na grande maioria dos casos, os pais declararam que gostariam que seus filhos morassem em Mandira.

As crianças e jovens mandiranos moram na casa dos pais e por esse motivo não migram para grandes cidades. Muitas mães não demonstram o desejo de ver seus filhos cultivando ostra. Atualmente, as crianças frequentam a escola e mostram interesse em viver na cidade, onde poderiam continuar estudando. Uma família que não é ostreicultora estimula os filhos a permanecerem em Mandira. Os pais, tio e avós são mandiranos. Trata-se dos agricultores familiares que comercializam produtos orgânicos na feira de Cananéia e na Rede Cananéia.

Dois adultos que residem em Mandira são pais de família que já saíram da comunidade para morar em cidades como São Paulo e Pariqueira. Todos os dois relataram que gostaram da experiência fora, obtiveram sucesso econômico neste período, mas que preferem morar nos dias de hoje na comunidade. Atualmente, um deles além de atividades na

ostreicultura, trabalha como caseiro de um sítio nos arredores. O segundo é barqueiro da Reserva Extrativista de Mandira contratado pelo ICMBio, ostreicultor e também condutor de visitantes em Mandira. Essas duas famílias apresentam soluções que permitem evitar o êxodo rural, manifestando desejo de permanecer em Mandira em razão de sua boa qualidade de vida.

Vale apenas ressaltar que somente duas famílias têm estimulado os filhos a plantar. Uma delas tem um forte laço com a terra e com a comunidade. Foram peças importantes para a criação da COOPEROSTRA e a criação da Reserva Extrativista. Atualmente, tal família se dedica ao Circuito Quilombola. A segunda família tem como referência os ascendentes que foram agricultores. Eles estimularam as duas filhas que residem em Mandira a valorizar a terra e as tradições.

Cristina Adams e seus colaboradores (2012) fornecem elementos para uma visão pertinente sobre comunidades quilombolas do Vale do Ribeira que contribuem para o entendimento da realidade em Mandira. A pesquisa realizada em 2003 detectou 28.4 % de crianças (<10 anos), 22.2 % jovens (11–20 anos), 39.2 % adultos (21–60 anos) e 10.2 % idosos (> 60 anos). A pirâmide populacional mostra uma pequena redução no número de jovens entre (21–40 anos), especialmente do sexo masculino, sugerindo migrações. 43 % por cento dos chefes de família são analfabetos ou analfabetos funcionais. Em 2010, a pesquisa confirmou que 37.0 % dos chefes de família migraram permanentemente quando completaram 25 anos por causas como casamento ou trabalho, principalmente para as cidades de Curitiba e Eldorado. Portanto, a mão de obra na agricultura foi reduzida (Adams, 2012). Nesta análise, pode-se compreender que a migração de quilombolas do Vale do Ribeira é generalizada, inclusive evidentemente em Mandira. Os jovens têm abandonado o campo e procuram trabalho em cidades. Outros se casam com pessoas citadinas e permanecem na cidade.

No caso específico de Mandira, os jovens entre 18-23 anos não estão envolvidos com a atividade turística e tampouco com a tradicional agricultura ou a ostreicultura. Do ponto de vista sociocultural, isto é algo perfeitamente plausível, visto que a cultura pode ser conceituada como uma série de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, algo que é construído e modificado de acordo com os valores e crenças de um determinado período histórico. A cultura é dinâmica, modificando-se conforme as representações sociais

que orientam as vontades dos seres humanos, cuja margem de liberdade individual deve ser considerada (GEERTZ, 1983). Considerando esse aspecto, a população mais jovem que ainda reside na comunidade não possui as mesmas demandas que as pessoas um pouco mais velhas (35 anos em diante) e assim, observa-se transformações culturais na população. As entrevistas a seguir são reveladoras:

A juventude não tá nem aí pelo que a gente faz hoje. Não tá nem um pouco interessado. A maioria pensa em sair fora daqui. Que a juventude dessa época de hoje quando chegar esse tempo (futuro), que eles estejam com a cabeça para continuar nossa cultura. Que nós estamos perdendo muito. Já perdemos praticamente mais da metade” (Entrevista nº 5);

O pessoal mais novo não tem o hábito de trabalhar como os mais velhos. De outra vez teve uma reunião, teve um mutirão, mas a turma não quis plantar. O pessoal vivia só de roça, agora é bem pouco” (Entrevista nº 6); “Acho que eles vão embora por falta de serviço. Algo que desse fundamento. Eles vêm o povo brincando, se vestindo e eles não. Tem que sair e melhorar a vida (Entrevista nº 30).

As entrevistas revelam que a maioria dos jovens almeja outros trabalhos e não querem ser agricultores ou aqüicultores. Mandiranos que completam o ensino secundário saem da comunidade para morar em São Paulo, Curitiba, Cananéia, entre outros. Em nossas entrevistas, uma jovem demonstra contudo sua vontade de permanecer em Mandira: “No começo eu queria sair, mas arrumei trabalho no posto. O jovem pode ficar em Mandira, mas precisa sentar e ver se vale a pena. Hoje não tem dinheiro para dividir o turismo. Já tem muita gente trabalhando (Entrevista nº 9).

Contudo, a pesquisa de campo permite constatar que a atividade turística em Mandira, da forma como é desenvolvida neste território, possui pouca capacidade de manter os jovens no campo. Os jovens demonstram pouco interesse em se engajar no turismo comunitário. A atração exercida pelas possibilidades de trabalho nas cidades é muito forte e a concepção do turismo em Mandira pouco favorece o envolvimento e participação dos jovens. A maior parte dos jovens considera que seu futuro não está em Mandira. Aqueles que admitem permanecer (entrevistas nº 3,9,21), condicionam tal escolha a existência de trabalho na comunidade. Aparentemente, o turismo não é visto como um meio para oferecer estas oportunidades de trabalho. Portanto, o turismo pouco é capaz de contribuir com o reforço de um dos pilares centrais da multifuncionalidade da agricultura e da aqüicultura, ou seja a reprodução social das famílias rurais, ao menos no que se refere à permanência dos

jovens no campo, o que é certamente fundamental para a perpetuação das atividades produtivas da comunidade.

6.4 Turismo, Preservação dos Recursos Naturais e Multifuncionalidade

Neste item, nossa análise focaliza o impacto do turismo praticado em Mandira sobre os recursos naturais do local. Convém inicialmente mencionar que dados do Ministério do Meio Ambiente (2006) revelam nos últimos dez anos um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais. Em escala mundial, este crescimento é estimado entre 10% e 30%. O Brasil apresenta em princípio um conjunto de áreas naturais protegidas apropriadas para o turismo ambientalmente comprometido (ICMBIO, 2012, MATTOS e IRVING, 2003). Acredita-se que esta modalidade de turismo possa contribuir ambientalmente, inclusive com o reforço de uma consciência em favor do meio ambiente. Em grande medida, o agroturismo, assim como o ecoturismo, tende a desempenhar um papel ambientalmente favorável. Por exemplo, é o que ocorre com a diminuição do uso de agrotóxicos em propriedades rurais tal como no âmbito da Acolhida na Colônia, onde se desenvolve um agroturismo familiar como apresentado anteriormente.

No caso da zona litorânea paulista do Vale do Ribeira, região onde está localizada a cidade de Cananéia e o bairro do Mandira, há alguns aspectos favoráveis a um turismo ambientalmente comprometido, fundado em atividade turística controlada. A zona abriga a maior extensão contínua, ainda bem conservada, da Mata Atlântica no Brasil. Hoje, esta última está reduzida a cerca de 7% do que era no início da colonização. Desta área, 78% ainda estão cobertas por remanescentes originais, com alto grau de preservação e endemismo. São 1.200.000 hectares de florestas; 190.000 hectares de restingas; 30.000 hectares de manguezais e 200 km de costa recortada por um complexo de praias, estuários e ilhas. Em 1998, o Vale do Ribeira recebeu o título da UNESCO de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, como já mencionado anteriormente. Além deste reconhecimento, a região também integra as Áreas Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (DIEGUES, 2007:30). Grande parte desse território compõe um sistema de proteção legal. Trata-se de um cinturão de proteção da biodiversidade e do patrimônio cultural, histórico, espeleológico, arqueológico e arquitetônico do país. Diferentes Unidades de Conservação marinhas e terrestres, como Parques, Estações Ecológicas, Áreas de

Proteção Ambiental, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas (como Mandira), formam esse Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade. Este reconhecimento internacional da importância da preservação da Mata Atlântica Brasileira constitui uma motivação adicional para iniciativas preservacionistas na região do Vale do Ribeira.

Entretanto, cabe aqui declarar as inúmeras tentativas de contato referentes à preservação ambiental com o gestor da RESEX foram em vão. Por outro lado, as observações de campo e a participação em algumas reuniões do Conselho da RESEX levam a pensar que o ordenamento de outras atividades, além da ostreicultura, em particular o turismo, não desperta interesse neste âmbito.

Neste quadro, porém, convém destacar que após discussões e lutas pela proteção da biodiversidade, os Mandiranos foram peça-chave para a criação da Reserva Extrativista do Mandira (MOREIRA, 2000). A criação da Resex foi proposta em 1989. Ou seja, foram necessários 13 anos para sua concretização (MMA, 2010). Ao longo desses tempo, a comunidade foi fundamental para o processo de regularização. Os estudos do RTC (São Paulo, 2002) confirmam tal importância. A regularização desta Reserva Extrativista na comunidade foi concebida notadamente para a preservação ambiental desse delicado território. De fato, os mandiranos estiveram relativamente isolados por muitos anos. Pouco a pouco, seus conhecimentos do local foram considerados como base para otimizar o uso dos recursos naturais do território e sobreviver em harmonia com a natureza. Sua população é responsável por assegurar que outras pessoas não entrem na reserva e retirem recursos naturais ou causem algum impacto ecológico. Os mandiranos são os únicos autorizados a pescar, extrair mariscos e cultivar ostras. Desta maneira, os quilombolas desempenham uma função social de preservação ambiental e da paisagem.

Nesta perspectiva ambiental, a reprodução socioeconômica do grupo quilombola depende do cultivo da ostra, cuja comercialização é favorecida pela COOPEROSTRA. Ao mesmo tempo, a atividade implica em preservação do molusco. Sales e Moreira (1996) identificaram que a extração de ostras garante ao mesmo tempo o sustento das famílias e o equilíbrio ambiental. Convém insistir que, durante a fase de engorda em tableiro, o animal continua se reproduzindo, o que não acontece quando a ostra é extraída do manguezal muito jovem e diretamente comercializada. Este quadro favorece a concepção de um sistema sustentável de extração de ostras. O cultivo da ostra deve ser monitorado para

não ocorrer uma sobre-exploração do molusco e um desequilíbrio ecológico. Efetivamente, portanto, a preservação ambiental constitui uma condição básica para a reprodução social do grupo e a manutenção da vida comunitária.

A preservação ambiental promovida com esta experiência permite salvaguardar um dos maiores bancos naturais de ostra do mangue, que se encontra no estuário de Cananéia. A implantação da Área de Proteção Ambiental Federal de Cananéia, Iguape e Peruíbe – APA CIP/IBAMA tem este sentido também, pois o Estuário de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida é conhecido nacionalmente e internacionalmente como o terceiro ecossistema mais produtivo do Atlântico Sul e foi declarado Reserva da Biosfera em 1993.

De fato, desde 1960, a região de Cananéia conhece medidas ambientais. Na década de 1970, a produção de ostras na região foi estimada em 360.000 dúzias, observando-se um aumento de mais de 100% na exploração desse recurso em aproximadamente 30 anos. Segundo Mendonça e Machado (2010), essa quantidade dobrou nos anos 90 devido à demanda pelo produto no mercado. Porém, a baixa remuneração dos extratores e a crise de empregos tornava a atividade incerta.

De acordo com Pereira et al (2000 e 2001, *ibidem*, 2010) em estudos de avaliação do estoque, existiam 16 milhões de dúzias de ostras no estuário de Cananéia no final dos anos 1990. Desse montante, 1,5 milhões de dúzias estavam no tamanho comercial de 5 cm. A cota máxima sustentável para o extrativismo segundo esses estudiosos é de 45% do banco de ostras desta dimensão, o que levou à estimativa segundo a qual a extração sustentável máxima deveria de ser 78 mil dúzias de ostras por ano (MENDONÇA & MACHADO, 2010). Em 1998, a produção de ostras foi de 76.000 dúzias, em 2000 foram 333 mil dúzias, mas em 2001 houve uma redução significativa para 133 mil dúzias. Mendonça e Machado (2010) explicam que esse fato ocorre pela comercialização da ostra com tamanho inferior ao recomendado. Por esta razão, em 2002 o governo aplicou algumas ações de controle do extrativismo da ostra. Após dois anos a reprodução de ostras voltou a se recuperar e sua extração em 2006 atingiu 100 mil dúzias no ano. Assim, nota-se como um bom manejo e monitoramento é importante para a atividade extrativista. O Plano de Manejo do Mandira (2010), por exemplo, aponta que ao longo de quarenta anos as medidas conservacionistas propiciaram a redução das taxas de desmatamento da cobertura vegetal da região como um todo. Porém, seus ecossistemas apresentam atualmente menor biodiversidade, principalmente em ambientes aquáticos, notadamente no que se refere às

espécies de camarões, ostras e caranguejos. O pouco controle da pesca constitui um problema maior da região. Efetivamente, caso não se estabeleçam limites, a extração de ostras seria regulada pela demanda de mercado, que cresce ano após ano. Portanto, intervenções com vistas a fiscalização, conscientização e monitoramento são essenciais para garantir que biodiversidade desse território de intensos interesses econômicos não seja explorada indiscriminadamente tanto por seus moradores locais quanto por empresas que atuam nesse mercado.

Convém aqui lembrar as relações entre o território, seus moradores locais e a preservação ambiental. A literatura consultada permite chamar a atenção para a presença de moradores em diversas UCs ou seus entornos em todo território brasileiro, como é o caso da Resex Mandira. Na maioria das vezes, são populações tradicionais que dependem do uso dos recursos naturais locais. Portanto, o uso adequado destes últimos é chave para conceber a permanência destas comunidades em unidades de conservação.

O Plano de Manejo da Resex Mandira, por exemplo, identifica as possíveis atividades econômicas a serem exercidas pela população tradicional e também propõe programas de sustentabilidade socioambiental com metas definidas a partir de métodos e processos participativos (MMA,2010). Diegues (2007) aponta que o êxito da Resex, entre outros benefícios como o aumento de renda, é o surgimento de lideranças atuantes, o aumento da autoestima e da identidade do grupo.

Mundialmente, alguns povos souberam conviver com o ambiente de forma harmônica, como é o caso das populações tradicionais dos Andes, dos sistemas de terraços irrigados da Ásia, de muitas culturas indígenas das regiões tropicais da América e África (PRETTY e WARD, 2001). Aqui no Brasil diversas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e caiçaras colaboram com o equilíbrio ecossistêmico (DIEGUES, 1998). Observa-se que boa parte de remanescentes de florestas é encontrada em regiões do país onde houve pouca urbanização e acesso difícil. A distância da tecnologia moderna e convivência mais harmoniosa entre populações tradicionais e natureza permitiram tal fenômeno.

Há uma constante exploração pela população tradicional da natureza para obter sua alimentação (extrativismo vegetal, pesca ou agricultura). Cada espaço, visto suas condições, leva a determinados hábitos, frutos das escolhas sociais relacionadas a crenças e valores, que conduzem a determinado modo de vida. Efetivamente, essas populações

possuem um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, notadamente das épocas de reprodução das espécies. Desenvolvem assim um calendário com vistas aos diversos usos dos ecossistemas. Os sistemas tradicionais de manejo revelam um complexo conjunto de conhecimentos adquiridos tradicionalmente, associados a mitos e símbolos que contribuem via de regra à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Porém, nem sempre há o reconhecimento desse papel por parte dos governantes e da sociedade brasileira.

Antônio Carlos Diegues (1998) lembra que o modelo americano de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem foi aquele que se difundiu consideravelmente no Brasil. Apesar disso, cada vez mais são duras as críticas de especialistas que defendem a consideração do elemento humano nos parques do país. O filósofo Baird Callicot por exemplo, (1991 *apud* DIEGUES, 1998) alerta para a importância da conservação da natureza por parte das populações humanas tradicionais. Acrescenta-se, sobre o modelo dominante de gestão de unidades de conservação brasileiras, que algumas populações tradicionais foram despejadas ou encontram-se em situação de extrema marginalização, conhecendo muitos conflitos em torno de suas terras.

Estes aspectos são fundamentais para a análise do turismo nestas zonas protegidas.

Um dos pontos reconhecidos de maior fragilidade nas iniciativas em andamento se refere ao compromisso de engajamento (dos atores locais) e o compromisso de conservação ambiental no processo de planejamento do Ecoturismo em áreas de elevado valor ecológico ou Unidades de Conservação (IRVING e MATTOS, 2005 :1).

Importante literatura insiste que grande parte das populações tradicionais brasileiras contribuem para a reprodução das dinâmicas do ecossistema. Nessa perspectiva, a biodiversidade se entrelaça, intimamente, com sociodiversidade. Segundo Diegues (2001), a contribuição histórica das populações pesqueiras para a preservação da biodiversidade dos ecossistemas litorâneos e para a construção de uma cultura própria permite a busca de alternativas para a gestão dos recursos pesqueiros e de seus territórios tradicionais, cada vez mais ameaçados ou desarticulados pelos processos sociais dominantes.

É esta perspectiva que conduz à experiência em Mandira. A criação da Resex vem beneficiando seus moradores e visa conciliar suas atividades com a preservação da natureza. Deste modo, visualiza-se a possibilidade de dinamização da comunidade com base em atividades tradicionais, reinventadas. Assim, o turismo pode ter um papel forte,

representando um meio para buscar sintonia entre preservação ambiental e reprodução social da comunidade local. Nossa pesquisa mostra que, através da atividade turística, os mandiranos proporcionam conhecimentos da natureza aos visitantes. Se a indústria destrói para produzir, o turismo pode preservar para existir. Trata-se assim de uma mudança na forma de pensar, um novo conceito (RUSCHMANN, 1997), compatível com as ideias de uma civilização do ser (e não do ter), notadamente com uma valorização de bens imateriais, tal como sugere Sachs (2002).

As observações de campo permitiram constatar que os turistas passeiam de barco no manguezal, conhecem o rio, o viveiro de ostras, o sambaqui. Aprendem sobre os ciclos de reprodução, a utilização de recursos naturais, as marés, a biodiversidade. Esta experiência condiz com o caminho da ecologia dos saberes sugerido por Boaventura Santos (2004) como forma de mudança ao substituir a crença única na ciência por outros conhecimentos não científicos através das práticas cotidianas das populações. No caso da comunidade, o aprendizado ao longo da visita envolve um aprendizado empírico sobre a natureza adquirido ao longo dos anos através da relação entre os moradores e a natureza. O turismo que vem ocorrendo na comunidade está relacionado com a educação ambiental, pois a atividade permite uma troca fértil de ideias e experiências relativas à utilização dos recursos naturais e um modo de viver com um pouco mais de harmonia com a natureza. A observação de campo permite destacar que viagem à Mandira é em si um elemento motivador para dar encanto à educação e por isso, grupos de estudantes visitam a comunidade.

Assim, Mandira é um laboratório de medidas ambientais nas quais o turismo favorece uma perspectiva ecológica. Nesta ótica, a atividade turística contribui com a multifuncionalidade da ostreicultura no âmbito da preservação ambiental. Portuguese e Peixoto (2010:138) acrescentam que:

Muito mais que o chamado “turismo de massa”, as distintas modalidades de turismo no meio rural e demais atividades que valorizam as amenidades rurais dependem da conservação do patrimônio natural para sua existência. Desde que cuidadosamente planejadas e controladas, essas atividades podem minimizar muitos dos efeitos negativos habitualmente gerados pelas formas mais convencionais de turismo e, simultaneamente, contribui para a conservação do patrimônio natural.

Por outro lado, a opinião dos moradores em relação ao turismo e a preservação ambiental, obtidas graças as entrevistas, pouco considera os riscos em torno da atividade turística. Por exemplo, somente duas pessoas responderam que se não houver planejamento e controle, o turismo aumentará o lixo e esgoto. O reduzido número de visitantes até o presente momento com um baixo índice de impacto ambiental levam a população a pouco perceber as ameaças da atividade turística. Predomina nas famílias mandiranas a ideia segundo a qual o turismo é uma forma de aprendizagem onde os turistas descobrem o meio ambiente e a história da comunidade. Deste modo, o turismo é visto como uma ferramenta educacional sobre a natureza e a modo de vida da comunidade, o que não deixa de ser uma perspectiva das mais pertinentes para a civilização do ser com vistas ao ecodesenvolvimento.

7 CONCLUSÕES

A tese analisou distintas modalidades de turismo. Através do exame de exemplos empíricos de turismo citados no referencial teórico, conclui-se que o agroturismo é o segmento bastante apropriado para as características da agricultura familiar. A agricultura familiar procura, em muitas situações, meios para resistir ao grande capital e às formas de dependência dos sistemas produtivos convencionais. Nesta ótica, o espaço agrário oferece novas oportunidades para a produção de serviços e bens para-agrícola, como a preservação do meio ambiente, a expressão cultural, através de produtos agrícolas, tudo podendo ser valorizado pelo turismo. Ocorre ao mesmo tempo um fenômeno no mundo atual que se refere à procura crescente de formas de lazer, um movimento pela busca do ar puro e simplicidade da vida e a natureza. Estes dados inclusive foram identificados no Brasil através de pesquisas do projeto Rurbano citado anteriormente. Neste quadro, o papel do turismo pode desempenhar um trunfo considerável para a agricultura familiar e para comunidades tradicionais. Oportunidades se desenvolvem a partir de bens não tangíveis como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (considerando agriculturas multifuncionais) que emergem como possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. Por esse motivo, é relevante definir a modalidade do turismo que situa a agricultura familiar em seu cerne, permitindo considerar seu papel para uma atividade agrícola socialmente e ecologicamente mais equilibrada, que mantenha as pessoas no campo com mais qualidade de vida e harmonia com a natureza.

Nesta perspectiva, o agroturismo foi identificado como o segmento mais apropriado para a categoria e se tornou a referência do trabalho. O agroturismo de base comunitária ou coletivo corresponde melhor às especificidades da agricultura/aquicultura familiar. Trata-se de um segmento (agroturismo) e eixo do turismo (base comunitária/coletivo) com vocação para despertar a atenção para a conservação ambiental, alimentação mais saudável, integração social, tudo estimulando também a educação socioambiental. O agroturismo de base comunitária ou coletivo representa uma possibilidade de renda e reprodução social para os agricultores familiares com herança cultural em costumes, memórias e tradições de uma localidade. Além de sua característica econômica, envolve encontros, experiências e trocas, que são ricas para visitantes e anfitriões.

A comunidade de Mandira, população tradicional de agricultores familiares, conhece muitas dificuldades, tomando-se em conta também outros projetos de

turismo de base comunitária e agroturismo existentes no Brasil. Uma dessas dificuldades é o acesso à comunidade, o que impede um fluxo maior de visitantes. Trata-se de um trecho considerável em estrada de terra com muitas irregularidades. Sem dúvida, esse tipo de acesso levou a menos contato da comunidade com o consumismo urbano e o turismo de massa. Por outro lado, uma estrada asfaltada acarretaria grandes mudanças à comunidade do Mandira, muitas delas inclusive daninhas ao modo de viver local e à conservação ambiental. Esse relativo isolamento decorrente de um difícil acesso, pode favorecer uma perspectiva de desenvolvimento turístico comunitário, porém, representa também uma limitante do fluxo turístico.

Considerando também que a perpetuação da atividade turística em qualquer território necessita de ações públicas em diversas linhas – como por exemplo, em termos de capacitação participativa dos atores locais, de melhoria da infraestrutura e dos meios de transportes, de sinalização turística, de divulgação, entre outros – estes investimentos ocorrem em medida muito insuficiente no bairro do Mandira e em outras localidades do município de Cananéia onde encontram-se agricultores familiares inclinados a aderir ao agroturismo. O abandono do Circuito de Turismo na Agricultura Familiar de Cananéia é emblemático aqui da descontinuidade e insuficiências da ação pública. Como citado anteriormente, o Vale do Ribeira durante muitos anos não obteve o devido apoio governamental para o desenvolvimento do turismo. Neste quadro, os projetos implementados mais recentemente pouco alcançaram os objetivos previstos. No nível local, inclusive, as entrevistas com um guia turístico e o secretário de turismo de Cananéia permitem constatar que existe muito pouco apoio da prefeitura municipal para o desenvolvimento do turismo em Mandira.

De toda maneira, a abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar que foi utilizada como diretriz e ferramenta para a investigação do turismo na comunidade Mandira foi útil e instigante. A perspectiva permitiu mobilizar estudos sobretudo da antropologia e da ecologia para analisar cultura, identidade e natureza.

De todo modo, a ostricultura e a agricultura em Mandira suprem os pilares da multifuncionalidade em determinados aspectos e em graus distintos.

A atividade agroturística integra multifuncionalidade. A abordagem revela em se tratando de interatividade e integração social, que a criação e a infraestrutura da COOPEROSTRA agregam uma base de esforços coletivos associados a redes de cooperação.

Ou seja, trata-se em princípio de uma fonte de fomento do espírito de cooperação. Segundo os moradores, esta cooperativa trouxe muito orgulho para seus membros e geração de renda. Entretanto, não se pode ignorar que a cooperativa pouco a pouco perde rede de contatos e parcerias. Desta maneira, a situação denota que a continuidade dos trabalhos cooperativos pode ser incerta.

Ainda no contexto de organização social, os dados levantados na pesquisa indicam que a atividade turística especificamente na comunidade de Mandira não envolveu uma gama importante de atores sociais, notadamente os próprios moradores locais. Averiguou-se que as famílias não estão se unindo para a promoção e desenvolvimento das ações em torno da atividade turística. Assim, a gestão do turismo local é pouco planejada e participativa. Estes aspectos notadamente não condizem aos preceitos do turismo comunitário que pressupõem uma comunidade participativa e uma transparência administrativa, com clara distribuição de deveres e benefícios sob uma ótica sócio ambiental equilibrada.

Com os depoimentos obtidos, notadamente mencionados na página 115 desta tese, constata-se que os rumos da atividade turística em Mandira se distanciam de aspectos favoráveis para a manutenção do tecido social e cultural, plenamente. O turismo de base comunitária é deficiente, pois os membros da comunidade estão desunidos. As entrevistas permitiram identificar disputas e conflitos entre pessoas, referentes à atividade turística. Nestas circunstâncias, algumas famílias partiram para a iniciativa individual no que tange à divulgação e receptivo turístico. Essa situação de fragmentação tem gerado muitas decepções entre os Mandiranos. Os dados apontam que cada um tende a trabalhar para seu próprio interesse e o espírito comunitário se enfraquece. Cabe destacar que a comunidade foi reconhecida pelo governo como remanescente de quilombo justamente por seus laços de solidariedade e união. Entretanto, observa-se que esta desunião na atividade turística contribui para desfazer esses laços e o espírito de solidariedade.

A multifuncionalidade da agricultura/aquicultura familiar leva a pensar igualmente sobre o desinteresse dos jovens pela vida no campo. A ostreicultura e a atividade turística no âmbito de um agroturismo comunitário pouco constituem em alternativa de perspectiva de vida para os jovens. De certa maneira, a gama limitada de atrativos turísticos explorados no território não permite absorver muitos jovens da comunidade em trabalhos que lhes interessem e o número reduzido de vinte e três famílias também compõe um obstáculo para maior diversificação de atividades relacionadas ao turismo. A análise da

multifuncionalidade em Mandira permite identificar que os ostreicultores, todavia, deixaram de cultivar a terra, oferecendo menos diversidade e produtos locais aos turistas, o que se reflete também em sua própria alimentação. A agricultura de subsistência foi substituída pelo cultivo de ostras. Trata-se de uma fragilidade em termos de segurança alimentar no âmbito da abordagem da multifuncionalidade da agricultura.

No que tange outras perspectivas da análise da multifuncionalidade da agricultura em Mandira no âmbito do turismo local, a atividade agrícola/aquícola continua a fazer parte do cotidiano dos agricultores, constituindo-se certamente como principal atrativo para a viagem do turista. A expressão cultural se manifesta no intercâmbio de práticas agrícolas e também no patrimônio cultural sob a forma de artesanato e as tradições culinárias, mesmo que muitos problemas possam ser detectados. Foi possível constatar que parte dos agricultores familiares de Mandira engajados no agroturismo cultivam alimentos mais saudáveis, o que também favorece sua permanência no campo. O turismo em Mandira contribui em certa medida a valorização das manifestações culturais, das festas e da produção de artesanato local.

A atividade agroturística participa ainda da preservação ambiental, pois os turistas dispostos a conhecer uma comunidade tradicional procuram lugares preservados nos quais a natureza está bem cuidada. Em Mandira, o ecossistema de estuários e mangues constitui o foco essencial do turismo organizado pela comunidade, a ostreicultura permitindo ao mesmo tempo preservação e produção. De fato, pode-se aqui ressaltar que houve esforços para o desenvolvimento de manejos da ostreicultura mais sustentáveis, o que salvaguarda a biodiversidade. Considera-se que ao mesmo tempo que o perfil deste turista valoriza e admira a paisagem natural, o agricultor/ostreicultor é assim encorajado a cuidar ainda mais do meio ambiente.

Nesta linha de reflexão, as visitas mesmo que esporádicas que ocorrem nas casas dos agricultores agroecológicos, de certa forma estimulam a agricultura mais sustentável em Mandira. Alguns grupos visitam a agrofloresta nos quintais das famílias agricultoras estimulando a comercialização dos produtos artesanais orgânicos, como pastéis, banana chips, licores, própolis, mel e outros mais. As demais famílias que são aquícultoras também comercializam ostras frescas aos turistas. Por exemplo, no restaurante 100% Ostra, conservas e pratos à base deste alimento são os principais atrativos. Os grupos que visitam

Mandira também normalmente almoçam na comunidade, o que estimula a comercialização de ostras, de sucos de fruta da terra e de peixes capturados localmente. As evidências permitem pensar que a atividade turística tem incentivado o comércio local e o fortalecimento dos ideais agroecológicos das famílias agricultoras.

Mandira possui considerável patrimônio cultural, herança incorporada em seus habitantes. Este patrimônio da localidade está presente em sambaquis, em ruínas das casas antigas e do engenho de arroz da época da escravidão e, sobretudo, em histórias de vida. O patrimônio natural por seu lado é constituído da riqueza biológica da mata atlântica e do manguezal que estão sob proteção ambiental. A grande afluência de grupos de alunos provenientes de escolas e universidades reforça nossa interpretação de que se trata de um turismo intrinsecamente conectado com a educação ambiental. A viagem para Mandira é em si um elemento motivador para dar encanto à educação através de uma aula prática sobre a agrofloresta, a cultura quilombola, o cultivo de ostras em reserva extrativista e a biodiversidade da Mata Atlântica. A atividade turística permite uma troca fértil de ideias sobre a utilização dos recursos naturais por parte da comunidade e um modo de viver em harmonia com a natureza. Os estudantes são apresentados a uma nova forma de relacionamento com a natureza, um modo de viver mais simples. Muitas vezes essa experiência pode ser um ponto de partida para despertar sentimentos mais intensos em favor da preservação da natureza e da valorização das unidades de conservação e das populações tradicionais. A atividade turística apresenta-se assim como forma de acesso a conhecimento pertinente, contextualizado e real, assim, contribuindo para a abertura de novos caminhos e saberes que se espalham através dos visitantes.

Além deste quadro, convém destacar também que todos os moradores maiores de 25 anos afirmam gostar muito de viver em Mandira. Entre as 23 famílias, 21 chefes de família, independente de gênero, são favoráveis à continuação da atividade turística. Como já mencionado anteriormente, os residentes percebem o aumento de renda como o maior benefício da atividade turística e os dados coletados indicam que as pessoas envolvidas com a atividade turística possuem uma renda mensal um pouco maior. O aumento de renda está ligado à venda de ostras, alimentação, hospedagem, receptivo turístico, produtos locais e artesanato. Quase a totalidade das mandiranas faz parte do grupo de artesãs.

Algumas famílias da comunidade, em particular aquelas agricultoras, participam ativamente das atividades da Rede Cananéia cujo aporte social é de grande significância no Vale do Ribeira. Seus membros estão constantemente participando de cursos, feiras, eventos, permitindo viajar e trocar informação com pessoas de outras regiões. O conjunto de ações no âmbito desta rede favorece a comercialização de produtos ecológicos provenientes da agricultura, da ostreicultura, do artesanato e do extrativismo, potencializados pelo agroturismo de Mandira.

Vale pena lembrar que esta região, o Vale do Ribeira, provavelmente sofrerá mais pressões do capitalismo nos próximos anos sob a bandeira do desenvolvimento. Parece coerente destacar que as consequências sociais e ambientais do desenvolvimento da atividade turística poderão ser amenizadas com a diversificação de atividades voltadas para o lazer e turismo de baixo impacto de forma participativa, comunitária e coletiva que envolva a comunidade local. Não cabe aqui nesta tese e seria de tamanha inconsequência estipular se o turismo praticado em Mandira é benéfico ou maléfico à comunidade. Essa resposta só poderá ser dada por seus residentes e sobretudo, com o passar dos anos ao considerar a atividade turística desenvolvida em um período extenso de tempo.

Com base nos estudos aprofundados em Mandira e outros exemplos de agroturismo coletivo citados no início do trabalho, acredita-se no fortalecimento da organização social com gestões participativas (associações, cooperativas) como formas de inserção produtiva num mundo globalizado e economicamente excludente. Nesta ótica, trata-se de retomar a escala regional e local de governança a nível de agricultura familiar. As relações de competição e de dominação são convertidas em relações de associativismo, cooperação e solidariedade. A ideia é restaurar a gestão do bem comum com autonomia local almejando a melhora qualitativa no modo de vida das pessoas, a partir de uma alternativa à ordem econômica vigente. A cooperação no turismo implica em trabalhar em conjunto, de forma solidária, em prol de um objetivo comum. Arranjos produtivos locais ao se organizarem territorialmente e se articularem em redes, roteiros e circuitos, constituem um contraponto pertinente à exclusão econômica e social. Assim, como contraponto ao modelo produtivista hegemônico de agricultura, existe o potencial para famílias de agricultores familiares no desenvolvimento de iniciativas de cooperativismo, associativismo e solidariedade baseado no modelo de agroturismo, ou seja, uma atividade turística sócio ambientalmente equilibrada. Em grande medida, a atividade agroturística planejada

coletivamente ou de base comunitária pode proporcionar bem-estar às pessoas que vivem no campo em conformidade com uma variedade de elementos que cumpram funções além daquelas produtivas da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Disponível em: www.portal.abant.org.br. Acesso em: 15 maio 2011.
- ABRAMOVAY, R. Construindo a Ciência Ambiental. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP. p. 20- 40.
- ABRAMOVAY, R.O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15-146.
- ADAMS, C.; MUNARI, C.; VLIET, N.; MURRIETA, S.; PIPERATA, B.; PEDROSO JR., C.; CREVELARO, C.; PRADO-SPRESSOLA, V. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). *Human Ecology: an Interdisciplinary Journal*, on-line, v.37, n.2, p.3- 2012.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Significados Sociais, limites, potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A. ; BRADENBURG, A. Para Pensar outra Agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p 20-100.
- ALVES, K. In: DA SILVA, F. Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. Salvador: EDUNEB, 2013. 81-103.
- BATIE, S. The Multifunctional Attributes of Northeastern Agriculture: A Research Agenda. *Agricultural and Resource Economics Review*, Ithaca. v. 32, n.1, p 1-8, 2003.
- BARRETO, M. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.
- BEILIN, R. Adding Insult to Injury: Climate Change, Social Stratification, and the Inequities of Intervention. *Global Environmental Change*, New York, v.22, n. 2, p.463–471, 2012. BENI, M.C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2001. p. 1-560.
- BJORKHAUG, H., RICHARDS, C. Multifunctional agriculture in policy and practice? A comparative analysis of Norway and Australia. *Journal of Rural Studies*, New York, v. 24, p. 98-111, 2008.
- BOMFIM, A. Ecoturismo: Práticas e Técnicas. Salvador: Edufba, 2010.p. 1-232.
- BOO, E. Ecoturim: Potentials and Pitfalls. Local: World Wide Fund, 1990. p. 1-180.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: Fev. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Programa Rural na Agricultura Familiar. Portal da Cidadania. Brasília, 2010. p. 1-20.

BRASIL. Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Cria a reserva extrativista Chico Mendes. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília/DF, 1990.p. 1-4.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Mandira, 2010.p. 1-192.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para a elaboração da Avaliação de Impacto Ambiental.

BRASIL.CONAMA. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução Conama n.001 de 23 de janeiro 1986.

BRASIL. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação / Ministério do Meio Ambiente. 2006.p. 1-65

BRITO, F. Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 1- 416.

BUAINAIN, A.M. Agricultura, Instituições e Desenvolvimento Sustentável Agricultura Familiar e Inovação Tecnológica no Brasil: Características, Desafios e Obstáculos. Campinas:Unicamp, 2007.p. 1-238.

CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito. 7.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.p. 20-70.

CARDOSO, T.A. A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP. 2008. 130p.Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Departamento de Hidrobiologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL,35., 1997. Natal. Anais... Natal, 1997. ago.p. 1-5.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). Para Além da Produção, multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Maud, 2003. p.1-238.

CAZELLA, A.A.BONNAL, P., MALUF, R. (Org.). Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro:MAUD,2009. p.3-305.

CEBALLOS- LASCURAIN.(Ed.) Tourism , Ecotourism and Protected Areas. The State of Nature-Based Tourism around the World and Guidelines for its Development. Gland: IUCN, 1999. 31-35.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2001. p.221-233.

COELHO, E.A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, p.313-326, jan/abr-2013

- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2004.p. 1-10.
- DOWLING, R.K.; TIMOTHY, D.J. Ecotourism Business in the Pacific. Environmental Auckland: Science, 2002. p. 1-272.
- DURHAM, E.R. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. Cosac Naify, SP: 2004. p.1-150.
- CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A. Por uma Nova Extensão Rural: Fugindo da Obsolescência. Reforma Agrária, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 70-90, set/dez 1994.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. (Org.). O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: FUNECE, 2003.p. 7-340.
- CORIOLOANO, L.N.M.T Reflexões sobre o Turismo Comunitário. (2006). Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>. Acesso em: Fev. 2013.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. (Org.) Turismo com ética: Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE, 1998. p. 110-120.
- CORIOLOANO, L.N.M.T.;ARAÚJO, A.;VASCONCELOS, F.;ALMEIDA, H.; ROCHA, A.;GONÇALVES, A.; LIMA, A.; QUINTILIANO, A.; SAMPAIO, C.; MENDES, E.; NASCIMENTO, I.; GONÇALVES, M.; NETO, G.; BARBOSA, L.; SOUZA, E.; SALES, E.;PARENTE, K.; RODRIGUES, T. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza: EDUECE, 2009. p. 13-283.
- DAUGUSTAD, K.; RONNINGEN, K.; SKAR, B. Agriculture as an upholder of cultural heritage? Conceptualizations and value judgements—A Norwegian perspective in international context. Journal of Rural Studies, New York, v. 22, p.67–81, 2006.
- DELGADO, G.C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Icone, 1985. Hucitec, p. 1-60.
- DOBBS, T.L.; PRETTY, J.N. Agri-Environmental Stewardship Schemes and “Multifunctionality”. Ecological Agricultural Economics, cidade, v.65, p.765 – 775, 2008.
- DOXEY, G.V. A causation theory of visitor-resident irritants: Methodology and research inferences. In: TRAVEL AND TOURISM RESEARCH ASSOCIATIONS SIXTH ANNUAL CONFERENCE, 1975. San Diego.Proceedings... San Diego,1975. p. 195–198.
- ESTADÃO.COM.BR. Espaço Economia &Negócios. Acesso em: 04 fev.2013.
- FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Disponível em: www.fao.org.br. Acesso em: 05 jun. 2014.
- FERNANDES de ARAÚJO, J.G. IN: SANTOS, E., SOUZA, M. (Org.). Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural. Barueri, SP: Manole, 2010. p.2-351.
- FORUM BAIANO DE AGROTÓXICOS. CREA Bahia. Disponível em: <http://pratoslimpos.org.br/?p=4691>. Acesso em: 29 Maio 2014.

- FREITAS, C.M. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- GAVIOLI, F.; BALTASAR, M.B.C. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP) 2007. p. 449-472.
- GARCIA, T.R. Impactos da Implantação da Cooperostra. 2005. 104p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998.p. 1-200.
- GRAZIANO DA SILVA, J.CAMPANHOLA, C. In: RIEDL, M.; ALMEIDA J.A (Org.). Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. São Paulo: EDUSC,2004. p. 1-263.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M. CAMPANHOLA, C. El nuevo mundo rural brasileño. v. 1. Alasru / Asociación Latinoamericana del Medio Rural, México: PDF, 2005. p.47-68.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O que é a questão Agrária. Campinas: Brasiliense, 1981. p. 4- 39.
- GRAZIANO da SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro. Cadernos de Ciência e Tecnologia, cidade, v. 19 n .1, p. 37-66, 2002.
- GOUVEIA, J.M.C.A Métrica da Sustentabilidade na Perspectiva da Geografia: aplicação e avaliação do painel da sustentabilidade (Dashboard of Sustainability) na comunidade Quilombola do Mandira Cananéia-SP. 2010. 384p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,São Paulo, 2010.
- GUZZATTI, T.C. O Agroturismo como Elemento Dinamizador na Construção de Territórios Rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). 2010. 345p. Tese de (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. HOLMES, J. Impulses towards multifunctional transition in rural Australia: Gaps in the research Agenda. Journal of Rural Studies, Penrith. v. 22, p.142-160, 2006.
- IBGE. Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.p.1-34.
- ICMBIO. Unidades de Conservação. Disponível em:www.icmbio.gov.br. Acesso em: Jul. 2012.
- Instituto Socioambiental. SANTOS, K.; TATTO, N.(Ed.). ISA. Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, 2008.p. 167-175.
- IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 2000.
- JANUÁRIO, S.S. O desenvolvimento turístico como catalisador da organização sócio-política local. Florianópolis -SC: 1997. p. 15

- LAPKA, M.; CUDLI NOVA, E. The emerging role of post-classical approaches in agriculture and their possible application: Case from Nove´ Hradý, Czech Republic. *Ecosystems and Environment*, Philadelphia, v. 119, p.373–382, 2007.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: Um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 1- 40.
- LEFF, E. *Discursos Sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010. p.9-293.
- LOHMANN, G.; NETTO, A.P. *Teoria do Turismo*. Aleph: SP, 2008. p. 1-100.
- LUTZENBERGER, J.A. O Absurdo da Agricultura. *Estudos Avançados*, cidade, v.15,n.43, p. 61-74, 2001.
- MARTINS, M.R.; CONTERATO, M.A. Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.1, p.269-284, jan/abr-2013.
- MATTOS, F.F.;IRVING, M.A. Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social. O caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI). *Caderno Virtual de Turismo*, 2005. Disponível em: gapis.psicologia.ufrj.br
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SEMINÁRIO NACIONAL DE TURISMO EM QUILOMBOS, 2010. p. 360-378
- MENDONÇA, M.C.; MACHADO. *Da Propriedade Agrícola ao Turismo Rural*. Disponível: www.estudosturisticos.com.br. 2003. Acesso em: Jul; 2010.
- MENDONÇA, J.; MACHADO, I.C. Mangrove Oyster (*Crassostrea* sp.) Extractivism in Cananéia Estuary (São Paulo, Brasil) from 1999 to 2006: Capture and Management Evaluation. *Brazilian Journal of Biology*, cidade,v?,n?, p. 67-74. 2010.
- MIELKE, C.E.; PEGAS, F.V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. *Turismo em Análise*, São Paulo. v. 24, n. 1, p. 170-189,2013
- MIGUEL, M.V.; LLOPIS, R.G. Estudios Agrosociales y Pesqueros. Multifuncionalidad e identidad.Estudiantes de la ComunidadValenciana ante la agricultura, el trabajo forestal y el turismo rural. n.º 201: 2004. p. 57-77.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira Cananéia/São Paulo, 2010.p. 9-142.
- MOLINA, E.S. *Turismo y ecologia*. 4th ed. México: Trillas, 1998. p. 1-86.
- MORAES, E.A.; IRVING, M.A. Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.3, p.738-757, ago/out 2013.
- MORGAN, A.; MARSDEN, T.;MIELE, M.; MORLEY, A. Agricultural multifunctionality and farmers’ entrepreneurial skills: A study of Tuscan and Welsh farmers. *Journal of Rural Studies*, New York. v. 26, p.116–129, 2010.

MORUZZI P.E.M.P.; LACERDA, T. Agricultura Orgânica, Representação Territorial e Reprodução Social da Agricultura Familiar. *Revista Ruris: Centro de Estudos Rurais*, v. 2, n. 2, p. 242, 2008.

MORAES, L.E.O. A Cooperação na Cadeia Produtiva da Maricultura do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 1-82.

MOREIRA, A.C.C. Reserva extrativista do Bairro Mandira: a viabilidade de uma incerteza. São Paulo:Annablume/FAPESP, 2000. p. 1-163.

MORIN, E. Reformar o Pensamento: a Cabeça Bem Feita. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 1- 137.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M.C. Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002. p. 20-50.

OCDE. *Tourism Strategies and Rural Development*, OCDE/GD. V 94, n.49.Paris, 1994. Disponível em:<<http://www.oecd.org/dataoecd/31/27/2755218.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2011.

ORAMS, M.B. Towards a More Desirable Form of Ecotourism, *Tourism Management*, Philadelphia. v.16, n.1, p.3-8, 1995.

PEDREIRA, B.C.C.G.; SANTOS, R.F.; POCIDONIO, E.A.L. Indicadores para selecionar áreas agroturísticas:o desempenho dos atributos agropecuários, turísticos e de conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.2, p.400-413, mai/jul-2013.

PEDROSO, F.G. Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável” As Experiências de um Desenvolvimento Sustentável do Quilombo de Ivaporunduva: Um Estudo de Caso na Perspectiva da Agroecologia. – PCT IICA/NEAD. p. 1-14.

PERROT, D. Quem Impede o desenvolvimento “circular”? Desenvolvimento e povos autóctones:paradoxos e alternativas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

PORTUGUEZ, A.P. As Políticas Públicas e o Incentivo ao Turismo Rural em Linhares-ES. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 7., 2010. Piracicaba. FEALQ. 2010. p. 1-20.

PRETTY, J.; WARD, H. Social Capital and Development. *World Development*, Philadelphia, v. 29, n. 2, p.209–227, 2001.

PIRAUX, M.; BONNAL, P. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar: um estudo sobre o entorno de Campina Grande, PB. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 262-292, 2008.

RODRIGUES, A.M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 1-241.

REIG, E. The Spanish Approach to the Multifunctionality of Agriculture: a survey of the Literature. *Roczniki Akademii Rolniczej w Poznaniu – CCCLXV* from Department of Applied Economics II of the University of Valencia, 2005.p.97-103.

RÉMY, J. In: CAZELLA, A., A.BONNAL, P., MALUF, R. (Org.). *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUD,2009. p.11

RODRIGUES et al. *Gestão Ambientais de Atividades Rurais: Um estudo de caso em agroturismo e agricultura orgânica*. *Agricultura*. São Paulo, v.53, n.1, p. 17-31, 2006.

RUSCHMANN, D.V.M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997, 2004.

SABOURIN, E. *Renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural: reflexão sobre métodos e políticas públicas*. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, Brasília, v.2, n.1, 2006.p. 1-96.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.p.7-151.

SALES de G.A. SALLES, M. do R. R., *A dádiva no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária*. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 162- 184, out. 2010.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C.C. *Reservas extrativistas no Complexo Estuarino lagunar de Iguape e Cananéia: Domínio Mata Atlântica*. NUPAUB, São Paulo,1996. 77 p. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa,22.)

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 348p.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como Liberdade*, 2000.p. 1-150.

STEDILE, P. J (coord.). *A Questão Agrária na Década de 90*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004. p.9-304.

SILVA, A.C. *O diário de campo e a memória do pesquisador*. In: WHITAKER, D.C.A (Org.) *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letra à Margem, 2002. p.131-135.

SILVA, Y.F. *Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação*. In: ALMEIDA J.A.de Souza, M. (Org.). Santa Maria: Facos, 2006. p.187-206.

SILVA, S.R. *Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza*. 2008. 312p. Tese (Doutorado na área de Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso*. In: DIESEL, V.; FROEHLICH, J. M. (Org.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.p. 15-63.

SANTOS, B.S. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1999. p. 1-62.

SÃO PAULO. Livro do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica”. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias>. “Acesso em :22 out.2013.

SCHNITMAN, T. População tradicional, adaptações culturais e o ecoturismo. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, p.1016-1027.

SILVA, Y.F. In Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação. ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. Santa Maria: Facos, 2006. p. 187-206.

TEDESCO, J.C. Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo:2006. p. 1-206.

TODESCO, C. Estado e Terceiro Setor na Organização do Espaço para o turismo no Vale do Ribeira.2007. p. 1-194. Dissertação de (Mestrado na área de Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

TOSUN, T. Host Perceptions of Impacts: a comparative Tourism Study. Annals of Tourism Research, cidade, v. 29, n. 1, p. 231–253, 2002.

TULIK, O. In Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação. ALMEIDA, A.J.; SOUZA, M. (Org.). Santa Maria: UFSM, 2006. p.107-119.

VAN DER PLOEG, J., BRUNORI, H., KNICKEL, K., MANNION, J., MARSDEN, T., ROEST, K, SEVILLA-GUSMÁN, E., VENTURA, F. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. Sociologia Ruralis, Van Gorcum, v.4, n. 40, p. 391-406, 2000.

WEARING, S.; NEIL, J. Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades. Local:Heinemann,2001. p. 1-256.

WEAVER, D.B. Ecotourism in the Less Developed World. CAB UK. International.1998. p. 1-258.

YIN, R.K. Case Study Research: Design and Methods. Thousand Oaks : Sage., 2002. p. 1- 219.

ZIMMERMANN, A. Turismo Rural: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.p. 1-100.

ANEXOS

21. Das atividades, qual a principal fonte de renda?
22. Qual a renda do casal aproximadamente? () R\$ 0-100 () R\$ 0-400 () salário mínimo-800 () R\$ 800 – 1500 () R\$ 1500- 2000
23. O que mudou em Mandira desde a Cooperostra? Explique, relações, formas organizativas
24. Renda da atividade relacionada ao turismo mensalmente:() 0-20() 0-50 () 0-100 () 0-200 () 0-400 () 0-600 () mais
25. Quanto em cada mês:
- | | | | | | |
|---------|-----------|----------|---------|----------------|----------|
| Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho |
| Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Festa da Ostra | Dezembro |
26. Já trabalhou fora de Mandira? Onde? Porquê? Qual atividade?
27. Você participa das reuniões da associação? Como participa das conversas e decisões sobre turismo?
28. Desde que a visitação aumentou, acontecem mais reuniões da associação?
29. Seus filhos se envolvem nas atividades da comunidade, como?
30. O turismo favoreceu na organização da comunidade?
31. O que os visitantes vem fazer em Mandira? O que gostam mais?
32. Como você avalia a atividade do turismo? Você acha que o turismo traz alguma coisa ruim?
33. Você acha que a vinda dos turistas mudou a vida da comunidade? Como? (hábitos, rotina, valores, roupa)
34. A vida das pessoas melhorou de alguma forma após o turismo?
35. De quais formas o turismo pode ajudar ou prejudicar na preservação da natureza? Como?
36. Você acredita que essa atividade turística continuará por bastante tempo?

ANEXO B

Lista de Entrevistas

Habitantes de Mandira

Entrevista 1- ostreicultor Mandirano

Entrevista 2- jovem do sexo masculino, 23 anos

Entrevista 3- jovem do sexo feminino, 23 anos

Entrevista 4 – maricultora Mandirana

Entrevista 5 – agricultor, membro da Rede Cananéia, comerciante na feira orgânica de Cananéia

Entrevista 6 – agricultor, comerciante na feira orgânica de Cananéia

Entrevista 7 – presidente da Associação de Moradores do Mandira, 49 anos

Entrevista 8 – ex-ostreicultora , 38 anos

Entrevista 9 – jovem do sexo feminino, 19 anos

Entrevista 10 - mãe de família, originária de outra localidade

Entrevista 11 – articulador da atividade turística

Entrevista 12 – residente do sexo feminino, 47 anos

Entrevista 13 – jovem mãe de família, originária de outra localidade, 22 anos

Entrevista 14 – 24 anos, sexo feminino, artesã, ostreicultora

Entrevista 15 – 44 anos, sexo feminino, maioria dos filhos não reside em Mandira

Entrevista 16 – sexo feminino, artesã, mãe de família originária de outra localidade

Entrevista 17 – artesã, ostreicultora, sexo feminino, mãe de família, 34 anos

Entrevista 18 – sexo feminino, 35 anos

Entrevista 19 – ostreicultora, mãe de família, 34 anos

Entrevista 20 – maricultora, sexo feminino

Entrevista 21 –

Entrevista 22 – maricultores

Entrevista 23 – residente pluriativo

Entrevista 24 – sexo masculino, não possui família, pluriativo

Entrevista 25 – líder na comunidade, ex-presidente da associação de moradores

Entrevista 26 – agricultora

Entrevista 27 – proprietário de restaurante e pousada em Mandira

Entrevista 28 – agricultor, caseiro, pai de família

Entrevista 29 – ostreicultor, peça-chave nas atividades da cooperativa

Entrevista 30 – agricultora, aposentada

Entrevista 31 – chefe de família

Entrevista 32 – artesão, mãe de família

Entrevista 34 – mãe de família

Outras Entrevistas

Entrevista 35 – secretário de turismo de Cananéia

Entrevista 36 – guia de turismo em Cananéia